

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MÔNICA FRAGA GOMES

RELIGIÃO E POLÍTICA: ANÁLISE DO DISCURSO DE LÍDERES EVANGÉLICOS

PPGCR
Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 12/12/2018.

VITÓRIA
2018

MÔNICA FRAGA GOMES

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 12/12/2018.



RELIGIÃO E POLÍTICA: ANÁLISE DO DISCURSO DE LÍDERES EVANGÉLICOS

Trabalho final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestra em Ciências das Religiões
Faculdade Unida de Vitória
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Análise do Discurso
Religioso

Orientador: Dr. Julio Cezar de Paula Brotto

Vitória – ES
2018

Gomes, Mônica Fraga

Religião e política / Análise do discurso de líderes evangélicos / Mônica Fraga Gomes. – Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2018. viii, 78 f. ; 31 cm.

Orientador: Julio Cezar de Paula Brotto

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2018.

Referências bibliográficas: f. 72-78

1. Ciências das religiões. 2. Discurso religioso. 3. Religião e política. 4. Discurso de líderes religiosos. 5. Análise do discurso. 6. Política e discurso religioso. - Tese. I. Mônica Fraga Gomes. II. Faculdade Unida de Vitória, 2018. III. Título.

MÔNICA FRAGA GOMES

RELIGIÃO E POLÍTICA: ANÁLISE DO DISCURSO DE LÍDERES EVANGÉLICOS

PPGCR
Faculdade Unida

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões no Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória.

Doutor Julio Cezar de Paula Brotto – UNIDA (presidente)

Doutora Claudete Beise Ulrich – UNIDA

Doutor Edebrando Cavaliere – UFES



Dedico essa pesquisa ao ser humano que tive o privilégio de ter como pai, amigo e educador. Dentre tantas marcas que meu falecido pai imprimiu em minha vida, e que me inspirou nesta pesquisa, foi o respeito para com o outro. Além disto, me ensinou que minhas opiniões e convicções não eram as únicas no mundo e que somos realmente grandes quando não só falamos sobre o que pensamos, mas principalmente quando escutamos e aprendemos com outros seres humanos. Obrigada Pai, te amo!

Dedico ao meu marido e meus filhos, pelo apoio e por acreditarem que eu seria capaz de concluir essa pesquisa, e por compreenderem minha ausência em muitos momentos.

Dedico à minha querida filha Lene por sua dedicação e apoio que foram significativos para que eu pudesse alcançar o objetivo desejado nesta caminhada acadêmica.

Dedico ao meu incansável orientador Prof. Dr. Julio que, ao aceitar o desafio de me orientar, com todas as idas e vindas, demonstrou acima de tudo empatia, amizade e respeito pelas minhas opiniões e questionamentos, demonstrando ser um verdadeiro mestre.



Tudo que nos irrita no outro pode nos levar a uma melhor compreensão de nós mesmos.

Carl Jung

Atribuo um enorme valor ao fato de poder me permitir compreender uma outra pessoa.

Carl Rogers

RESUMO

A realidade atual brasileira mostra um crescimento significativo da influência das igrejas evangélicas na esfera política. Seus representantes avançam com seu eleitorado advindo de seus domínios pastorais, ganhando eleições com plataformas de governo baseadas em crenças de vertente evangélica. Este fato tem influenciado não só no aumento do número de representantes do ambiente evangélico no parlamento brasileiro, mas representa um aumento na influência nos rumos legislativos do país, onde alianças e ativismos de cunho religioso têm se mostrado influenciadoras no processo político-eleitoral. A observação deste fenômeno indica uma significativa mudança não somente numérica em relação ao número de parlamentares que se identificam como evangélicos. Influencia também no contexto das relações Igreja *versus* Estado, visto que traz à tona questões éticas e sociais relativas aos direitos e à cidadania, pois a ação destes parlamentares influencia na esfera legislativa e na condução de assuntos contemporâneos relativos aos direitos de cada indivíduo brasileiro sob o ponto de vista doutrinário-ideológico em favor da moral e costumes defendidos por uma específica leitura teológica do mundo evangélico. Com os olhos na realidade acima descrita, esta dissertação teve como objetivo geral analisar a relação religião e política a partir da análise do discurso de dois importantes e influentes líderes do mundo evangélico brasileiro que foram escolhidos em função de sua popularidade e de serem formadores de opinião tanto no mundo evangélico quanto para além dele. Foram analisados vídeos destes líderes evangélicos Marco Feliciano e Silas Malafaia, disponibilizados na *internet*. Sob a ótica dos estudos da análise do discurso francesa, foram analisadas as falas destes representantes evangélicos e foi possível identificar noções como: função de controle, seleção e validação de regras. O primeiro capítulo analisou as questões socioculturais com primazia para a pluralidade religiosa e cultural brasileira. O segundo capítulo focou sua análise nas questões de cidadania, religiosidade e ideologias. O terceiro capítulo ateu-se aos discursos dos dois líderes evangélicos. A conclusão aponta para a necessidade de contínua reflexão quanto à influência de lideranças que chamam para si a condição de salvadoras da pátria por meio de um discurso de sedução e intimidação.

Palavras-chave: Política, Religião, Análise do Discurso.

ABSTRACT

The current Brazilian reality shows a significant increase in the influence of evangelical churches in the political sphere. Its representatives advance with their electorate coming from their pastoral domains, winning elections with platforms of government based on beliefs of evangelical slope. This fact has influenced not only the increase in the number of representatives of the evangelical world in the Brazilian parliament, but also an increase in the influence of the country's legislative directions, where religious alliances and activism have been influential in the political-electoral process. The observation of this phenomenon indicates a significant change not only numerical in relation to the number of parliamentarians who identify themselves as evangelicals. It also influences in the context of Church versus State relations, since it brings to the fore ethical and social issues related to rights and citizenship, since the action of these parliamentarians influences in the legislative sphere and in the conduct of contemporary subjects related to the rights of each Brazilian individual under doctrinal-ideological point of view in favor of morality and customs defended by a specific theological reading of the evangelical world. With the eye in the reality described above, this dissertation had as general objective to analyze the relation religion and politics from the analysis of the discourse of two important and influential leaders of the Brazilian evangelical world that were chosen in function of its popularity and of being opinion formers in the evangelical world and beyond it. Videos of the evangelical leaders Marco Feliciano e Silas Malafaia, available on the internet, were analyzed. From the perspective of the discourse analysis of the French school, the speeches of these evangelical representatives were analyzed and it was possible to identify notions such as: control, selection and validation of rules. The first chapter analyzed the socio-cultural issues with primacy for Brazilian religious and cultural plurality. The second chapter focused its analysis on issues of citizenship, religiosity and ideologies. The third chapter was devoted to the discourses of the two evangelical leaders. The conclusion points to the need for continuous reflection on the influence of leaders who call themselves the savior of the motherland through a discourse of seduction and intimidation.

Keywords: Politics, Religion, Discourse Analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 POLÍTICA E RELIGIÃO: QUESTÕES SOCIOCULTURAIS.....	13
1.1 A pluralidade religiosa e a formação cultural brasileira.....	13
1.2 Primeiros passos da religião na política no Brasil.....	19
1.3 Evangélicos e poder político	22
2 CIDADANIA E RELIGIÃO: QUESTÕES TEÓRICAS	34
2.1 Cidadania e religiosidade: questões sociais.....	34
2.2 Teologia da Prosperidade: o dinheiro que empodera	37
2.3 Dominação, ideologias e discursos.....	42
3 ANÁLISE DO DISCURSO NOS VÍDEOS DE DOIS LÍDERES EVANGÉLICOS.....	51
3.1 “Deputado Pastor Marco Feliciano apoia Dilma”	54
3.2 “Marco Feliciano chama PT de Partido das Trevas”	59
3.3 “Deputados evangélicos e o <i>impeachment</i> ”	66
CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO DO PASTOR MARCO FELICIANO	79
APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO DO DEPUTADO FEDERAL MARCO FELICIANO	82
APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO DO PASTOR SILAS MALAFAIA	87

INTRODUÇÃO

Esta dissertação propõe-se observar a relação entre política e religião no discurso político brasileiro. É notório que parlamentares que compõem a denominada Frente Parlamentar Evangélica utilizam sua pertença religiosa para tornar sagrada sua atividade política, numa tentativa de sacralizar o espaço público, tornando este espaço, público, do povo, extensão do espaço sagrado ao qual pertencem.

Política e fenômeno religioso, assuntos de tamanha importância para sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que se contrapõem, mesclam-se e interferem na vida nacional e pessoal. Os discursos de parlamentares evangélicos brasileiros, associados à ética pessoal dos mesmos, coletiva e ou individualmente, poderiam auxiliar na formação de uma nação onde a cidadania prevalecesse e a ética e a moral fossem observadas, principalmente por que se dizem comprometidos e seguidores do Cristo. Afinal, quando são analisados os ensinamentos do Cristo, valores como cidadania, ética, moral, e acima de tudo o valor da vida, para o Cristo foram prioridades. A população espera de todos os parlamentares atitudes balizadas pelo respeito ao direito de todo e qualquer cidadão e cidadã, visto que a diversidade religiosa do povo brasileiro é uma realidade da qual não se pode escapar.¹

Percebe-se que muitos destes parlamentares evangélicos que afirmam uma conduta política confessional não lutam por um projeto político de atenção à população, independente de suas crenças, visto que o Brasil, apesar de historicamente construído sobre os pilares das doutrinas do cristianismo, em matéria de religião é um país de clara diversidade religiosa.²

Ainda que a laicidade do Estado brasileiro possa ser questionada em sua aplicabilidade plena - basta verificar-se a presença de símbolos cristãos em órgãos públicos - a Constituição Federal estabelece de maneira clara e contundente a liberdade religiosa plena. O artigo 5º, inciso VI, estipula a inviolabilidade de crença e assegura o livre exercício dos cultos religiosos, bem como a proteção aos locais de culto e as suas liturgias. O inciso VII assegura a assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva. Já o inciso VIII, estabelece que nenhum brasileiro pode ser privado de direitos por motivo de

¹ ANDRADE, Maristela Oliveira de. A Religiosidade Brasileira: o pluralismo religioso, a diversidade de crenças e o processo sincrético. *CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, João Pessoa, PB, n. 14, p. 106-118, 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n14/6A%20religiosidade%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017. p. 108.

² ANDRADE, 2017, p. 109.

crença religiosa.³ Estes *artigos* da Constituição da nação seriam suficientes para que os parlamentares evangélicos compreendessem que a tribuna política não deve e não pode ser confundida com o púlpito de suas igrejas.

Parece quase inevitável que a vida política nacional esteja imbricada e entretecida pela religiosidade advinda do ambiente cristão evangélico. Dentre diversos fatores que apontam para este fato, pode-se indicar a evolução dos processos de comunicação de massa e a popularização do acesso à informação, em um processo de via de mão dupla, que promoveu o acesso das lideranças evangélicas em significativas parcelas da população brasileira. A influência das lideranças evangélicas no campo político, o crescente interesse por envolvimento em causas públicas, um maior conhecimento dos direitos e das leis, levaram a um entendimento, por parte dos líderes evangélicos, que era preciso uma representação ativa na vida pública, de forma mais específica no Poder Legislativo, buscando garantir que os princípios religiosos por eles esposados fossem ouvidos, reconhecidos e reafirmados.

[...] essa nova geração de ‘políticos evangélicos’ nasceu em um contexto de explosivo crescimento pentecostal no Brasil, o que fez com que os evangélicos pentecostais saíssem do território marginalizado em que se situavam, para assumirem uma atuação mais sistemática e calculista tanto no espaço público como no espaço político.⁴

A atuação política por parte de pessoas vinculadas com o cristianismo não é uma novidade no Brasil, visto que desde a chegada dos portugueses em terras brasileiras, houve a influência da igreja católica, naquele tempo, intrinsecamente vinculada ao governo português. Posteriormente, essa influência, de alguma maneira ainda exercida pela igreja católica, passa a ser, mais especificamente na década de 1980, desempenhada pelos evangélicos. A participação evangélica vai ganhar força a partir da Assembleia Constituinte, quando uma nova Constituição estava sendo escrita. Um segmento de políticos evangélicos buscou garantir, através de participação ainda pequena, mas expressiva, o início do que se tornaria um período de influência dos evangélicos na política do país, culminando na formação da conhecida Frente Parlamentar Evangélica ou apenas Bancada Evangélica.

Esta pesquisa tem como objetivo geral buscar o entendimento, a partir da ótica da Análise do Discurso, dos discursos de duas personalidades evangélicas envolvidas tanto no

³ BRASIL. Constituição 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacao/Constituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017. p. 17.

⁴ CAMPOS, Leonildo Silveira. Os políticos de Cristo - uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores (Orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2005. p. 46.

processo de apoio à eleição da presidente Dilma quanto no processo de impedimento da mesma. Foram analisados três vídeos, sendo dois deles do Deputado Federal e Pastor Marco Feliciano, e um do pastor e ativista político Silas Malafaia. Os três vídeos estão disponíveis no canal do *You Tube*.⁵

A reflexão aqui sugerida tem como objetivos específicos apontar em que medida o posicionamento destes atores políticos evangélicos constituiu-se num fator de contribuição para o *impeachment* da presidente Dilma e de que forma o discurso utilizado por estes atores influenciou na mobilização e pressão popular.

Registre-se que por ocasião da admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, de um total de oitenta e um deputados vinculados à Frente Parlamentar Evangélica, setenta e cinco votaram favoravelmente pela admissão, o que corresponde a quase 94% (noventa e quatro por cento) da bancada evangélica.⁶ Estes dados não foram decisivos, haja vista os evangélicos não serem a maioria no congresso. Porém, demonstram uma tendência que aqui será estudada sob a ótica das relações da religião e a política.

Em termos metodológicos, esta pesquisa será de cunho bibliográfico e documental. Bibliográfico, enquanto circunscreve-se num universo de pesquisas anteriormente construídas, em torno do tema. Documental porque utilizará os discursos acima referidos, numa busca de indicar as convicções políticas e ideológicas destes dois atores. A partir de referências de teóricos da Análise do Discurso da escola francesa, principalmente Foucault, Laphantine e Bourdieu, no terceiro capítulo a pesquisadora analisará as manifestações destes dois importantes formadores de opinião do ambiente evangélico como indicado anteriormente.

Em busca de uma análise coerente do posicionamento destes atores políticos evangélicos, no primeiro capítulo, serão abordadas questões socioculturais em torno da construção da sociedade brasileira, em busca de compreender como na história do processo de construção do Estado brasileiro, religião e política, caminham juntas e influenciam os rumos do cenário político nacional. Serão abordadas questões relacionadas à pluralidade religiosa e a formação cultural brasileira, os primeiros passos da presença da religião na política no Brasil e como os evangélicos chegaram ao núcleo do poder político nacional.

⁵ Para facilitar o/a leitor/a os vídeos foram transcritos e encontram-se nos apêndices A, B e C.

⁶ PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do Pai. Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do *impeachment* de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 1-22, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n96/1806-9053-rbcsoc-3396032018.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

O segundo capítulo, abordará as questões teóricas em torno das categorias cidadania, religiosidade, dominação, ideologia e discurso em busca de aprofundamento e compreensão das mesmas e como estas categorias se relacionam com a temática evangélicos e *impeachment*. Pretende-se, com o auxílio das teorias da sociologia e da ciência política, buscar compreender o comportamento destes indivíduos, sobretudo por sua vinculação ao mundo evangélico na condição de pastores.

As condições de produção do discurso é um conceito fundamental à análise de discurso francesa e um importante ponto onde se pode observar a presença dos elementos sociais, grupais, contextuais, políticos e culturais que influenciam no dito e que, ao mesmo tempo, conformam o não-dito. Este conjunto de fenômenos, contextos, situações e, especialmente, ideologias formam uma rede de representações que alimentam uma determinada forma de pensamento social em que o dito se constrói de uma determinada maneira e outras possibilidades do dito são impedidas por sua não coerência com o conjunto das representações construídas.⁷

Em busca por uma conclusão que venha contribuir com o ambiente acadêmico brasileiro, a pesquisadora, aberta para outras análises e contribuições, manifestará seu olhar pessoal sobre o cenário ora apresentado, destacando que, quaisquer que sejam os valores, pactos e conluios motivadores do *impeachment* da presidente Dilma, o fundo da questão reside no valor intrínseco da defesa da tradição confessional, ou seja, os benefícios e as benesses obtidas em função da barganha do voto, não alinhados à ética confessional evangélica, mas que passam pela legitimação de uma religiosidade representada na figura de um deus patriarcal, da família, da igreja e do país.

⁷ GOMES, Antonio Marcos Tosoli. Análise de discurso francesa e teoria das representações sociais: algumas interfaces teórico-metodológicas. *Psicologia e Saber Social*, v. 4, n. 1, p. 3-18, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/17558/12958>>. Acesso em: 10 jan. 2018. p. 05.

1 POLÍTICA E RELIGIÃO: QUESTÕES SOCIOCULTURAIS

Pretende-se inicialmente entender como a origem cultural, social e religiosa do povo brasileiro contribuiu para desenhar os caminhos que fizeram o país chegar às características que apresenta hoje: um povo com religiosidade marcante, plural e cada dia mais envolvido nas esferas políticas. A permeabilidade entre fronteiras políticas e religiosas que vêm acontecendo no Brasil necessita ser compreendida desde sua origem. Entender esta pluralidade e as origens do poder na política e na religião contribuirá para o entendimento das afirmativas nos discursos que serão estudados nos capítulos subsequentes.

Na seção a seguir a pesquisa ficará circunscrita à pluralidade religiosa da nação brasileira que ocorre em função de sua pluralidade cultural. Uma e outra se mesclam, se fundem, se confundem e reforçam olhares plurais sobre a política e a religião.

1.1 A pluralidade religiosa e a formação cultural brasileira

A diversidade de crenças no Brasil é muito marcante, sendo um país predominantemente cristão com religiões que são fruto da mistura de etnias e povos que aqui se estabeleceram, unidos àqueles que aqui já estavam muito antes da chegada dos portugueses. Junto com a Coroa portuguesa, chega o catolicismo como religião oficial, o que resultou na busca de conversão dos povos indígenas, sob a permissão e apoio da Igreja Católica, em busca da conquista total da nova terra. Assim, a religião não se circunscovia apenas ao âmbito privado. Estava inserida na vida pública e delimitava como deveria se desenvolver a sociedade. Rudi define que:

A tolerância entre os homens seria assim promovida não apenas no âmbito teológico, pelo fato de os desacordos em matéria de crença serem considerados indiferentes, mas também no campo da política, pois o 'essencial da religião' visa sobretudo a declaração dos 'sentimentos de sociabilidade, sem os quais é impossível ser bom cidadão ou súdito fiel'.⁸

Diante desta obrigatoriedade religiosa imposta na época, formou-se no país uma espécie de católicos por conveniência, pois para manter-se em paz junto da Coroa e da Igreja Católica, pessoas passaram a adaptar suas crenças em busca da sobrevivência. Indígenas, para

⁸ RUDI, Luciana de Matos. *Um voto de fé: fidelização e clientelismo eleitoral na Bancada Evangélica paulista*. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1485>>. Acesso em: 23 nov. 2017. p. 33.

não serem caçados, aceitavam a doutrinação católica. Negros continuavam a homenagear os seus deuses particulares e ancestrais, encontrando nos santos católicos algumas características similares e, escondendo suas pedras sagradas, ervas e objetos de adoração sobre altares católicos, seguiam clandestinamente com sua fé.

Maia defende a relação entre cultura e religião da seguinte forma:

A religião pode ser entendida como uma forma de cultura, pois através dela os indivíduos passam a compartilhar crenças, normas e valores que definem uma identidade coletiva compartilhada pelos adeptos da religião. Outro aspecto importante é o fato de as religiões determinarem um conjunto de práticas e ritos que devem ser seguidos pelos fiéis. Essas práticas implicam em comportamentos específicos que caracterizam o modo de agir dos membros. Por fim, as religiões apresentam um senso de propósito, um sentido para a existência dos fiéis. Este sentido da existência permite aos indivíduos lidarem melhor com aspectos obscuros e transcendentais da vida cotidiana.⁹

Mesmo com a força da imposição religiosa recaindo sobre os escravos, particularmente quanto aos cultos africanos, faltou um esforço da Igreja Católica - tal qual foi feito pelos jesuítas com os índios - na forma de catequizar. Por questões de tempo, logística ou, simplesmente, por considerarem desnecessário, o modo simplório que trataram a imposição da fé católica aos escravos foi uma semente plantada para a manutenção, mesmo que camuflada, de seus ensinamentos ancestrais. Negrão afirma que, por estes e outros motivos, “[...] criou-se uma religião necessariamente formal e exterior, muito pouco internalizada ou de convicção pessoal, traço que ainda persiste em boa parte dos católicos brasileiros”¹⁰.

Religação com o divino é o significado de religião mais comum, considerando a simples interpretação da palavra de origem latina *religare*. Mas, muito mais significativo que a interpretação ou significado da palavra - a ligação do homem com algo acima de si mesmo - é a busca do entendimento na formação da cultura, tradições e relações inseridas no processo de formação de um povo. A religião, como componente social, em paralelo com outros fatores geográficos, políticos, econômicos e, principalmente, culturais, faz parte do desenvolvimento dos costumes e ajuda a desenhar movimentos antropológicos que evoluem

⁹ MAIA, Eduardo Lopes Cabral. *A política evangélica: análise do comportamento da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal (2007-2010)*. 2012. 335 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/96150/304933.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017. p. 23.

¹⁰ NEGRÃO, Lísias Nogueira. Pluralismo e multiplicidades religiosas no Brasil contemporâneo. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 23, n. 2, p. 261-279, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v23n2/a04v23n2.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017. p. 262.

em conjunto com os demais contextos sociais. Trazendo esta afirmativa para a realidade desta pesquisa, Souza completa:

Como todo fato social, no entanto, esse novo paradigma de fazer política, que revela uma relação instigante e significativa no campo religioso com repercussão nos campos político partidário, eleitoral, parlamentar e governamental, não é um fato isolado no tempo e no espaço. Ele possui uma história, um começo e desdobramentos que estão gerando diversas perguntas para os estudiosos que se ocupam da análise dos fenômenos da religião e da política no Brasil e no mundo contemporâneo.¹¹

Desde o início da civilização, percebe-se uma ligação estreita entre religião e formação política. Eliade afirma que “[...] as mais importantes criações sociopolíticas e culturais que se tenham verificado durante as primeiras dinastias foram criações que fixaram os modelos para os 15 séculos subsequentes”¹². Assim, historicamente, percebe-se nas sociedades, de forma geral, algum tipo de religião.

Eliade defende que é:

[...] difícil imaginar de que modo o espírito humano poderia funcionar sem a convicção de que existe no mundo alguma coisa de irredutivelmente real; e é impossível imaginar como a consciência poderia aparecer sem conferir significado aos impulsos e às experiências do homem. A consciência de um mundo real e significativo está intimamente ligada à descoberta do sagrado. Por meio da experiência do sagrado, o espírito humano captou a diferença entre o que se revela como real, poderoso, rico e significativo e o que é desprovido dessas qualidades, isto é, o fluxo caótico e perigoso das coisas, seus aparecimentos e desaparecimentos fortuitos e vazios do sentido.¹³

Além do fator sobrenatural, que em sociedades antigas poderia se manifestar simplesmente através de fenômenos da natureza (raios, trovões, tempestades), doenças desconhecidas, pestes, desastres naturais, a religiosidade também sempre funcionou como uma espécie de poder legislador, papel mais complexo, de certa forma, norteador dos parâmetros de controle, poder e regulação social. Segundo Bauman:

Nós chegamos a acreditar nas igrejas de toda parte que, sempre que pressionadas, insistem em que proporcionam o serviço de que necessita o irresistível impulso humano de obter respostas para as ‘questões fundamentais’ da finalidade da vida e de aplacar os medos que se originam na audiência de uma boa resposta. [...] bem pode ser que as igrejas, como outros produtores de bens e serviços, tivessem de se ocupar, primeiro, da produção de seus próprios consumidores: tinham, se não de

¹¹ SOUZA, Julio Cesar Pereira de. *Voto: uma oferta de fé. O poder simbólico dos líderes religiosos e o comportamento eleitoral dos membros da igreja evangélica*. 2011, 196 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/988>>. Acesso em: 20 nov. 2017. p. 10.

¹² ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas: da Idade da Pedra aos mistérios de Elêusis*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 93.

¹³ ELIADE, 2010, p. 13.

criar, então pelo menos de ampliar e aguçar as necessidades destinadas a serem satisfeitas pelos seus serviços e, desse modo, tornar seu trabalho indispensável.¹⁴

Acompanhando o pensamento de Bauman, Maia defende que “[...] o sagrado surgiria para situar o homem religioso em meio ao caos. É o sagrado que atribui significados à vida no mundo profano”¹⁵.

O Brasil, país colonizado por grupos culturais diferentes, foi construído com bases fundamentadas nos costumes religiosos absorvidos de diversos povos, o que formou uma característica única que desenhou, a partir daí, diversos costumes e processos políticos que no decorrer da história, foram sendo absorvidos ou suprimidos. Sinner resume o panorama religioso brasileiro a partir do Censo 2010 destacando que desde:

[...] os tempos coloniais, o Brasil foi feito um país predominantemente um cristão. Segundo o censo de 2010, a Igreja Católica Romana continua majoritária (64,6%), ainda que com perdas significativas ao longo dos últimos 30 anos, seguida pelas igrejas pentecostais e neopentecostais, estas em nítida ascensão (18,1%). Igrejas protestantes históricas, de origem da imigração ou da missão, somam 4% da população, enquanto os espíritas (2%), religiões afro-brasileiras (0,3%) e outras religiões em conjunto somam 2,7%. A mudança mais evidente é dos católicos para os pentecostais, sendo que este grupo triplicou de 1991 (5,6%) para cá.¹⁶

Quando se fala em cultura, é possível resumir como as vivências dos sujeitos de uma determinada sociedade. Já diversidade, do latim *diversitate*, significa diferença, dessemelhança, dissimilitude. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural no art. 1º declara que:

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessário como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.¹⁷

Assim, observando esta definição, a evolução cultural de uma sociedade influencia o crescimento de um movimento evolucionista que, de certa forma, caminha contra diversos conceitos impostos pelas igrejas, principalmente para os jovens e mulheres que a partir da revolução industrial e da era do capitalismo precisavam ascender em suas vidas e profissões;

¹⁴ BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 210.

¹⁵ MAIA, 2012, p. 24.

¹⁶ SINER, Rudolf Von. Igrejas e democracia no Brasil: por uma teologia pública cidadã. In: ROSA, Wanderley Pereira da; RIBEIRO, Osvaldo Luiz. *Religião e sociedade (pós) secular*. Santo André: Unida, 2014, p. 261.

¹⁷ UNESCO. *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017. p. 3.

também para minorias e defensores da diversidade de vários eixos, como racial, de gênero etc. Estes tabus, diante da realidade das múltiplas religiões, formam um cenário plural no país, onde temos o evangélico que tem família e origem no Candomblé; o católico que nasceu espírita; o umbandista que lê Kardec e usa jaleco branco; ou vice-versa em todos os casos. Em inúmeros templos, centros e terreiros os indivíduos se comportam como mutantes religiosos, cada vez mais agregando crenças e rituais. Dantas defende que:

Não obstante a secularização seja regularmente associada à privatização e individualização da fé, verifica-se que atualmente esse processo engloba também a publicização e coletivização da religião. Logo, o fenômeno da secularidade abarca situações e operações contrárias, como a privatização e desprivatização do sagrado, a comunitarização das crenças e individualização / pluralização das cosmologias.¹⁸

Também Negrão afirma que a dinâmica do campo religioso brasileiro é influenciada por uma peculiaridade clara em relação à participação de seus agentes.

Os relatos dos depoentes são eloquentes à demonstração da peculiaridade da dinâmica do nosso campo religioso, no que diz respeito à restrita participação institucional / sacramental de seus agentes, à sua intensa circulação por diferentes grupos religiosos e ao acesso a velhas e novas crenças e práticas e, ainda, no que respeita à crescente individualização do religioso, vivido em duplicidade ou mesmo em multiplicidades.¹⁹

Seguindo esta linha de pensamento, identificamos que estas multiplicidades de características vindas de diversas crenças têm uma especial relação com o movimento pentecostal. Maia constata que:

Demonstrando uma invejável capacidade de selecionar, ressignificar e incorporar elementos de outras tradições confessionais e da cultura política dos movimentos sociais desenvolvidos nos últimos 20 anos do século XX, o pentecostalismo adquiriu uma plasticidade e um caráter dinâmico que parecem paradoxais com o tradicionalismo que marcou a maior parte da história desse ramo do evangelismo.²⁰

Este caráter dinâmico que Maia cita é também observado por outros estudiosos, ajudando a identificar a influência da cultura brasileira no processo de formação da cultura religiosa. Cunha destaca também o impacto do pentecostalismo sob uma nova visão:

O campo religioso brasileiro nunca foi caracterizado, segundo estudiosos da religião, pela constituição de 'fronteiras rígidas' entre as diversas formas de crer e de ser

¹⁸ DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião e política: ideologia e ação da "Bancada Evangélica" na Câmara Federal*. 2011. 350 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/16946/1/Bruna%20Suruagy%20do%20Amaral%20Dantas.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017. p. 13.

¹⁹ NEGRÃO, 2008, p. 271.

²⁰ MAIA, 2012, p. 31.

religioso. A ‘porosidade das fronteiras’ entre catolicismo e espiritismo formou as instituições religiosas no país, assim como a própria cultura nacional. O crescimento dos pentecostais de 9% da população brasileira em 1990, para 15% em 2000, segundo dados do IBGE, passou, no imaginário social e nas análises de alguns cientistas sociais, a ameaçar o enquadramento sob o qual se estabeleceu o jeito de ser religioso e mesmo o jeito de ser cidadão no Brasil. O exclusivismo constitutivo das práticas e da crença evangélica estava em dissonância com a cultura nacional, mas apresentava, desde a época da guinada pentecostal no campo evangélico ao final dos anos 1960 e início dos 1970, um crescimento (para alguns) assustador.²¹

Percebe-se então na formação cultural do brasileiro um misto de origens. No caso dos cultos afrodescendentes, a aceitação de suas práticas se deu a partir do fim da Primeira República, nos anos 1930. Antes, apesar da liberdade de cultos estabelecida pela Constituição da época, estas religiões eram consideradas feitiçaria e enquadradas no crime de prática ilegal da medicina.

Cunha explica a característica plural da religiosidade brasileira:

A circulação e mesmo o múltiplo pertencimento, antes impensado, ao catolicismo, ao esoterismo, ao espiritismo e ao pentecostalismo já são observados na própria dinâmica da realidade social. O intenso trânsito religioso pelos textos do livro revelado se apresenta como fruto do voraz processo de individualização da pessoa na modernidade. Os vínculos religiosos apontam para uma experimentação. A fusão das várias crenças numa nova forma de ser fiel a uma religião é resultado das várias experiências religiosas vividas pelo indivíduo. A forma de ser católico, espírita, budista e mesmo evangélico se configura, na modernidade, como o resultado desse percurso de múltiplos contatos com ‘os sagrados’. Existe ainda, neste trajeto, a possibilidade de constituição de uma religiosidade própria, ‘mixada’ a partir das várias ofertas presentes no ‘mercado religioso’ atual. Evidenciam-se assim os chamados ‘sincretismo tradicional’ e ‘sincretismo pós-moderno’.²²

Esta nova forma de sincretismo colabora, de certa forma, com o crescimento do número de fiéis evangélicos e é um elemento importante para a compreensão das transformações ocorridas no campo religioso e político do Brasil. O enfraquecimento do poder da Igreja Católica, assim como o advento da conquista da liberdade religiosa, tornou possível que diversas igrejas buscassem espaço e legitimidade na sociedade, destacando assim o crescimento das igrejas pentecostais, e, sobretudo, das neopentecostais, que souberam aproveitar dessas diversas modificações do contexto econômico e social do país.²³ Baptista resume o início do pentecostalismo no Brasil:

²¹ CUNHA, Christina Vital da. Religiões em movimento: subjetividade e fronteiras no cenário religioso brasileiro. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 198-204, jul. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872007000100011>. Acesso em: 13 jan. 2018. p. 198.

²² CUNHA, 2007, p. 198.

²³ O avanço do pentecostalismo e do neopentecostalismo fortaleceu-se com a mudança do sacrifício pessoal para o monetário, ou seja, a partir do momento que se envolveu poder econômico fortaleceu o poder destas

O pentecostalismo brasileiro nasceu no biênio 1910-11, com os trabalhos pioneiros de evangelização de Luigi Frnacescon, Daniel Berg e Gunnar Vingren: o primeiro fundou a Congregação Cristã no Brasil em São Paulo, 1910, e os outros dois estabeleceram a Assembleia de Deus do Brasil em Belém, 1911.²⁴

Bohn segue analisando o crescimento da população evangélica nas regiões do país afirmando:

Quaisquer que sejam as razões da atração de membros das religiões católica e afro-brasileiras, o fato é que o crescimento do segmento evangélico não tem sido homogêneo. Entre 1980 e 2000, o crescimento desse grupo foi significativamente maior na região nordeste do que nas demais áreas do país – sobretudo o sul. Além disso, as religiões evangélicas pentecostais cresceram muito mais que as históricas. De acordo com alguns autores, o avanço do evangelismo pentecostal pode ter sido facilitado pelo fato de o pentecostalismo não se tratar de uma religião inteiramente estrangeira, já que contém alguns elementos que são similares às práticas mediúnicas das religiões afro-brasileiras.²⁵

Sendo assim, pode-se identificar a tendência de adaptação destes segmentos religiosos com a cultura e costumes do país, adaptando-se inclusive às práticas religiosas aqui existentes. Este fenômeno ratifica a pluralidade religiosa característica que contribuiu para o crescimento das igrejas evangélicas.

A partir daqui, após analisar a pluralidade religiosa e a formação cultural brasileira será necessário entender como ocorreu a relação religião e política na cultura brasileira.

1.2 Primeiros passos da religião na política no Brasil

Não é de hoje que os estudiosos procuraram captar, em categorias racionais, os fundamentos éticos dos problemas sociais. No caso do Brasil, a vinda da família real, trouxe a abertura dos portos brasileiros, condição imposta pela Inglaterra para seus interesses comerciais, o que terminou ocasionando a abertura para novas denominações cristãs e religiões não cristãs. Assim começou o fim da suposta unanimidade de uma única fé.

Mendonça comenta que:

instituições como influenciadores na mídia principalmente, levando a um crescimento significativo de fiéis. Mais a frente nos próximos capítulos será aprofundada as diferenças destas duas doutrinas e suas ressignificações.

²⁴ BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009. p. 19.

²⁵ BOHN, Simone Rodrigues. Evangélicos no Brasil: perfil sócio econômico, afinidades ideológicas e determinantes ao comportamento eleitoral. *Opinião Pública*. Campinas, v. 10, n. 2, p. 288-338, out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22020.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017. p. 291.

[...] no Império a Igreja Católica Romana, embora hegemônica e garantida pela Constituição como religião do Estado, teve de começar a conviver com outras religiões que lhe faziam concorrência. Dessas, a que mais incomodava era o protestantismo, nem tanto pela conquista de adeptos em sua igreja, mas pelo conjunto de ideias novas de que ele era portador. Ideias liberais ao lado de doutrinas religiosas procedentes da Reforma do século XVI e que ameaçavam uma nova convulsão sob os céus do Cruzeiro do Sul.²⁶

Além disso, a abertura dos portos permitiu espalhar a população predominante negra e povoar áreas ainda inabitadas. Com o passar do tempo, vieram os demais imigrantes europeus, que trouxeram, para além de sua mão de obra para substituir a escrava, suas diferentes crenças religiosas. Isso fertilizou o pluralismo religioso com uma nova visão, mais liberal, mais evolucionista, que acabou contribuindo para o processo de separação do Estado da Igreja.

Caminhando desde a Proclamação da República até a era ditatorial, percebe-se um esforço da Igreja Católica em continuar associada ao Estado e, conseqüentemente, com a política, fortalecida pelo grande crescimento de número de templos desse segmento cristão. Com o desenvolvimento do país, houve tempo da Igreja Católica se reorganizar, após queda do poder exclusivo no Estado. Seus dirigentes perceberam que, para garantir seus dogmas aplicados ao ordenamento do país, deveriam se aliar politicamente ao Estado. Dantas exemplifica que:

No Brasil, a igreja sempre manteve estreitas relações com o Estado, apropriando-se dele para ampliar suas estruturas de poder e consolidar-se como instituição de importância social. A Igreja Católica estabeleceu-se como interlocutora oficial de distintos governos, a despeito de sua filiação ideológico-partidária, interferindo em processos decisórios de peso nacional e participando de esferas políticas restritas a autoridades governamentais. Não obstante a laicidade do Estado brasileiro, a religião e a política continuam sendo instâncias que se influenciam mutuamente e apresentam extensas áreas de intersecção.²⁷

O contraponto entre a separação do Estado e a Igreja e a ampliação da defesa da moralidade da religião se faz presente em escalas ascendentes quando os representantes religiosos passam a dominar o poder público e imputar suas representações confessionais na regência de uma sociedade de diversidade cultural e religiosa. Machado ao analisar o estatuto da religião afirma que:

[...] o caminho para a compreensão do estatuto da religião no mundo moderno seria abandonar o viés ideológico que caracteriza como ilegítima toda e qualquer atuação

²⁶ MENDONÇA, Antonio Gouvêa. República e pluralidade religiosa no Brasil. *Revista USP*. São Paulo, n. 59, p. 144-163, set./nov. 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13282/15100>>. Acesso em: 13 nov. 2017. p. 147.

²⁷ DANTAS, 2011, p. 21.

pública das religiões e verificar as diferentes possibilidades de articulação dos grupos confessionais com a sociedade política. Num primeiro cenário, poder-se-ia pensar a entrada da religião na esfera pública para proteger não só sua própria liberdade religiosa, mas todas as liberdades e direitos modernos e o próprio direito de existência de uma sociedade civil e democrática. E neste caso a religião estaria ajudando a constituir e/ou manter a ordem social e política liberal.²⁸

A crença nesta ideologia na qual é preciso lutar para defender seus direitos passa então a nortear os líderes políticos evangélicos, instaurando a realidade de uma presença marcante e ascendente na política. Machado afirma que “[...] o tema da politização do pentecostalismo entrou na agenda dos pesquisadores brasileiros no final da década de 1980 como resultado da atuação dos parlamentares evangélicos no Congresso Nacional”²⁹. A partir daí, surge a discussão acerca das religiões no contexto da esfera pública, contrastando com os ideais confessionais das lideranças religiosas que buscaram fortalecimento no âmbito político. Prandi e Carneiro defendem que em:

[...] grande parte, essa abertura à participação política mais ampla de outras religiões é fruto da secularização que retirou do catolicismo sua histórica prerrogativa de religião social, cultural e politicamente dominante. Essa mudança fez a Igreja Católica refluir ‘para um âmbito menos ‘público’ e mais ‘religioso’’, abrindo ‘as brechas para que ‘o sopro do profano’ alcançasse largamente a cultura’.³⁰

Esta decadência do catolicismo então contribui para que outras religiões ascendam e assim, a partir da década 1980, passou-se a registrar maior destaque na mídia e nos estudos acadêmicos acerca do então novo fenômeno da presença religiosa marcante e confessional no campo político, visto que os pentecostais eram, nas décadas anteriores, desconsiderados pela fatia influente da sociedade e pouco reconhecidos como formadores de opinião e com poder na grande massa.³¹ Especialmente se falando em manipulação de massa, Andrade resume como a expressão da fé se moldou às fases de evolução da sociedade brasileira:

Ao longo dos cinco séculos, o Brasil conheceu em sua história religiosa um processo cíclico em que períodos de maior racionalização da fé se sucederam a períodos de maior influência da dimensão emocional da fé. Se a fase da implantação da catequese requeria uma dose de racionalização, a fase seguinte com assimilação do barroco trouxe uma fase de expressão emocional e teatral da fé, combatida depois com uma nova onda de racionalização e de espírito anti-clerical e anti-religioso, que favoreceu a secularização e o pluralismo religioso. A fase contemporânea traz de volta a dimensão emocional da fé associada a uma exteriorização e teatralidade da

²⁸ MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 19.

²⁹ MACHADO, 2006, p. 21.

³⁰ PRANDI; CARNEIRO, 2018, p. 3.

³¹ BAPTISTA, 2009, p. 21.

experiência religiosa, que se expressam através da intensificação das práticas rituais com ênfase na corporalidade, dando ao culto a feição de espetáculo.³²

Esta espetacularização do sagrado, trazendo de volta a antiga dimensão emocional que cita Andrade, contribui com um novo movimento relativo as questões éticas, as tentativas de obtenção de legitimidade pública, as alianças, as relações e identificações entre fiéis e atores políticos, enfim uma ampla discussão se depara nos contrapontos da separação Estado, Igreja, moralidade, religião, cidadania e políticas públicas. Machado defende que “[...] o processo de diferenciação funcional das esferas econômica, política e religiosa tem uma relação seminal com a modernização das sociedades ocidentais e constitui o núcleo do paradigma da secularização”³³.

Na sequência desta análise será estudado como os evangélicos iniciaram sua caminhada em busca de maior participação política no Brasil, suas motivações, primeiras lideranças e estratégias.

1.3 Evangélicos e poder político

Em 1991, o percentual de evangélicos era de 9% e em 1980, de 6,6%. O número de evangélicos no Brasil aumentou 61,45% em 10 anos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2000, 26,2 milhões se disseram evangélicos, ou 15,4% da população. Em 2010, passaram a ser 42,3 milhões, ou 22,2% dos brasileiros. Mesmo com o crescimento de evangélicos, o país ainda segue com maioria católica. O número de católicos foi de 123,3 milhões em 2010, cerca de 64,6% da população. No levantamento feito em 2000, eles eram 124,9 milhões, ou 73,6% dos brasileiros. O Nordeste representa maior percentual de católicos (72%) e também é onde, junto com a Região Norte, se encontra o maior percentual de crescimento do número de evangélicos no país.³⁴

O Brasil já conheceu dois presidentes da República pertencentes a igrejas protestantes: João Café Filho e o General Ernesto Geisel. Café Filho era filho de um presbítero da Primeira Igreja Presbiteriana de Natal (RN), da qual também foi membro, e foi a favor do divórcio. O General Ernesto Beckmann Geisel era filho de imigrantes alemães luteranos – e sancionou a lei do divórcio. Silva explica:

³² ANDRADE, 2009, p. 110.

³³ MACHADO, 2006, p. 19.

³⁴ IBGE. *Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.

Por serem protestantes não praticantes e favoráveis a leis como a do divórcio, não eram bem vistos pelos conservadores e fundamentalistas protestantes, motivo que faz com que o movimento neofundamentalista não os enxergue como presidentes protestantes no Brasil.³⁵

Nesta época, ainda não se percebia uma expressiva participação evangélica dentro dos setores políticos. De fato, até mesmo uma ausência, um silêncio como que, de certa forma, a política fosse algo mundano onde a Igreja não se envolvia. Freston observa que “[...] o forte dualismo espiritualista (matéria/espírito, mundo/igreja) dificulta a projeção humana revestida de linguagem religiosa”³⁶. Mas, com as mudanças sociais, a ampliação da distribuição da informação e mais o capitalismo moderno, que foi uma transformação socioeconômica que compôs uma nova forma de se fazer política, não só no Brasil, porém, em uma escala global, surgiu um novo olhar sobre participação política e representação.

Segundo o ponto de vista de Weber:

Assim, pois, o capitalismo atual, que veio para dominar a vida econômica, educa e seleciona os sujeitos de quem precisa, mediante o processo de sobrevivência econômica do mais apto. Mas aqui podemos facilmente vislumbrar os limites do conceito de seleção com meio de explicação histórica. Para que um tal modo de vida, tão bem adaptado às peculiaridades do capitalismo, pudesse ser selecionado, isto é, viesse a sobrepujar os outros, ele teve de se originar em algum lugar, não em indivíduos isolados, mas como modo de vida de inteiros grupos humanos.³⁷

Weber refere-se à união dos indivíduos por um crescimento coletivo. Do mesmo modo, o crescimento da política evangélica reflete o próprio crescimento da população evangélica. Em 1985, eram apenas 17 membros. Deu um salto, em 2014, contabilizando 93 membros, o que representava cerca de 15% da Câmara dos Deputados além dos 5 membros do Senado. A maioria dos membros da Bancada Evangélica vêm de congregações pentecostais autoidentificados como pastores ou bispos.³⁸ Segundo Prandi e Santos, “as pesquisas indicam que ter o título pastor ligado ao seu nome aumenta as chances políticas dos candidatos ‘tornando a conexão religiosa mais visível’”³⁹. Prandi e Santos exemplificam uma

³⁵ SILVA, Eliane Moura da; BELLOTTI, Karina Kosicki; CAMPOS, Leonildo Silveira (Orgs.). *Religião e Sociedade na América Latina*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://editora.metodista.br/livros-gratis/religiao-e-sociedade-na-america-latina/at_download/file>. Acesso em: 10 set. 2017. p. 63.

³⁶ FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro, 1994. p. 62.

³⁷ WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 13.

³⁸ PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo e Sociedade*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 187-214, maio 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702017000200187>. Acesso em: 13 out. 2017, p. 210.

³⁹ PRANDI; SANTOS, 2017, p. 210.

das polêmicas da bancada acerca dos projetos da agenda das pessoas homoafetivas e suas semelhanças com o discurso americano:

A bancada evangélica tem sido a única força no Congresso Nacional a bloquear a agenda homossexual. Líderes evangélicos argumentam que os projetos de lei pró-homossexualismo concedem direitos gays especiais para supremacistas gays e prejudicam a liberdade religiosa, tal como a liberdade de os pastores citarem versículos da Bíblia que condenam a homossexualidade. Enquanto a Esquerda brasileira copia a Esquerda americana em seus esforços para impor a agenda homossexual no Brasil, a bancada evangélica tem sido encorajada por Malafaia, Severo e outros a copiar o conservadorismo evangélico americano.⁴⁰

Estes argumentos, que entremeiam entre a defesa de dogmas e a defesa do direito da liberdade de expressão da sociedade em geral, servem como bases para contribuir para a necessidade de mudança da condição da tradição denominada evangélica vindo de uma característica de não participação política, talvez por falta de mecanismos de empoderamento social. Em sua pesquisa Machado cita a investigação realizada na década de 1990 pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), com membros da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) que confirmou a tese da fragilidade da consciência política em paralelo com a consciência de fortalecimento da união religiosa. Machado afirma que:

[...] embora apresentassem baixos níveis de participação política e associativa, os integrantes da IURD se destacavam com os níveis mais altos de participação eleitoral entre os evangélicos. Concluiu, ainda, que era forte o envolvimento dos fiéis da IURD com as estratégias eleitorais das lideranças de sua igreja. Só para ilustrar, enquanto 56% dos fiéis de todas as denominações concordavam com a frase ‘o político que traz benefícios para a minha igreja merece o meu voto’, essa ideia recebeu o apoio de 78% dos membros da IURD [...].⁴¹

Para chamar a atenção do fiel evangélico sobre a necessidade de atentar para quem os representava nos assuntos políticos, criaram-se boatos e burburinhos quanto ao exercício da liberdade religiosa que, apesar de não fundamentados, contribuíam para remexer o pensamento do povo em relação à política, remetendo, talvez, a um retorno na busca de religião oficial, um fortalecimento além-templo. Freston cita que:

[...] sob o slogan de ‘liberdade religiosa ameaçada’, líderes pentecostais iniciaram uma disputa por espaço na religião civil. Tendo chegado quase à igualdade de praticantes, a religião evangélica (e sobretudo o pentecostalismo) agora exige igualdade de status na vida pública.⁴²

⁴⁰ PRANDI; SANTOS, 2017, p. 210.

⁴¹ MACHADO, 2006, p. 23.

⁴² FRESTON, 1994, p. 67.

No Estado laico, a liberdade religiosa apresenta-se então mais do que como o direito de coexistir como religioso na sociedade, mas como a possibilidade de tomar para si e suas ideologias o poder dominante de acordo com seus interesses e crenças, utilizando-se do poder do voto e da união com o mundo corporativo. O Decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, determinou que o Brasil, oficialmente, fosse um Estado laico, ratificado na Constituição Federal vigente pelo artigo 19, inciso I. Estariam estes cultos ferindo a noção de Estado laico? Estariam os pastores/deputados limitando seus mandatos à defesa de uma única esfera de eleitores – a dos evangélicos – e deixando de trabalhar pela sociedade como um todo, o que seria seu dever primordial? Barreto questiona a função política da religião:

A discussão sobre o secular como um espaço público e plural tem haver com outra conversa importante ocorrendo em muitos contextos nestes dias: Qual é a função da política pública da religião? Que papel deve a igreja ter na esfera pública? Como usar vozes proféticas para defender a justiça na esfera pública e ainda assim proteger a liberdade religiosa e a separação da Igreja do Estado?⁴³

A grande questão aqui envolve o desafio ético. É possível identificar que o Brasil, como Estado declaradamente laico, tem diversas lacunas nesta laicidade que, de certa forma, permitem abertura para que religiosos se apropriem de espaços públicos em nome da defesa de liberdade religiosa. Por exemplo, no Regimento da Câmara, artigo 79, parágrafo primeiro, consta que “[...] a Bíblia Sagrada deverá ficar, durante todo o tempo da sessão, sobre a mesa, à disposição de quem dela quiser fazer uso”⁴⁴. Ora, não existe a obrigatoriedade da presença do livro da Constituição Federal Brasileira, porém há obrigatoriedade da Bíblia.

Outro exemplo é a expressão “Deus seja louvado”, impressa nas cédulas do Real. Nos tribunais, sempre podemos ver um crucifixo, adotando uma posição desigual perante a sociedade já que este é o símbolo de uma única vertente religiosa. Diante de todas estas lacunas, seriam os cultos evangélicos na Câmara somente uma expressão da fé, ou uma forma de ditadura religiosa e apropriação inadequada de espaço público que acaba por impedir outras expressões, por exemplo, de cunho cultural e educacional?

Weber nos diz que a essência de toda política é a luta, a conquista de aliados, característica comum dos evangélicos.⁴⁵ Quando Weber cita a expressão “político profissional”, e confrontamos com as especificidades comportamentais dos integrantes de

⁴³ BARRETO, Raimundo. A construção de um discurso Batista para a defesa dos direitos humanos. In: ROSA, Wanderley Pereira da; RIBEIRO, Osvaldo Luiz. *Religião e sociedade (pós) secular*. Santo André: Unida, 2014, p. 238.

⁴⁴ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. 18 ed. Brasília: Edições Câmara, 2017, p. 43.

⁴⁵ WEBER, 1999, p. 563.

todas as bancadas, seus hábitos como pastores e toda a estrutura organizacional que os cerca, suas frentes de defesa e as constantes demonstrações de força através da união de seus pares dentro do Congresso, percebe-se a ressignificação dos cultos como mais uma forma de demonstração de poder.

Baptista defende que esta condição “criou um tipo de ator político-religioso, o povo pentecostal, disciplinado e controlado pelas oligarquias estabelecidas dentro do próprio movimento”⁴⁶. Baptista ainda explica o surgimento da visão do fiel como poderosa vantagem política:

No caso brasileiro, os partidos e grupos ansiosos por conquistar o poder perceberam há duas ou três décadas a facilidade com que as lideranças pentecostais eram seduzidas a cooptação, através de acordos fisiológicos e clientelistas. Perceberam, também, o potencial eleitoral que resultada dessas adesões, em termos de quantidade de votos, porque as congregações pentecostais, em geral, se comportavam como currais eleitorais.⁴⁷

Os chamados “políticos de Cristo” afirmam-se pela sua enorme capacidade de arrebatador seguidores, pois possuem um apoio que vai além do político – o da comunhão das mesmas crenças e a certeza, por parte dos fiéis, que aqueles seriam os próprios representantes de Deus em defesa do bem maior de todos, mesmo daqueles que não pertencem à mesma religião. Para o fiel, somente um político que comunga com seus ideais religiosos estaria capacitado para exercer um mandato político. Baptista diz que:

[...] muitos parlamentares evangélicos, hoje, usam bandeiras em comum, independente de seu partido político, para trabalhar dentro de um viés que facilite a defesa da família, da moral e da religião cristã, fundamentados que estão em sua condição numérica, objetivando o poder e a visibilidade dos líderes religiosos e suas respectivas igrejas ou denominações, herança que vem desde os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, na qual os deputados evangélicos erguiam bandeiras em comum, como o combate do mal e a defesa dos costumes tradicionais cristãos.⁴⁸

Esta defesa da família que julgam tradicional, esta configuração ideal poderia ser questionada, considerando, por exemplo, a existência e a importância de várias narrativas e vivências familiares na sociedade brasileira. Porém esta pesquisa não se aterá a esta problemática das definições de família e suas relações na sociedade, ainda que este um assunto seja importante e mereça atenção, contudo não se trata do foco deste trabalho.

⁴⁶ BAPTISTA, 2009, p. 19.

⁴⁷ BAPTISTA, 2009, p. 19.

⁴⁸ BAPTISTA, 2009, p. 46.

Dentre os principais recursos utilizados para ascensão do poder político evangélico, uma das estratégias mais impactantes e que definitivamente colaborou para o crescimento do alcance das massas pelas ideologias evangélicas foi o investimento em recursos midiáticos que pudessem dar o alcance que nenhum outro partido tem, além de permanentemente lutar para implantar leis que beneficiem a ampliação de seus cultos. Freston defende que “[...] a política também facilita o acesso à mídia, que é outra maneira de estabelecer lideranças. A mídia e a política se reforçam mutuamente na estruturação do meio evangélico”⁴⁹. Freston relata um dos primeiros episódios de associação do mundo evangélico brasileiro em busca de espaço na mídia. Relata que:

[...] Nilson Fanini, famoso pregador de massas, era também casado com a herdeira do grupo empresarial Kepler Weber S/A. Montou uma rede própria com seminário, obras sociais, cruzadas e programas de televisão. De renome internacional, tem grande apoio em meios batistas nos Estados Unidos. Seu nome era sempre ligado a boatos de candidaturas políticas. Logo após as eleições de 1982, Fanini ganhou a concessão do Canal 13 de televisão do Rio de Janeiro (TV Rio), derrotando concorrentes poderosos.⁵⁰

De fato, pode-se dizer que política e religião trazem certa singularidade na forma de sua espetacularização midiática, se inserindo nos inevitáveis padrões da pós-modernidade.⁵¹ O discurso traduzido pelas referências midiáticas reforça os discursos doutrinários das denominações evangélicas e os potencializam. Chauí exemplifica ao falar da busca por credibilidade, confiabilidade e prestígio:

Na política, as imagens tornam-se muito sofisticadas e complexas porque precisam garantir, simultaneamente, estabilidade e permanência ao poder e sua adaptabilidade, flexibilidade e dinamismo para responder às conjunturas. A competição pública não se faz entre partidos, ideologias ou candidatos, mas entre imagens que disputam valores como ‘credibilidade’, ‘confiabilidade’, ‘respeitabilidade’, ‘inovação’, ‘prestígio’.⁵²

Seria possível equilibrar posicionamentos confessionais com a busca de uma nação cidadã, onde expectativas individuais e privadas conflitam com interesses públicos, sob a ótica da ética e da razão? Esta é uma das questões que norteiam o pensamento político atual. Para Rosseau, a soberania é elemento essencial do Estado, sendo absoluta na ordem pública da sociedade. Segundo ele:

⁴⁹ FRESTON, 1994, p. 63.

⁵⁰ FRESTON, 1994, p. 41.

⁵¹ O alcance midiático dos atores políticos evangélicos será tratado com mais profundidade nos próximos capítulos.

⁵² CHAUI, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 386.

O Estado ou a Cidade mais que uma pessoa moral, cuja vida consiste na união de seus membros, e se o mais importante de seus cuidados é o de sua própria conservação, torna-se necessária uma força universal e compulsiva para mover e dispor cada parte da maneira mais conveniente a todos. Assim como a natureza dá a cada homem poder absoluto sobre todos os seus membros, o pacto social dá ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus, e é esse mesmo poder que, dirigido pela vontade geral, ganha, como já disse, soberania.⁵³

Rosa afirma que “[...] o mundo protestante fragmentou-se numa infinidade de denominações religiosas comprometidas com seus próprios projetos, na maioria das vezes focadas numa espiritualidade individualista e preocupada com uma santidade moralista [...]”⁵⁴. O envolvimento do cidadão fiel na política saltou do lugar de cidadão ao de defensor das doutrinas diante da suposta ameaça do Estado aos seus princípios cristãos. Rosa descreve uma das primeiras revoluções de destaque na união dos fiéis para uma causa política.

De repente, o discurso conservador evangélico de que ‘crente não se mete em política’, uma forma escamoteada de apoio à ditadura, deu lugar ao ‘irmão vota em irmão’. Para justificarem o rompimento com a alienação política, líderes pentecostais lançaram mão de boatos que davam conta de um complô para restringir a liberdade dos evangélicos no país em benefício da Igreja Católica [...] os evangélicos deveriam ser eleitos para salvar a liberdade religiosa.⁵⁵

Como consequência, julgaram necessário reunir-se para o fortalecimento de suas bases. Em 1985, em Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil, em Anápolis (GO), aconteceu o início do planejamento do que hoje conhecemos como Bancada Evangélica. Baptista detalha que:

[...] apelaram para que a maior denominação pentecostal brasileira se envolvesse no Congresso Constituinte. Em abril do mesmo ano, a Convenção geral convocou os presidentes de convenções estaduais para um encontro em Brasília. Após este encontro, a Assembleia de Deus de catorze estados apresentou candidatos oficiais de seus próprios quadros e, em quatro estados, resolveu apoiar outros candidatos pentecostais ou carismáticos. Desses dezoito, foram eleitos treze e um suplente assumiu o mandato após o Congresso Constituinte.⁵⁶

Para esclarecer este fenômeno da união dos políticos frente a objetivos comuns, cabe aqui o esclarecimento sobre a diferença entre Bancadas e Frente Parlamentar. Baptista resume:

⁵³ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1994. p. 48.

⁵⁴ ROSA, Wanderley Pereira da. *Por uma fé encarnada: teologia social e política no protestantismo brasileiro*. 2015. 298 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. p. 174.

⁵⁵ ROSA, 2015, p. 174.

⁵⁶ BAPTISTA, 2009, p. 21.

Sob a ótica do funcionamento da Câmara dos Deputados, faz-se necessário distinguir ‘bancada’ de ‘frente parlamentar’, pois existem as duas coisas e são bem distintas. [...] bancada é um termo genérico para fazer referência a um agrupamento de parlamentares que têm algo em comum. [...] Já a frente parlamentar constitui uma associação de parlamentares que se define para defender projetos especificamente de uma área.⁵⁷

A partir desta afirmativa, percebe-se o fortalecimento da necessidade de defesa dos dogmas evangélicos, instaurando na Câmara a priorização da defesa dos interesses específicos dos políticos desta crença religiosa, tendo esta demanda se tornado mais forte que os interesses do próprio Partido Político. Dantas completa esta definição:

As frentes são grupos constituídos por parlamentares de diferentes siglas partidárias que defendem interesses comuns. Não assumindo compromisso ideológico e político com seus partidos, muitos deputados se associam para fazer valer interesses pessoais, profissionais, religiosos e econômicos.⁵⁸

Dali em diante, considerando o reforço que esta união de forças trouxe à causa evangélica a partir destas associações políticas, a representação e atuação evangélica aumentaram dentro do Poder Legislativo, levando estes parlamentares a criarem oficialmente em 2003 a Frente Parlamentar Evangélica. Maia afirma que:

[...] a Frente Parlamentar Evangélica é uma formalização que representa o nível organizacional dos evangélicos dentro de espaço político e possui característica suprapartidária e interdenominacional. Ou seja, possui membros de diversos partidos e das mais variadas denominações evangélicas, incluindo membros de igrejas protestantes, históricas e pentecostais.⁵⁹

À época, o ex-deputado Adenor Vieira foi o responsável pela fundação da Frente Parlamentar Evangélica. Em entrevista concedida à Maia no ano de 2005, relata que é evidente:

[...] a defesa de um Estado laico para que haja liberdade religiosa, inclusive tivemos que fazer uma inserção forte agora porque o novo código civil deixou, não só as Igrejas, mas também os partidos políticos à margem. Essa questão é fundamental, no caso da liberdade religiosa. Na questão da família, preservação da família a começar pela manutenção do casamento, preservação da espécie através da união civil não de pessoas do mesmo sexo, nós trabalhamos contra a união civil de pessoas do mesmo sexo. [...] resumindo mais ou menos esta é a nossa missão.⁶⁰

⁵⁷ BAPTISTA, 2009, p. 207.

⁵⁸ DANTAS, 2011, p. 163.

⁵⁹ MAIA, 2012, p. 99.

⁶⁰ VIEIRA, 2005 *apud* MAIA, Eduardo Lopes Cabral. *A política evangélica: análise do comportamento da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal (2007-2010)*. 2012. 335 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/96150/304933.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017. p. 100.

Percebe-se com este relato que a laicidade⁶¹ do Estado aparentemente provoca uma revolução de busca de poder, fato antagônico ao seu ideal original. Ao considerarmos a laicidade do Estado, devemos lembrar que laico não significa sem religião, e sim respeito à pluralidade e até mesmo ao indivíduo não religioso, impondo ao governo que se mantenha neutro em relação às diferentes vertentes religiosas da sociedade, ficando vedado tomar partido ou buscar favorecimento a qualquer crença. Por ser laico, o Estado tem de permitir, pelo menos, oficialmente, a livre expressão da fé e sua busca por propagação. Isso inclui também a busca por liderança política, já que é na política que está a lógica da defesa dos interesses públicos e onde mais estaria a melhor possibilidade de fazer valer os mandamentos e crenças religiosas, fortificando-as e homogeneizando conceitos confessionais aos encaminhamentos de leis e diretrizes sociais.

Faz sentido então o eleitorado evangélico buscar opções de candidatos que possam vir a representar seus interesses no Parlamento, de acordo com os princípios defendidos no seu ambiente de fé. Dantas defende que “[...] os atores religiosos, em defesa de suas demandas, penetram no espaço público e atuam no jogo político assim como as instituições políticas intervêm nos conflitos religiosos e regulam, em certa medida, a vida dos cidadãos”⁶². Em paralelo, candidatos se apoderam das doutrinas para atrair votos e coligações. Cunha afirma que:

Exércitos precisam de inimigos. A teologia de um Deus Guerreiro e Belicoso sempre esteve presente na formação fundamentalista dos evangélicos brasileiros, compondo o seu imaginário e criando a necessidade da identificação de inimigos a serem combatidos.⁶³

Seguindo neste sentido, como exemplo de representatividade política pode-se citar a Igreja Universal do Reino de Deus. A inserção na mídia, a competência dominante de seu líder e fundador, o Bispo Edir Macedo, as alianças políticas e o expressivo aumento do número de fiéis permitiram o crescimento na participação política que segundo Baptista:

[...] quem conhece o mundo evangélico sabe que ainda persiste a lógica simplista de que é possível transformar a sociedade a partir d indivíduo. Prevalece a ideia de que

⁶¹ O emprego do termo laicidade é, portanto, mais objetivo, relaciona-se mais diretamente com a organização do Estado, com as relações entre a religião e o espaço público. Assim, “[...] a partir desta constatação, é possível imaginar a configuração de um Estado laico em uma sociedade que não esteja totalmente secularizada. Já o contrário é mais difícil de se imaginar, pois a secularização implica na separação de esferas. Pode haver um Estado laico em uma sociedade que ainda não está secularizada, porém, embora existam alguns casos, é bem menos comum haver sociedades secularizadas cujos Estados não sejam laicos.” MAIA, 2012, p. 34.

⁶² DANTAS, 2011, p. 22.

⁶³ CUNHA, Magali do Nascimento. *Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital*. Curitiba: Prisma, 2017. p. 118.

bastaria converter todas as pessoas, ao evangelho de Jesus Cristo, de acordo com as concepções doutrinárias que eles defendem, para que a sociedade no todo fosse automaticamente reformada. Com base neste paradigma, são ignoradas, na conformação da realidade: a força das instituições, a influência estruturante das relações sociais, o peso das tradições e a importância da construção histórica. Dentro de tal visão, não há lugar para qualquer projeto de sociedade, evidentemente.⁶⁴

A Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus configuram-se como as congregações mais representativas pentecostais e neopentecostais, sendo talvez fator determinante o alcance midiático de suas lideranças, sempre focados na defesa dos bons costumes e dos valores tradicionais, proclamado sempre em suas campanhas.⁶⁵ Quanto à estratégia do discurso da moral, Dantas define que:

O fisiologismo, o corporativismo e, em algumas ocasiões, a corrupção caracterizaram a forma de fazer política das igrejas pentecostais, as quais desenvolveram estratégias eleitorais para garantir o ingresso de líderes eclesiásticos na vida pública, fortalecendo, desse modo, as congregações no campo religioso, aumentando seu prestígio social e ampliando seu poder de barganha.⁶⁶

Assim, observa-se que as relações de poder entre Igreja e Estado, no caso da representação evangélica, ficam pautadas nas esferas da moral e de uma espécie de luta do bem contra o mal. Dantas diz que “[...] a eleição de candidatos evangélicos é uma estratégia de ocupação de instituições ‘totalmente controladas’ pelo demônio a fim de promover a exorcização política, a ‘redenção’ da sociedade e a vitória sobre o mal”⁶⁷. A busca pela moral, sob sua doutrina e interpretações próprias, defendidas a todo custo, acima inclusive dos direitos individuais dos cidadãos, une-se com a cultura do capitalismo buscando alcançar poder econômico e reconhecimento social. Percebe-se que os novos fiéis buscam conquistas, prazeres da vida, sucesso e riquezas e a inserção política, para eles, acontece como parte do plano de Deus para a dominação cristã. Em pesquisa sobre as eleições no Rio de Janeiro no ano de 2002, Machado observou que:

Considerando que a base social dos grupos evangélicos de maior expressão política no Brasil encontra-se nos setores de baixa renda e pouca escolaridade, pode-se concluir que, do ponto de vista dos fiéis eleitores, quanto mais religioso e comprometido com a ‘obra de Deus’, mais próximo estará o candidato do ideal de representando ou do ‘bom político’. Essa é uma lógica que favorece, e em muito, os que têm a delegação da instituição religiosa. E esse é um dos motivos da preferência da IURD e de outras igrejas pelas candidaturas daqueles que abraçam o ministério do pastorado. Digo um dos motivos porque não se pode ignorar que, quanto maior o

⁶⁴ BAPTISTA, 2009, p. 294.

⁶⁵ DANTAS, 2011, p. 24.

⁶⁶ DANTAS, 2011, p. 26.

⁶⁷ DANTAS, 2011, p. 36.

vínculo com a instituição, maior a possibilidade de controle da hierarquia religiosa sobre a atuação do parlamentar.⁶⁸

E assim como pastores fazem de sua representatividade religiosa uma vantagem fundamental diante de seus eleitores, a forma de relacionamento com os fiéis e a defesa dos ideais utilizadas no discurso, se incorporam na identidade política. Segundo Piovezani Filho “[...] a política espetacularizou-se, inseriu-se, com efeito, nos padrões midiáticos pós-modernos”⁶⁹. De fato, ao impor o culto e o louvor publicamente, na Câmara do Congresso Nacional, à vista da imprensa e aos olhares da mídia, estendendo o âmbito institucional da igreja para o espaço público, percebe-se a espetacularização do culto como discurso de afirmação.

Estes políticos assumem uma postura imediatista, dedicando-se à prestação de serviços religiosos e à busca de resultados imediatos para os problemas de sua clientela. A mudança da sociedade depende da conversão do indivíduo e de sua consequente mudança de vida. Exemplificando, a partir do discurso *iurdiano*, o individualismo como solução de problemas pessoais e sociais convive paradoxalmente com a ideia de que o povo de Deus precisa participar do processo democrático elegendo representantes da mesma fé que, de fato, contribuam para moralizar a política. Nesse sentido, a participação política e o exercício da cidadania por meio do voto seriam formas legítimas de manipulação da realidade social. A igreja investe na formação política dos fiéis com o propósito de conscientizá-los da importância de votar em seus candidatos. Sustenta que tem o dever de assumir a responsabilidade política dada por Deus, que consiste em ocupar espaços públicos bem como governar cidades, estados e nações. Mas, para isso, os fiéis precisam cumprir seu dever político: votar em ‘homens de Deus’. Neste sentido, Cunha afirma que:

[...] é também um ato de afirmação de um grupo que se vê em crescimento numérico e geográfico, em fraca conquista no campo econômico-financeiro, vivenciador de um *momentum* no contexto da redemocratização do país. Significa a construção da capacidade de evangélicos reivindicarem acesso à esfera pública institucional assim como outros segmentos sociais emergentes a saírem da invisibilidade, recriando sua identidade de minoria política e de subcultura religiosa para a de um grupo-alvo influente.⁷⁰

⁶⁸ MACHADO, 2006, p. 80.

⁶⁹ PIOVEZANI FILHO, Carlos Félix. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 51.

⁷⁰ CUNHA, 2017. p. 38.

Esta ascensão que Cunha defende, as consequências sociais da religiosidade na política e o aprofundamento nas formas de ação e atratividade de cada vez maior número de fiéis serão estudadas no próximo capítulo.



2 CIDADANIA E RELIGIÃO: QUESTÕES TEÓRICAS

Este capítulo buscará aprofundar os estudos teóricos sobre a forma como o discurso evangélico influencia nas diversas áreas dos contextos sociais e político. Os motivos do crescimento da população declaradamente evangélica, a influência na política, na economia, na educação, nas eleições e nas tomadas de decisões dos fiéis das denominações evangélicas acerca da sociedade, bem como as questões sobre a influência da Teologia da Prosperidade e as categorias teóricas de dominação e ideologia, serão os assuntos tratados nas próximas páginas.

2.1 Cidadania e religiosidade: questões sociais

A Constituição Federal de 1988 garante a liberdade religiosa entre os direitos fundamentais do/a brasileiro/a. A legislação indica que o Estado é laico, assegurando a dignidade do indivíduo, a liberdade de consciência e crença, sob o livre exercício da prática religiosa. Canotilho analisando o texto da Constituição indica que:

No fundo, a problemática da restrição dos direitos fundamentais supõe sempre um conflito positivo de normas constitucionais, a saber, entre uma norma consagradora de certo direito fundamental e outra norma consagradora de outro direito ou de diferente interesse constitucional. A regra de solução do conflito é de máxima observância dos direitos fundamentais envolvidos e da sua mínima restrição compatível com a salvaguarda adequada de outro direito fundamental ou de outro interesse constitucional em causa. Por conseguinte, a restrição de direitos fundamentais implica necessariamente em uma relação de conciliação com outros direitos ou interesses constitucionais e exige necessariamente uma tarefa de ponderação ou de concordância prática dos direitos ou interesses em conflito. Não se pode falar em restrição de um determinado direito fundamental em abstrato, fora da sua relação com um concreto direito fundamental ou interesse fundamental diverso.⁷¹

Conceitualmente, no capítulo que trata dos Direitos Fundamentais estão reunidos também a defesa do cidadão perante o Estado, garantindo a busca pela dignidade, igualdade e liberdade diante dos outros indivíduos do grupo social ao qual pertence. A Constituição de 1988 descreve:

⁷¹ CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. *Fundamentos da Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991. p. 134.

Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, [...].⁷²

Nesse sentido a Constituição esclarece que não apenas brasileiros e brasileiras serão e terão tratamento igual, mas também os estrangeiros. Para não deixar lacuna o legislador previu também a liberdade de culto religioso que está determinada no artigo 5º, inciso VI, da Constituição Federal de 1988 que afirma que: “[...] é inviolável a liberdade de consciência de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção dos locais de culto e suas liturgias”⁷³. Também declara no inciso VII que “é assegurado, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva”⁷⁴.

O direito de liberdade de consciência deve, também, ser assegurado a todos, como agnósticos e ateu. Neste ponto onde cidadania e religiosidade se encontram, é dever do Estado garantir esta liberdade de consciência e, quando são encontradas distorções religiosas, por exemplo, há clara indicação da garantia de um Estado laico.

No campo de ação das ciências sociais, a religiosidade nasce junto com os valores e o conhecimento que uma sociedade traz em seu desenvolvimento histórico. As lideranças religiosas têm um papel fundamental de agentes da interpolação entre o cidadão e o Estado. No templo, o discurso do líder é identificado como um elemento fundamental do contexto social. Nos mais diversos setores da vida social, principalmente os relacionados às estruturas de poder como estamos estudando nesta pesquisa, a figura do líder tem importância. A religião tem o poder de legitimar uma postura crítica e revolucionária de uma ordem social. Mas, os líderes religiosos preferem ocultar as causas reais da dinâmica social e seus conflitos, atribuindo-lhes tão somente explicações transcendentais. Bauman observa como o ser humano pós-moderno necessita de alguma legitimação e se torna dependente dela e do discurso no qual decide crer:

Os homens e mulheres pós-modernos realmente precisam do alquimista que possa, ou sustente que possa, transformar a incerteza de base em preciosa auto-segurança, e a autoridade da aprovação (em nome do conhecimento superior ou do acesso à sabedoria fechado aos outros) é a pedra filosofal que os alquimistas se gabam de possuir. A pós-modernidade é a era dos especialistas em ‘identificar problemas’, dos restauradores da personalidade, dos guias de casamento, dos autores dos livros de autoafirmação; é a era do ‘surto de aconselhamento’. Os homens e mulheres pós-modernos, quer por preferência, quer por necessidade, são selecionadores. E a arte de selecionar é principalmente em torno de evitar um perigo: o de perder uma

⁷² BRASIL, 2018, p. 17.

⁷³ BRASIL, 2018, p. 18.

⁷⁴ BRASIL, 2018, p. 18.

oportunidade – por não vê-la bastante claramente, ou por não persegui-la bastante incisivamente, ou por ser uma agente de demasiada inexperiência para capturá-la. Para evitar esse perigo, os homens e mulheres pós-modernos precisam de aconselhamento. A incerteza de estilo pós-moderno não gera a procura da religião: ela concebe, em vez disso, a procura sempre crescente de especialistas na identidade. Homens e mulheres assombrados pela incerteza de estilo pós-moderno não carecem de pregadores para lhes dizer da fraqueza do homem e da insuficiência dos recursos humanos. Eles precisam de reafirmação de que podem fazê-lo – e de um resumo a respeito de como fazê-lo.⁷⁵

Observando as afirmações de Bauman pode-se dizer que a reafirmação do poder que os atores religiosos evangélicos defendem e disseminam atraem este ser humano que vive este tempo pós-moderno, que busca, seja por necessidade ou vontade, a realização pessoal nas diversas esferas sociais. Então a religiosidade não é apenas um fenômeno individual, mas está imerso em uma rede de relações sociais e culturais. Contudo, pode-se afirmar que a religiosidade não se define apenas como uma ação social, mas também pode ser lida como um fenômeno “antropológico existencial”⁷⁶.

Cabe neste trabalho citar brevemente o assunto Ensino Religioso Escolar, pois este é um dos pontos polêmicos quando tratamos de religião e política e suas consequências no exercício dos direitos fundamentais do cidadão. O Ensino Religioso Escolar é hoje matéria facultativa considerada de formação básica do cidadão, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, ficando vedadas quaisquer formas de proselitismo. O ambiente escolar acolhe a diversidade da população brasileira e absorve sujeitos de diferentes condições econômicas, sociais, culturais, étnicas e também religiosas. Assim, cabe à escola o papel de formar indivíduos tolerantes e respeitosos diante das escolhas do outro.⁷⁷ Siqueira resume esta perspectiva afirmando que:

Compreende-se hoje que a educação escolar não tem função específica a formar crentes para qualquer denominação religiosa. Mas, em se tratando de uma escola aberta a todos os cidadãos, de diferentes crenças, ou indiferentes, ou que se dizem ateus, surge a questão de como educar para o exercício da cidadania, o respeito e a tolerância religiosa frente ao pluralismo religioso presente na sociedade brasileira.⁷⁸

A escola deveria oportunizar para os educadores e educandos um grande caminho de formação para a cidadania. Deveria incentivar a aprendizagem desde teorias até valores

⁷⁵ BAUMAN, 1998, p. 221.

⁷⁶ BAUMAN, 1998, p. 209.

⁷⁷ SIQUEIRA, Giseli do Prado. *O ensino religioso nas escolas públicas do Brasil: implicações epistemológicas em um discurso conflitivo entre a laicidade e a confessionalidade num Estado republicano*. 2012, 343 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1967/1/giselidopradosiqueira.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018. p. 21.

⁷⁸ SIQUEIRA, 2018, p. 22.

culturais e direitos humanos. O objetivo ético da escolarização necessitaria estar alicerçado na formação para um futuro adulto capaz de reconhecer as fronteiras entre a sua privacidade e o espaço público. A Constituição Federal de 1988⁷⁹ determina que o Ensino Religioso, uma disciplina obrigatória, porém de matrícula facultativa, deve fazer parte da formação compartilhada dos estudantes. Desde a Constituição Federal de 1934, o Ensino Religioso pertence à matriz curricular das escolas públicas, na etapa de Ensino Fundamental.⁸⁰

A grande questão é que, apesar de um Estado laico ser o pretendido e definido pela Constituição, o Supremo Tribunal Federal autorizou em 27 de setembro de 2017 o Ensino Religioso confessional nas escolas públicas.⁸¹ Diante desta decisão existe o desafio de garantir que estes ensinamentos respeitem a pluralidade religiosa e ao mesmo tempo respeitem a sociedade democrática. Contudo, o Ensino Religioso deveria discorrer sobre as diversas formas de fé presentes no cenário nacional, princípios culturais e históricos, não tendo como objetivo tornar o indivíduo adepto deste ou daquele rito religioso, mas sim, um conhecedor das diferentes religiões. Dantas define que “[...] o regime democrático laico determina que, além de não confessional, o Estado deve dispensar tratamento igualitário a todas as religiões e manter-se neutro quando os assuntos dizem respeito às instituições eclesiais”⁸².

Na próxima etapa, será analisada a Teologia da Prosperidade, suas origens, representações e influências nas questões político-sociais, e como esta interpretação teológica ajuda na construção do empoderamento de um segmento evangélico brasileiro.

2.2 Teologia da Prosperidade: o dinheiro que empodera

Considerada determinante para o crescimento do número de evangélicos e também da sua influência política, faz-se importante destacar aqui a Teologia da Prosperidade, que reúne crenças sobre cura, prosperidade e poder da fé. Esta convicção de prosperidade fundamenta-se especialmente no poder do dinheiro e do crescimento pessoal, profissional e das relações de poder do religioso, que busca incessantemente um crescimento onde está inserido, inclusive, o destaque político na sociedade. Dantas define que:

⁷⁹ BRASIL, 2018, p. 161.

⁸⁰ BRASIL, Constituição (1934). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

⁸¹ MORENO, Ana Carolina. Ensino religioso confessional pode gerar disputa por espaço em sala de aula, dizem especialistas. *Portal G1*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/autorizacao-de-ensino-religioso-confessional-pelo-stf-pode-criar-caos-de-gestao-dizem-especialistas.ghtml>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

⁸² DANTAS, 2011, p. 17.

A política, portanto, é o palco da disputa espiritual entre o bem e o mal, cuja vitória é destinada aos que ocupam posições privilegiadas na sociedade e conseguem promover uma espécie de dominação sócio-política. Caso os cristãos assumam cargos políticos de peso e adquiram notoriedade pública, terão mais condições de evangelizar e cristianizar a sociedade por meio da atividade político partidária, o que representa no mundo espiritual a derrota do demônio.⁸³

Para melhor entendimento do discurso evangélico, faz-se necessário entender as bases desta teologia e da evolução dos conceitos pentecostais e neopentecostais e até onde ela influencia na busca de ascensão nas esferas públicas de poder. A partir do conceito exposto por Moraes é possível compreender o pentecostalismo:

[...] o Pentecostalismo brasileiro vive no estágio da re-existência, ou seja, ele é marcado pela capacidade de re-existir, de se re-significar, de se reinventar. O fulcro do Pentecostalismo é essa flexibilidade, que lhe permite insistir em existir de forma criativa, adaptando-se às novidades que despontam de tempos em tempos na estruturação da sociedade brasileira, mesmo que esta se apóie em pilares antigos como o sentimentalismo, a perspectiva intuitiva e o pensamento mágico, em matéria de religião. O Pentecostalismo aproveita esses princípios e muda conforme a necessidade do momento. Aquilo que pode ser apontado como a maior virtude do ethos pentecostal, ou seja, sua capacidade camaleônica de se configurar conforme o contexto, é também o maior problema para os especialistas em matéria de religião, quando estes necessitam de um conceito, que é estático por natureza, mas que tem a incumbência de designar algo em constante mutação. Por isso o conceito neopentecostal, que comumente tem designado a terceira onda do Pentecostalismo no Brasil, é um termo datado. O prefixo neo de neopentecostal designou algo novo durante um tempo, mas não se pode dizer que essa novidade continue valendo, tendo perenidade, pois o tempo para a religiosidade pentecostal é algo que flui com facilidade.⁸⁴

A partir destas afirmações, busca-se compreender a importância de entender a Teologia da Prosperidade como princípio pentecostal. Teve sua origem nos EUA, na década de 1940, mas só se constituiu como movimento doutrinário no decorrer do ano de 1979, quando encontrou guarida nos grupos evangélicos carismáticos dos EUA, adquirindo visibilidade e se difundindo para outras correntes cristãs. Originalmente o televangelista norte-americano, Oral Roberts foi seu precursor, sendo, posteriormente, seguido por vários pregadores.⁸⁵ Cunha esclarece que:

A pregação sobre o direito a reinar com Deus e desfrutar das suas riquezas e do seu poder parece responder à necessidade de aumento da autoestima dos membros das

⁸³ DANTAS, 2011, p. 29

⁸⁴ MORAES, Gerson Leite. Neopentecostalismo: um conceito-obstáculo na compreensão do subcampo religioso pentecostal brasileiro. *Revista de Estudos da Religião*, a. 10, n. 2, p. 1-19, 2010. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv2_2010/t_moraes.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018. p. 12.

⁸⁵ LEMOS, Carolyne Santos. Teologia da Prosperidade e sua expansão pelo mundo. *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, v. 11, n. 20, p. 80-96, jul/dez, 2017. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/reveleiteo>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

igrejas históricas, inferiorizados pelo crescimento pentecostal e vitimados pelas políticas neoliberais excludentes implantadas no país. Por outro lado, a ‘confissão positiva’ carrega elementos da matriz religiosa brasileira: concebem-se pobreza, doença, as agruras da vida, qualquer sofrimento do cristão como resultado de um fracasso – concretização da falta de fé ou de vida em pecado. Individualismo e competição também se tornam palavras de ordem, no que diz respeito a pessoas ou a grupos.⁸⁶

Destaca-se como precursor Kenneth Hagin, que liderou a expansão do movimento da Confissão Positiva para muitos países, incluindo o Brasil. Evangelista batista, porém crente na cura divina, Hagin logo se aproximou dos pentecostais, recebendo o batismo. Segundo Silveira:

Kenneth Hagin (1917-2003) foi um pregador que disseminou os ensinamentos do mestre por meio de livros, fitas cassete, seminários, apregoando que se pode repetir com fé qualquer promessa bíblica, aplicando à sua necessidade pessoal, e exigir de Deus seu cumprimento.⁸⁷

Como defensor e difusor dos pensamentos da Confissão Positiva, Hagin inspirou-se em Essek Kenyon e chegou mesmo a plagiar vários escritos dele. Silveira detalha:

Kenyon sofreu influência de seitas como ‘Ciência da Mente, Escola da Unidade do Cristianismo, Sociedade do Cristo que Cura, Igreja da Ciência Religiosa, Ciência Cristã e a metafísica do Novo Pensamento’, as quais acreditavam no poder da mente e na negação da existência da doença, do sofrimento, do pecado e da enfermidade.⁸⁸

A Teologia da Prosperidade inicia sua trajetória no Brasil no último ano da década de 1970. Desde então penetrou em muitas igrejas e ministérios paraclesiásticos. Como exemplo, especialmente na Igreja Universal do Reino de Deus, a Teologia da Prosperidade é pilar doutrinário, onde é sustentado que a fé pode fazer alguém prosperar financeiramente, bastando crer. Freston assim analisa a Teologia da Prosperidade:

A Teologia da Prosperidade (TP) é uma forma de modernismo teológico, uma adaptação às sensibilidades da sociedade de consumo e às exigências do mercado religioso. O conceito evangélico de bênção é igual em conteúdo àquilo que a sociedade chama de sorte. O mesmo conceito é batizado com uma palavra religiosa; não há reformulação do conceito. Esquecemos que, bíblicamente, é Deus quem define o bem e a prosperidade, e não nós mesmos. A igreja evangélica torna-se cada vez mais hedonista e narcisista. Evangélicos imbuídos da TP não estão em condições adequadas para ser cristãos abnegados e autodisciplinados que precisamos

⁸⁶ CUNHA, 2017, p. 22.

⁸⁷ SILVEIRA, Marcelo. *O discurso da teologia da prosperidade em igrejas evangélicas pentecostais: estudo da retórica e da argumentação no culto religioso*. 2007. 221 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-07022008-113110/publico/TESE_MARCELO_SILVEIRA.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017. p. 24.

⁸⁸ SILVEIRA, 2007, p. 24.

na política. A TP não produz pessoas dispostas a se sacrificar e a assumir posturas heroicas em questões políticas.⁸⁹

A partir daí, baseando-se na Confissão Positiva de Kenneth Hagin, diversos pregadores brasileiros, entre eles o Bispo Edir Macedo, adaptaram esses ensinamentos para a realidade das igrejas brasileiras, defendendo que palavras e atitudes pronunciadas com fé encerram o poder de alterar a realidade vivida pelas pessoas. Gabatz explica:

Importante destacar que se trata da promoção de uma leitura direcionada para os problemas, sobretudo os de ordem financeira, emocional e também àqueles atinentes à saúde, visando suprir necessidades cotidianas. A teologia da confissão positiva na sua configuração contemporânea é a afirmação de um modelo triunfalista que aspira mais espaço e busca ampliar e consolidar a sua presença nos mais variados meios seculares. É um mundo sob o domínio da massificação que visualiza os seres humanos a partir do individualismo, independente de seus atributos, a oferta e a procura da prosperidade neste mundo, é reiterada através do apelo religioso e com base prioritariamente na expectativa da eficácia. Há uma intensa dualização da vida, fomentada por um sentido religioso que passa a abarcar de forma imediata demandas e necessidades, cotidianas ou extraordinárias, exigindo colocá-las sob o poder de Deus.⁹⁰

Os fiéis devem dar, em troca das bênçãos alcançadas, aquilo que lhes pertence, como força para praticar boas obras e parte de seus ganhos. Ser contribuinte financeiro, em tese, é colaborar com as obras da igreja, ser generoso para com os irmãos mais pobres, seguir as leis impostas por Deus. Porém, Edir Macedo relatou que “[...] as pessoas não devem dar oferta para ajudar a Igreja, mas para ajudar a si próprias. Quem dá está fazendo um investimento em si, na sua vida, é o que mostra a Bíblia. Quem dá tudo recebe tudo de Deus. É inevitável. É toma lá, da cá”⁹¹.

O fiel que segue esses preceitos expressa sua confiança em Deus e recebe em troca as bênçãos, a felicidade e paz numa vida em abundância. Esta corrente teológica defende que o fiel, a partir do momento de sua conversão, passa a viver sob a luz do Espírito Santo e adquire o direito à posse da prosperidade material e da vida em abundância, como Deus prometia nas sagradas escrituras. Paralelamente às bênçãos, o fiel deve praticar e confessar a sua fé, obedecendo às exigências bíblicas referentes à manutenção da obra do Senhor. O enriquecimento dos líderes das igrejas é divulgado por eles mesmos como demonstração do

⁸⁹ FRESTON, 1994, p. 140.

⁹⁰ GABATZ, Celso. *O neopentecostalismo e a teologia da prosperidade no Brasil: aspectos de uma identidade religiosa e social na contemporaneidade*. 2017. 171 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6489/Celso%20Gabatz_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 mar. 2018. p. 55.

⁹¹ LEMOS, Christina; TAVOLARO, Douglas. *O Bispo: a história revelada de Edir Macedo*. São Paulo: Larousse, 2007. Disponível em: <https://mafiadoc.com/o-bispo-a-historia-revelada-de-edir-macedo-christina-lemos-_5a17c2041723ddb3952ee5c0.html>. Acesso em: 20 mar. 2018. p. 164.

poder da fé e que Deus deseja a riqueza material para todos. Weber identificou o pensamento religioso nos seus estudos quando analisou protestantes puritanos.

É verdade que a utilidade de uma vocação e por sua aprovação aos olhos de Deus é medida primeiramente em termos morais e depois em termos de importância dos bens por ela gerados para a comunidade. A seguir, porém, e em termos práticos acima de tudo, pelo critério mais importante da lucratividade do empreendimento. De fato, se Deus, cujas mãos os puritanos viam em todas as ocorrências da vida, aponta para um de Seus eleitos uma oportunidade de lucro, este deve segui-la com um propósito; de modo que um cristão de fé deve atender a tal chamado tirando proveito da oportunidade. Se Deus te mostra um caminho pelo qual possas, legalmente, obter mais que por outro (sem dano para tua alma ou de outrem), e se o recusares e escolheres o de menor ganho, estarás em conflito com uma das finalidades de tua vocação e estarás recusando ser servo de Deus, e aceitando Suas dádivas e usando as para Ele quando Ele assim quis: podes trabalhar para ser rico para Deus e não para a carne e para o pecado. Assim, a riqueza seria eticamente má apenas na medida em que venha a ser uma tentação para um gozo da vida no ócio e no pecado, e sua aquisição seria ruim só quando obtida com o propósito posterior de uma vida folgada e despreocupada. Mas como desempenho do próprio dever na vocação, não só é permissível moralmente, como realmente recomendada. A parábola do servo que foi rejeitado pelo senhor por não ter feito frutificar o talento que lhe fora confiado, parece afirmá-lo claramente. Querer ser pobre era, como foi mencionado várias vezes, o mesmo que querer ser doente; era reprovável em relação à glorificação do trabalho e derogatório quanto à glória de Deus.⁹²

Interligadas, a Confissão Positiva e a Teologia da Prosperidade são muitas vezes entendidas como sinônimos. Não há espaço para doenças, tristezas, derrotas, e todo mal possa ser desfeito, a fé garante uma salvaguarda. Hagin defendia que se o crente é atingido por coisas ruins, é porque sua fé não foi suficiente. Todo o mal, segundo adeptos da Teologia da Prosperidade, é causado por espíritos ruins.

Os neopentecostais têm uma visão muito específica das bênçãos de Deus e consideram o aspecto financeiro uma bênção a ser conquistada, um aliado na busca da felicidade e prosperidade no mundo. Da combinação da fé e do dinheiro, grandes potências influenciadoras de massas (como por exemplo, canais de TV) surgiram sob o domínio de representantes que utilizam o alcance de seus discursos para convencer os fiéis de que o bem e as riquezas são para todos e o mal deve ser combatido. A utilização da mídia tanto para defesa de determinadas doutrinas, quanto para arrebatamento de novos fiéis é resumida por Cunha como segue:

Em geral, as igrejas nunca rejeitaram as mídias, pelo contrário. Compreendendo o processo da comunicação mais como um movimento de convencimento do outro do que como possibilidade de interação / comunhão, as Igrejas, tanto a Católica quanto as Evangélicas, desde a Reforma Protestante até a época da emergência das mídias eletrônicas, em especial do rádio e da televisão, baseavam-se no pensamento de que convencer pessoas a optarem pelo Evangelho, e conseqüentemente pela adesão a um

⁹² WEBER, 2004, p. 77.

determinado segmento cristão, geraria um efeito-chave: o crescimento do Cristianismo. Os impressos têm lugar garantido como mídia privilegiada, dada a força da escritura entre os cristãos: foi e ainda é a ampla produção de livros e periódicos de cunho devocional, doutrinário e teológico. Ao lado disso, a perspectiva da visibilidade também se torna elemento importante na aproximação igreja – mídias eletrônicas. As mídias tornavam possível uma publicidade das igrejas, a visibilidade e sua presença nos espaços sociais.⁹³

A busca pela conversão através da comunicação midiática é norteadora deste segmento do mundo evangélico, onde o ativismo acontece quase que obrigatoriamente em paralelo com a prática da fé. Segundo Bellotti:

[...] muitos evangélicos sabem que a sociedade secular não acredita na sua militância. Por isso, eles devem estar preparados para andar na contracorrente da sociedade – fato que provaria o quanto estão certos sobre sua crença, pois a sociedade impura nunca acataria a verdade divina. Essa oposição a uma sociedade secular reforça o ativismo evangelizador.⁹⁴

Através de conceitos teóricos acerca da dominação, ideologias e dos discursos, consegue-se compreender de que forma, na prática, se exerce o poder das lideranças sobre os fiéis para alcançar os objetivos comuns para a fé cristã. A partir deste ponto serão estudados alguns destes conceitos.

2.3 Dominação, ideologias e discursos

Neste ponto da pesquisa, faz-se necessário compreender alguns conceitos sobre as teorias que serão utilizadas para analisar os discursos dos dois líderes evangélicos no capítulo 3. Neste momento, as definições de Weber sobre dominação e de Foucault sobre discursos ajudarão no entendimento das ideologias que levaram à busca da ocupação política pelos evangélicos.

A definição de Gregolin sobre a Análise do Discurso ajuda na compreensão da trajetória aqui proposta.

Quando adotamos o ponto de vista da Análise do Discurso, focalizamos os acontecimentos discursivos a partir do pressuposto de que há um real da língua e um real da história, e o trabalho do analista de discurso é entender a relação entre essas duas ordens, já que o sentido é criado pela relação entre sujeitos históricos e, por isso, a interpretação nasce da relação do homem com a língua e com a história.⁹⁵

⁹³ CUNHA, 2017, p. 27.

⁹⁴ BELLOTTI, Karina Kosicki. Fundamentalismos e intolerâncias. In: SILVA, Eliane Moura da; BELLOTTI, Karina Kosicki; CAMPOS, Leonildo Silveira (Orgs.). *Religião e sociedade na América Latina*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://editora.metodista.br/livros-gratis/religiao-e-sociedade-na-america-latina/at_download/file>. Acesso em: 10 set. 2017, p. 145.

⁹⁵ GREGOLIN, Maria do Rosário. A mídia e a espetacularização da cultura. In: GREGOLIN, Maria do Rosário

Faz-se então necessário entender a evolução histórica da relação do fiel evangélico com seus líderes. Desde a chegada das igrejas evangélicas no Brasil, ocorreram diversas transformações no padrão de comportamento dos fiéis. Conforme já afirmado anteriormente, com a liberalização dos usos e costumes, promovida pela vertente pós-moderna do pentecostalismo, os membros de denominações designadas como neopentecostais passaram a incorporar, de forma mais comum, os padrões da sociedade de consumo. Em paralelo, o ingresso dos evangélicos em canais - para além das emissoras de rádio, que já utilizavam, desde a década de 1940 - tais como de televisão, *internet*, a aquisição de grandes empresas, contribuiu para o avanço da disseminação dos discursos de prosperidade e envolvimento com a política seguindo um modelo de administração de metas similar aos sistemas corporativos. Mariano exemplifica:

Ladeando a verticalização clerical e a centralização administrativa e financeira, estão as opções entusiásticas pelo marketing e pela organização e gestão em moldes empresariais. Opções eficientes para quem deseja dirigir a igreja como uma empresa de fato. O que parece ser o caso do apóstolo Estevan Hernandez Filho, ex-gerente de marketing da Xerox do Brasil e da Itaotec, ele não só emprega sua pregressa experiência profissional para ampliar seu empreendimento religioso como, nas suas próprias palavras, trata a igreja que preside como uma 'empresa de mercado'. Líder da Renascer em Cristo – administrada pela fundação Renascer, a mesma que no início de 1999 arrendou a Rede Manchete – Hernandez é autor da apostila intitulada 'A Igreja usando o Marketing como arma espiritual', baseada nas teorias de Philip Kotler, norte-americano tido como o maior especialista mundial das técnicas de marketing. Na apostila, afirma que o cristão deve pregar o Evangelho com 'intrepidez' [...].⁹⁶

O marketing é então mais uma das técnicas utilizadas para ampliar o alcance religioso das igrejas evangélicas. Courtine analisa como a forma do discurso político se adapta então à modernidade. Se antes um discurso era gesticulado, teatralizado ao extremo para que sua mensagem fosse melhor interpretada e assimilada, hoje o olhar através das tecnologias de comunicação audiovisual nos faz buscar considerar uma nova forma de interpretação destes discursos. Assim defende:

Os gestos são contidos, mais esboçados do que manifestados. A morna impassibilidade, a eloquência sem entusiasmo do segundo, ao contrário, tiveram de se animar. O corpo, obrigado a uma quase imobilidade pela postura sentada da conversação televisiva, não saberia, entretanto permanecer inexpressivo. O que é verdadeiro para o corpo talvez o seja mais ainda para o rosto, uma aposta crucial dos

(org.) *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 11.

⁹⁶ MARIANO, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 111-125, jun. 2003. Acesso em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/112/108>>. Acesso em: 26 nov. 2017. p. 117.

políticos de aparência. A proximidade do olhar que o examina bane a teatralidade da máscara que amplificaria a expressão facial, transformando-a numa caricatura, ou numa careta. Mas essa proximidade impede igualmente a imobilidade de uma ‘cara de madeira’: ele obriga a cada um de se exprimir; de exhibir à flor da pele índices de uma emoção, fingida ou sentida. Ela promove, na troca verbal, modos de sociabilidade corporal aos quais é preciso se submeter: a televisão é o país do sorriso. O orador político teve que aceitar, quisesse ou não, agregá-lo ao seu rosto.⁹⁷

Esta teatralização de fato foi incorporada com grande facilidade pelos pastores acostumados às pregações. Observe-se o discurso do Deputado Federal, pelo Partido Social Cristão, Marco Feliciano, proferido por ocasião da votação do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Com ajuda de Deus, pela família, pelo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda, pelos meninos do MBL [Movimento Brasil Livre], pelo Vem pra Rua. Dizendo que Olavo [Carvalho] tem razão, sim. Dizendo tchau a esta querida. Dizendo tchau ao PT, Partido das Trevas. Eu voto sim ao *impeachment*.⁹⁸

Ao resignificar a sigla do Partido dos Trabalhadores para “Partido das Trevas”, percebe-se o discurso político aliado à ideologia denominacional que denomina trevas de mal. Apesar de não se declarar evangélico, pode-se citar também Jair Bolsonaro, que faz alianças com a Bancada Evangélica e apropria-se do discurso evangélico e defende, e se diz comprometido com uma ordem nacional anticomunista, autoritária e militar.⁹⁹ Segundo a afirmação do parlamentar.

Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve [...]. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é sim!¹⁰⁰

Percebe-se nestas duas falas a apropriação do discurso religioso e ideológico como dando sentido ao voto em defesa de regras morais pertinentes à esfera da religião. Na teoria da dominação carismática de Weber pode-se compreender o comportamento de comunicação de pastores e líderes evangélicos. Weber diz que:

⁹⁷ COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 28.

⁹⁸ ALMEIDA, Ronaldo de. Os deuses do parlamento. *Novos Estudos CEBRAP*. Edição Especial. São Paulo, p.71-79, jun. 2017. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/wp-content/uploads/2017/06/OS-DEUSES-DO-PARLAMENTO-Ronaldo-de-Almeida.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017. p. 74.

⁹⁹ ENQUANTO VOTAÇÃO do impeachment acontecia, Bolsonaro era batizado em Israel. *EXTRA*. Apesar de não se declarar evangélico, Bolsonaro se submeteu ao batismo no Rio Jordão, em Israel, em cerimônia realizada pelo Pastor Everaldo. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/enquanto-votacao-do-impeachment-acontecia-bolsonaro-era-batizado-em-israel-19287802.html>>. Acesso em: 05 out. 2018.

¹⁰⁰ ALMEIDA, 2017, p. 75.

A criação de uma dominação carismática, no sentido ‘puro’ aqui exposto, é sempre resultado de situações extraordinárias externas, especialmente políticas ou econômicas, ou internas, psíquicas, particularmente religiosas, ou de ambas em conjunto. Nasce da excitação comum a um grupo de pessoas, provocada pelo extraordinário, e da entrega ao heroísmo, seja qual for o seu conteúdo.¹⁰¹

Weber destaca a importância dos efeitos da dominação carismática no processo de liderança. O carisma, a relação entre o dominador e o dominado, ocorre na forma de relacionamento. A relação do líder com o coletivo, a partir do reconhecimento da sociedade como defensor de suas ideias, constitui a existência do carisma e, por consequência, a ligação entre o líder e o liderado. Observe-se como Mariano analisa a liderança de Edir Macedo:

O governo eclesiástico da Universal é centralizado em torno de seu líder carismático. Sua estrutura de poder é vertical, despótica até. A instância máxima da igreja é o Conselho Mundial de Bispos, em segundo, o Conselho de Bispos do Brasil e na base da pirâmide hierárquica, pelo Conselho de Pastores do Brasil. Na prática, porém o bispo primaz, escudado em seu poder vitalício e ancorado no discurso de que o próprio Deus o escolheu para exercer tal autoridade, que não pode ser questionada, decide e comanda.¹⁰²

O bispo assume papel de representante de Deus, devidamente autorizado por Ele. Nery, ainda acerca do discurso da Igreja Universal, defende que:

O discurso dos servos do Senhor Jesus funciona como legitimador dos próprios empreendimentos da Universal, no sentido de que todo o empreendimento secular a ser realizado é considerado como para a manutenção da ‘obra do Senhor Jesus’. Encontramo-nos diante de uma estratégia comunicacional eficientemente elaborada que traz como consequência a legitimação das ações empresariais da Igreja no contexto do campo religioso nacional e internacional. O processo de desenvolvimento da Universal como instituição em pouco mais de 20 anos demonstra o sucesso desta estratégia. Da mesma forma, outra prática discursiva complementar e eficientemente construída é de que Deus não quer servidores fracassados. Relacionando as bênçãos de Deus com o poder econômico que os indivíduos possam adquirir a partir de sua participação e contribuição à Igreja, ela consegue exercer o seu poder de influência, construir seu império e modificar radicalmente o contexto do campo religioso nacional brasileiro.¹⁰³

Essa influência que Nery cita está ancorada de certa forma na percepção do transcendente e de como o fiel é impactado na sua fé, relacionando Deus diretamente ao campo material, o que de certa forma eleva o sagrado à novas instâncias sociais e econômicas.

¹⁰¹ WEBER, 2004, p. 32.

¹⁰² MARIANO, 1999, *apud* ROCHA, Eliane Mello Rezende. *Direitos fundamentais e comunicação social: carisma, magia, marketing e religião na Igreja Mundial do Poder de Deus*. 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2014. p. 65.

¹⁰³ NERY, Maria Clara Ramos. *A teodiceia da IURD, a mudança da representação e padrões comportamentais de seus crentes e/ou de adeptos*. 2001. 238 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/77819>>. Acesso em: 23 jun. 2017, p. 139.

Quando Eliade cunhou o termo hierofania¹⁰⁴ trouxe à tona as significações do sagrado do ponto de vista da percepção do ser humano. Alonso exemplifica esta hierofania político-religiosa a partir de análise acerca das eleições presidenciais de 2010:

Personagens messiânicos ávidos pela instauração do reino de Deus, de direita, face à suplantação da esquerda diabólica petista e ligada aos segmentos mais moralmente deficientes da sociedade, propuseram intensas manifestações dos religiosos nas urnas como forma de “hierofania” político-religiosa nas geografias da espiritualidade mais próximas das elites brasileiras.¹⁰⁵

Quando se observa um político afirmar que a representação religiosa na política reflete a vontade de Deus, é possível observar no seu discurso a busca da aproximação do sagrado comparando a si mesmo e a seus seguidores como representantes de Deus. Estão devidamente autorizados a falar em nome deste Deus. Considerando a observação de Eliade acerca do homem religioso, pode-se notar essa busca de aproximação do ser humano com a divindade:

É interessante notar que o homem religioso assume uma humanidade que tem um modelo trans humano, transcendente. Ele só se reconhece verdadeiramente homem quando imita os deuses, os Heróis civilizadores ou os Antepassados míticos. Em resumo, o homem religioso se quer diferente do que ele acha que é no plano de sua existência profana. O homem religioso não é dado: faz-se a si próprio ao aproximar-se dos modelos divinos.¹⁰⁶

Percebe-se esta comparação com o ser divino e a busca da semelhança com seu Deus como um norteador do significado de ser religioso. A linguagem originalmente produtora dos sentidos no processo de criação linguística leva em conta aspectos da situação social: quem fala, onde fala, para que se fala, para quem se fala, sendo assim, um elemento dinâmico. A ação dos indivíduos na sociedade se faz mediante a linguagem, que é produtora de sentidos. No processo de criação linguística devemos levar em conta os aspectos contextuais de uma situação social – quem fala, o lugar de onde se fala, com qual finalidade se fala, para quem se fala, tendo em vista ser a linguagem um elemento dinâmico da sociedade. Segundo Carvalho:

O resultado da interação da linguagem com os elementos contextuais da sociedade é a produção dos discursos e, um dos elementos constituidores da natureza discursiva é a teoria da ideologia. Pode-se dizer que a materialidade específica da ideologia é o

¹⁰⁴ “Este termo é cômodo, pois não implica nenhuma precisão suplementar: exprime apenas o que está implicado no seu conteúdo etimológico, a saber, que algo de sagrado se revela”. Cf. ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 13.

¹⁰⁵ ALONSO, Leandro Seawright. Entre Deus, Diabo e Dilma: as narrativas evangélicas fundamentalistas nas eleições de 2010. *Estudos da Religião*, v. 27, n. 1, p. 202-218, jan.-jun. 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/viewFile/3769/3623>>. Acesso em: 20 nov. 2017. p. 215.

¹⁰⁶ ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*: essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 103.

discurso. Com efeito, não existe discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Os sentidos não estão apenas nas palavras, nos textos, mas na relação com exterioridade, nas condições em que elas são produzidas.¹⁰⁷

Ideologia e discurso evangélico estão vinculadas em um paralelo claro. Basta ver a análise de Dantas relativa às entrevistas realizadas com deputados da Frente Parlamentar Evangélica.

Conforme depoimento de alguns deputados, outro objetivo da Frente Parlamentar Evangélica é inviabilizar a regulamentação de qualquer impedimento legal ao crescimento e funcionamento das igrejas e inibir a aprovação de leis que ponham em risco a liberdade de expressão e culto. O discurso evangélico costuma reforçar a tese descabida de que a liberdade religiosa no Brasil pode ser ameaçada por algum ato político. Trata-se de uma ideologia persecutória e conspiratória, desprovida de racionalidade e coerência, que serve apenas para justificar as pretensões políticas da Igreja Evangélica. Essa estratégia ideológica consiste na construção de um inimigo invisível e imaginário contra o qual se deve lutar para garantir a própria sobrevivência.¹⁰⁸

Segundo Fiorin, para fins de compreensão desta estratégia ideológica, discurso pode ser definido como:

[...] um objeto linguístico e um objeto histórico, o que significa que ele é uma construção linguística, gerada por um sistema de regras que define sua especificidade, mas, ao mesmo tempo, que nem tudo é dizível. O que se pode dizer forma um sistema e delimita uma identidade. Uma teoria do discurso deve, ao mesmo tempo, possibilitar a análise do funcionamento discursivo e de sua inscrição histórica.¹⁰⁹

Brandão traz a análise conjunta da ideologia e do discurso a partir dos conceitos de Althusser e Foucault e suas influências em Pêcheux, que irão nortear as análises desta pesquisa mais à frente. Brandão resume assim os dois conceitos:

[...] dois conceitos tornam-se nucleares: o de ideologia e o de discurso. As duas grandes vertentes que vão influenciar a corrente francesa de AD são, do lado da ideologia, os conceitos de Althusser e, do lado do discurso, as ideias de Foucault. É sob influência dos trabalhos destes dois teóricos que Pêcheux, um dos estudiosos mais profícuos da AD, elabora os seus conceitos. De Althusser, a influência mais direta se faz a partir de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos do Estado na conceituação do termo 'formação ideológica'. E será da *Arqueologia do saber* que Pêcheux extrairá a expressão 'formação discursiva, da qual a AD se apropriará, submetendo-a a um trabalho específico.¹¹⁰

¹⁰⁷ CARVALHO, Osiel Lourenço de. Análise do discurso religioso do bispo Edir Macedo a respeito da fé a partir do conceito de dúvida existencial em Paul Tillich. *Revista Eletrônica Correlatio*, v. 12, n. 23, p. 101-108, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/COR/article/view/4240/3678>>. Acesso em: 15 jan. 2018. p. 102.

¹⁰⁸ DANTAS, 2011, p. 178.

¹⁰⁹ FIORIN, José Luiz. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, Beth; SOUSA-E-SILVA, Maria Cecília (Orgs.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012. p. 146.

¹¹⁰ BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2004. p. 18.

Considerando que a ideologia somada aos discursos dos líderes evangélicos alinha-se à teoria da dominação carismática, definida por Weber como “[...] devoção afetiva à pessoa do senhor e seu dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória”¹¹¹, pode-se afirmar que para este contexto percebe-se não simples devotos exercendo papel de cidadãos e sim pastores com grande alcance de fiéis, versados em oratória e conhecedores de sua influência afetiva, treinados nos seus espaços religiosos para exercer o papel de representação política, fortalecidos por uma característica do eleitor brasileiro que Machado aponta como “debilidade da consciência cívica”.

Muitos cientistas sociais já chamaram a atenção para a debilidade da consciência cívica na sociedade brasileira. Nesse sentido, parece consensual a interpretação de que existe uma apatia política e um grande desinteresse pela coisa pública na maioria da população e que esse quadro é uma decorrência do fato de predominar entre nós uma concepção elitista de política que restringe a participação do cidadão comum ao ato de eleger seus governantes nas eleições periódicas.¹¹²

Assim, apesar do alcance político evangélico se mostrar maior entre a população menos favorecida financeira e socialmente, o impacto desta dominação alcança todas as classes sociais ansiosas por uma realização próspera e pessoal, no presente e não apenas após a morte. Este discurso de prosperidade permeia como símbolo máximo o discurso das igrejas evangélicas na atualidade, de forma generalizada.

Utilizando o nome de Deus para esta dominação, percebe-se que muitos evangélicos vêm impondo interpretações de forma fundamentalista¹¹³ das suas doutrinas em nome de aumento de fiéis e propagação de suas interpretações, criados a partir de conceitos capitalistas. Nesta linha de pensamento, Bauman afirma que o “fundamentalismo religioso é um filho legítimo da pós-modernidade, nascido de suas alegrias e tormentos e herdeiro, do mesmo modo, de seus empreendimentos e inquietações”¹¹⁴. Bauman afirma ainda que o papel

¹¹¹ WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 1999. p. 134.

¹¹² MACHADO, 2006, p. 27.

¹¹³ “É importante fazer a diferenciação entre fundamentalismo, intolerância e conservadorismo religiosos. Ainda que todo fundamentalismo seja intolerante perante outras crenças e conservador de seus dogmas e tradições, nem toda manifestação de intolerância religiosa e conservadorismo é fundamentalista. Por exemplo: a Inquisição católica vigente na Idade Média não pode ser considerada fundamentalista, pois ela agiu em um contexto de domínio total da religião por parte dos católicos. Os ‘hereges’ não eram necessariamente separatistas, e naquela época predominava uma mentalidade para toda a ‘Cristandade’ – isto é, a Europa. O fundamentalismo, por sua vez, surge como uma reação a uma sociedade em que a religião não é mais o único sistema de explicação da realidade. Além disso, ele dialoga com um contexto de pluralismo cultural e religioso.” Cf. BELLOTTI, 2010, p. 134.

¹¹⁴ BAUMAN, 1998, p. 228.

da igreja mostra a necessidade de “ampliar e aguçar as necessidades destinadas a serem satisfeitas pelos seus serviços e, desse modo, tornar o seu trabalho indispensável”¹¹⁵.

Neste contexto, a participação política de representantes evangélicos torna-se mais um passo para obtenção de maior poder e influência na sociedade, desta forma ampliando seu alcance popular e convocando seus fiéis à união dos seus votos a favor de representante evangélico acima do seu histórico político ou de seu plano de governo, pelo único fato de que “irmão vota em irmão”¹¹⁶.

Acerca dos estudos sobre ideologia, para Marx, ela é um instrumento de dominação, uma forma de convencimento através da palavra (discurso). Ele defende que os mecanismos ideológicos podem transformar ideias de uma determinada classe em uma ideia universal. Marx, nesta visão crítica, enxerga o poder da ideologia com uma forma de ocultar outras formas de analisar um determinado assunto, exaltando-o de forma a, até, transformá-lo em verdades. Defende que “dentro da própria classe dominante, observa-se a divisão entre seus membros ativos, ocupados com a prática da dominação, e seus membros intelectuais, encarregados de elaborações ideológicas”¹¹⁷. O assunto ideologia, de fato, recai sobre outras interpretações, por momentos até sobre a negação de sua existência como fator transformador social. Dantas consegue resumir algumas denominações do conceito ideológico para a sociedade nos últimos séculos:

Contrariando as teses dos profetas do ‘fim da ideologia’, as sociedades contemporâneas revelam exatamente o oposto: uma pluralidade e uma variabilidade de sistemas ideológicos que se misturam, se chocam, se opõem e se confundem. [...] a ideologia está espalhada por toda sociedade e infiltrada nos diversos níveis das consciências, ainda que sua presença não seja notada. No mundo capitalista ocidental, não existem sociedades nem grupos nem indivíduos que estejam livres do poder da ideologia, dado que sua penetração nas esferas sociais e nas mentalidades é praticamente absoluta. As ideologias interferem fundamentalmente na definição dos valores sociais de tal forma que os aceitamos e introjetamos sem submetê-los à avaliação crítica, exatamente por considerá-los absolutamente verdadeiros, acima de qualquer suspeita. Ademais, elas são indispensáveis à sustentação dos regimes políticos, à consolidação do poder dominante e à reprodução do sistema social.¹¹⁸

Percebe-se, assim, que uma ideologia, no contexto das sociedades, é capaz de influenciar na interferência dos sujeitos sociais no contexto político. Concordando com Dantas, que defende que “[...] o funcionamento das estruturas sociais ocidentais necessitam da

¹¹⁵ BAUMAN, 1998, p. 210.

¹¹⁶ DANTAS, 2011, p. 27.

¹¹⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 29.

¹¹⁸ DANTAS, 2011, p. 67.

justificação ideológica que opera no nível das consciências e das mentalidades dos sujeitos”¹¹⁹, pode-se perceber que não há história política sem ideologias para construí-las.

Dessa maneira, segundo Brandão, “[...] o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da ‘existência material’ das ideologias”¹²⁰. Defende ainda que “[...] cabe à AD trabalhar seu objeto (o discurso) inscrevendo-o na relação da língua com a história”. Segundo Foucault “[...] analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer as contradições: é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência”¹²¹.

A partir do próximo capítulo serão analisados os vídeos do deputado federal Marco Feliciano e do pastor Silas Malafaia em busca de entender a influência política destes discursos no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rouseff de 2016.



¹¹⁹ DANTAS, 2011, p. 68.

¹²⁰ BRANDÃO, 2004, p. 46.

¹²¹ FOUCAULT, 1986 *apud* BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 50.

3 ANÁLISE DO DISCURSO NOS VÍDEOS DE DOIS LÍDERES EVANGÉLICOS

Neste capítulo, utilizando o referencial teórico da Análise do Discurso da Escola Francesa, a pesquisadora se propôs a analisar os discursos de dois líderes evangélicos, do cenário brasileiro, já identificados na introdução.

A análise do vídeo será feita tomando por base a teoria da Análise do Discurso da Escola Francesa. Foucault demonstra, entre outros elementos, como o discurso atua em nossa sociedade, de tal forma a exercer uma função de controle, seleção, organização e validação das regras de poder em diferentes períodos históricos e grupos sociais. De acordo com Foucault:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.¹²²

Compreende-se que o discurso é um emaranhado semântico interconectado com outros discursos, que legitima e produz as verdades em determinados períodos históricos, de tal modo que estrutura o imaginário social de uma época, perpetrado por uma rede de poderes e saberes que os valida e os legitima. Portanto, o discurso não seria apenas uma sequência de frases e palavras que carregam um significado em si, o sentido não se limita em si mesmo, mas sim, funciona como um instrumento que carrega a função de organização do imaginário social exercendo seu poder. Segundo Charaudeau, o discurso político:

[...] está intrinsecamente ligado à organização da vida social como governo e como discussão, para o melhor e para o pior. Ele é, ao mesmo tempo, um lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação.¹²³

Trata-se, no entanto, da produção de sentido por meio da referenciação dos símbolos, em direção às ideologias dominantes. Para Laplantine:

[...] os símbolos são polissêmicos e polivalentes, aparando-se também no referencial significante que lhes propicia os sentidos, os quais contêm significações afetivas e são mobilizadores de comportamentos sociais. A eficácia dos símbolos consiste nesse caráter mobilizador e promotor das experiências cotidianas: os símbolos permitem a cura de doenças psicossomáticas e fazem emergir emoções como: raiva, violência, nostalgia e euforia.¹²⁴

¹²² FOUCAULT, 2012, p. 8

¹²³ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 42.

¹²⁴ LAPHANTINE, 1997, p. 22.

Os sentidos presentes nos discursos do deputado ajudam a compreender as regularidades simbólicas e outros enunciados que evocam. De acordo com Foucault:

[...] compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar de que outras formas de enunciação se exclui [...] deve-se mostrar por que não poderia ser outro, em que exclui a qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar.¹²⁵

Portanto, o discurso deste líder religioso está imbricado em outros enunciados, formações históricas que determinaram as condições de sentido do apresentado no vídeo, de tal forma que se relaciona com outros enunciados. É importante lembrar que um líder religioso não esgota seu papel de transmissor da informação religiosa. Seu discurso se relaciona a uma rede semântica capaz de influenciar e ser influenciado. Na visão de Bourdieu a religião tem a função de conservação da ordem, quando afirma que “[...] a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a ‘legitimação’ do poder dos ‘dominantes’ e para a ‘domesticação’ dos dominados”¹²⁶.

É importante conhecer as intenções do discurso inicial de Janaína Conceição Paschoal, advogada promotora do processo do *impeachment*, onde ela claramente demonstra estar ancorada em convicções religiosas na defesa da causa. Lellis cita que:

[...] Janaína Paschoal encontrou certa facilidade para despertar nos senadores e nos demais brasileiros que assistiam sua atuação, amor e aversão. Tendo o *archeion* (que também pode ser entendido como “princípio transcendente onde o discurso se apoia”) dogmático-cristão, como o sustentáculo de toda a acusação, avança na tentativa de tornar sua fala num axioma, ao interpretar a ação da divindade (o que subentende um Deus cristão) como responsável por orquestrar a denúncia dos ‘crimes’ da presidente Dilma por intermédio das pessoas que, naquele momento, estavam a favor do impedimento.¹²⁷

Assim, percebe-se nas próprias palavras da promotora a intenção de justificar seu discurso como proveniente de uma vontade divina, pois ela mesma assim o justifica. Segundo Lellis o discurso de acusação registrou que:

¹²⁵ FOUCAULT, 2014, p. 43.

¹²⁶ BOURDIEU, Pierre. *Gênese e estrutura do campo religioso*. In: BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 32.

¹²⁷ LELLIS, Nelson. “Deus” no discurso da acusação. In: LELLIS, Nelson (Org.). *Religião e política à brasileira: ensaios sobre trajetórias políticas de uma sociedade bravamente religiosa*. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017. p. 97

[...] se tiver alguém fazendo algum tipo de composição neste processo é Deus. Foi Deus que fez com que várias pessoas, ao mesmo tempo, cada uma na sua competência, percebessem o que estava acontecendo com o nosso país e conferisse a essas pessoas coragem para se levantarem e fazerem alguma coisa a respeito.¹²⁸

Cabe aqui uma breve observação acerca da constatação que o fato da presidente Dilma ser mulher e defender causas feministas promoveu reações de cunho ideológico moralista de ótica evangélica. Roberto explana que:

Considero que a agenda do feminismo e a de Dilma, no geral, têm coincidido no reconhecimento da violência de gênero, na batalha contra a desigualdade, na luta pelos direitos das mulheres. No entanto, penso que um dos erros mais graves da Dilma foi teológico, porque para ser reeleita caiu na tentação de negar que estava a favor do aborto para conseguir assim o voto evangélico. Apesar disso, Dilma está se convertendo em insígnia do feminismo brasileiro. Coincido com a opinião da escritora e ativista dominicana Raquel Rosario Sanchez, especialista em Estudos da Mulher, Gênero e Sexualidade em que o maior crime de Dilma é o de ser mulher, e também uma mulher que não duvidou em colocar no centro de suas políticas as temáticas de gênero, em particular a erradicação da violência contra a mulher. Nas palavras de Dilma: 'O golpe vai contra o povo e a nação. É misógino. É homofóbico. É racista. É a imposição da intolerância, o preconceito, a violência. Voltaremos. Voltaremos para continuar nosso forjado rumo a um Brasil no qual o povo seja soberano'.¹²⁹

Esta visão e compreensão dos discursos dos defensores da presidente apareceram em vezes as mais distintas e diferentes. Kuss ressalta que:

O impacto do golpe parlamentar na vida das mulheres foi imediato, sentimos na carne toda a misoginia política, partidária, cultural e religiosa que vinha sendo vivida pela Presidenta Dilma desde o primeiro dia de seu primeiro mandato. O ciclo da violência contra as mulheres afeta a todas, a trabalhadora na fábrica e a Presidenta da República.¹³⁰

Ainda que este aspecto seja extremamente relevante, esta dissertação não irá se deter neste aspecto, visto não ser o objetivo da mesma. A pesquisadora entende que outros autores já se manifestaram sobre o assunto de maneira apropriada, demonstrando esta face patriarcal e machista da instrumentalização da política pela religião.

O processo de candidatura da presidente Dilma Rousseff teve como parte de sua estratégia, a aproximação com eleitores evangélicos, representados por um quinto do eleitorado nacional à época. Este processo se tornou cada vez mais necessário diante de suas declarações favoráveis ao aborto, que foram recebidas de forma negativa por parte dos

¹²⁸ LELLIS, 2017, p. 98.

¹²⁹ ROBERTO, Maria de los Angeles. Deus é golpista e fala português. In: PAZ, Nivia Ivette Núñez de La; BENCKE, Romi Márcia (Orgs). *Presidenta Dilma: em sororidade mulheres resgatam a história*. São Leopoldo: Karywa, 2017. p. 84

¹³⁰ KUSS, Cibele. Volta Dilma, Volta Democracia! In: PAZ, Nivia Ivette Núñez de La, BENCKE, Romi. *Presidenta Dilma: em sororidade mulheres resgatam a história*. São Leopoldo: Karywa, 2017. p. 114

evangélicos e de grupos religiosos, em meados de 2010. Tal fato foi apontado como um dos motivadores do segundo turno da disputa presidencial. No entanto, a campanha conseguiu o apoio da Igreja Universal, sob a liderança do pastor Edir Macedo, com a publicação de uma carta do bispo em apoio à presidente.¹³¹

A análise dos vídeos dos atores evangélicos escolhidos para esta pesquisa apresenta a influência de um discurso político-religioso e uma forma de fazer política conservadora, vinculada com o ambiente político religioso dos mesmos.

3.1. “Deputado Pastor Marco Feliciano apoia Dilma”

O título desta seção corresponde ao título do vídeo do deputado federal Marco Feliciano que também é pastor da igreja neopentecostal Catedral do Avivamento. Na ocasião, o pastor Marco Feliciano pregou a favor da candidatura de Dilma Rousseff, na Igreja Catedral do Avivamento em Orlandia, no interior de São Paulo. Inicialmente, cabe aqui dar conhecimento a transcrição da fala do deputado na votação a favor do *impeachment* da presidente Dilma.

Com ajuda de Deus, pela família, pelo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda, pelos meninos do mbl [Movimento Brasil Livre], pelo Vem pra Rua. Dizendo que Olavo [Carvalho] tem razão, sim. Dizendo tchau a esta querida. Dizendo tchau ao PT, Partido das Trevas. Eu voto sim ao *impeachment*.

Como um instrumento de legitimação, de poder e de dominação, o discurso religioso tem funções sociais que também inclui a função política. Marco Feliciano, o autor do discurso, se apresenta como representante de Deus, no momento que diz: “É pedir para vocês que acreditam em mim como um pastor, que acreditam em mim como um profeta, que acreditam em mim agora como um político, que sonhem comigo um país mais justo”¹³².

A condição de produção do discurso se estabelece pelo efeito de sentido possível aos ouvintes e a autoridade do sujeito da interpretação. O discurso proferido aos fiéis e a outros líderes religiosos será retransmitido a outras células religiosas, sendo legitimado ao longo deste percurso. Aqui, o pastor representa o sagrado, o ordenamento divino, de tal forma que a autoridade do discurso se torna inquestionável. Corroborando com a afirmação acima se

¹³¹ TAQUARI, Fernando. Edir Macedo divulga carta em defesa de Dilma. *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/edir-macedo-divulga-carta-em-defesa-de-dilma-2946167>>. Acesso em: 10 out. 2018.

¹³² FELICIANO, Apêndice A.

percebe esse mesmo posicionamento quando Feliciano fez oração em 11 de maio de 2016, em um encontro de pastores em Santa Catarina:

Conseguiram colocar no nosso país um motivo de guerra: brancos lutam contra negros, religiosos contra ateus, pobres contra ricos, índios contra roceiros. E neste momento nós decretamos que este espírito que divide o país está sumindo daqui. Porque um tempo de unidade, de prosperidade vai cair sobre a nação brasileira [...] Nós ordenamos que todos os demônios desaparecerão de nossa nação e decretamos que o Brasil é do senhor Jesus.

Para legitimar seu discurso, o pastor faz uso de símbolos religiosos e frases de efeito que produzem sentido para seus ouvintes, produzindo uma confirmação do que diz o interlocutor. No início do discurso do *impeachment*, o pastor abre sua fala com um texto da bíblia ao dizer que “nunca fui a favor da mentira. A Bíblia sagrada diz que o pai da mentira é o diabo” (João 8:44). O efeito de sentido produzido nesta frase justifica que o que será dito após esta frase será absolutamente verdadeiro.

Em outro momento, em contraponto com a fase de apoio ao se referir à aliança Dilma-Temer, o pastor aponta que Temer deve ser apoiado, pois não é satanista. Por outro lado, Dilma deve ser apoiada porque os boatos de sua possível homossexualidade são descabíveis:

Eu sentei com o Michel Temer [...] eu ouvi da boca dele, ele dizer que ele nunca foi satanista, que ele é um cristão devoto. Essa semana lá no estado do Espírito Santo, um pastor de 79 anos, presidente de uma convenção protestante, foi a público dizer que a ministra era homossexual. É uma idiotice. É uma coisa sem sentido.¹³³

Nesta fala, o deputado se refere à circulação de *e-mails* à época da candidatura de Dilma, em que se propagava que seu vice-presidente, Michel Temer, tinha pacto com Satanás. O efeito de sentido do termo “cristão devoto” e “satanista” é recebido pelo receptor através da interpelação ideológica cristã. O argumento religioso é aplicado neste caso para defender que os candidatos fazem parte da mesma esfera ideológica e por isso, devem receber o voto de confiança dos receptores. Segundo Dantas o discurso político dos evangélicos:

[...] segue o modelo ético-normativo, que estabelece clara oposição entre verdade e falsidade, bem e mal. A moralidade, pois, caracteriza o discurso político [...] que procura transferir para o espaço público os códigos religiosos em vigor na esfera privada.¹³⁴

¹³³ FELICIANO, Apêndice A.

¹³⁴ DANTAS, 2011, p. 60.

No entanto, o discurso de Feliciano se atualiza através do mecanismo de interdiscurso, ou seja, evoca o discurso anterior que confere veracidade aos fatos relacionados a Michel Temer para legitimá-los ou deslegitimá-los. De acordo com Orlandi “[...] a memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”¹³⁵.

Por outro lado, quando o interlocutor traz à tona a questão da homossexualidade salientando que “É uma coisa sem sentido”, o termo homossexualidade se constrói a partir de uma produção positiva da anormalidade. Neste sentido, o discurso que situa a homossexualidade a partir da anormalidade é produzido a partir da proliferação de práticas discursivas sobre a sexualidade. É a própria construção do que é normal e anormal na esfera da sexualidade. De acordo com Foucault:

[...] uma multiplicidade de discursos, produzidos por toda uma série de mecanismos que funcionam em diferentes instituições. Houve uma [...] explosão de discursividades distintas, que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na crítica política.¹³⁶

A questão de foro íntimo da candidata se coloca na arena pública, pois na formação discursiva do interlocutor esta questão deve ser vista a partir da moral cristã, de tal monta que aqueles que não se inserem nesta moralidade não devem ser acreditados. Ainda que haja uma proibição expressa da discriminação, em especial tendo como origem a orientação sexual, as discussões sobre o tema são sempre polêmicas e trazem um vasto conteúdo discriminatório e violento por parte da ala evangélica conservadora. Além disso, estas discussões extrapolam os limites institucionais e chegam às redes sociais, onde prolifera um tom belicoso e perigoso, capaz de incitar crimes de homofobia.¹³⁷

Em outro trecho, o interlocutor diz que “a história de Luís Inácio Lula da Silva nesse último ano, nesses últimos oito anos é tocar ao mundo todo. A figura dele não é vista mais como de um presidente, mas é vista como uma figura messiânica”¹³⁸. Esta formação discursiva apresenta o presidente através da identidade de um messias, referindo-se à noção bíblica da chegada de um messias que traria a salvação para todos os povos. Segundo Gomes:

¹³⁵ ORLANDI, 1999, p. 31

¹³⁶ FOUCAULT, 2012, p. 35

¹³⁷ VALENTE, Jonas. Levantamento aponta recorde de mortes por homofobia no Brasil. *AGÊNCIA BRASIL*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em>>. Acesso em: 10 out. 2018.

¹³⁸ FELICIANO, Apêndice A.

O termo ‘Messias’ do qual provém nosso usual ‘Cristo’ é o resultado de uma transcrição do aramaico *mešîhâ*’ e do hebraico *hammāšîaḥ* significando ‘o ungido’, untado com óleo. No entanto o termo largamente difundido é [...] de onde provém a tradução latina *Christus* e derivação o nosso ‘Cristo’. [...] (*A unção*) era aplicada no Antigo Testamento àqueles destinados a uma missão por parte de Deus junto ao povo: reis, sacerdotes, profetas.¹³⁹

O emissor referencia Lula através da figura do Messias e ilustra essa referência ao citar em outro momento do discurso, seu encontro com pessoas que tiveram suas vidas mudadas após a gestão do governo Lula. Tal relato colabora com a atmosfera da chegada de um messias que tem a missão de salvar o povo. Negrão define que:

Como conceitos abrangentes e genéricos, messianismo e movimento messiânico são necessariamente típico-ideais, no sentido de se referirem à realidade observável mas não a reproduzirem ou esgotarem, e isto mesmo no caso em que os autores entendam seus conceitos como tipos empíricos. Desta forma, o primeiro deles diz respeito à crença em um salvador, o próprio Deus ou seu emissário, e à expectativa de sua chegada, que porá fim à ordem presente, tida como iníqua ou opressiva, e instaurará uma nova era de virtude e justiça; o segundo refere-se à atuação coletiva (por parte de um povo em sua totalidade ou de um segmento de porte variável de uma sociedade qualquer) no sentido de concretizar a nova ordem ansiada, sob a condução de um líder de virtudes carismáticas.¹⁴⁰

Ainda em relação à construção do personagem Lula como uma figura messiânica, no discurso de Feliciano, observa-se que para enfatizar as benfeitorias realizadas pelo governo do PT no Brasil, o interlocutor dá alguns exemplos. Ao relatar suas viagens pelo Brasil e suas observações em relação à população beneficiada por programas assistenciais como o Bolsa Família, o interlocutor enfatiza: “Nós não precisamos mentir”. De tal forma que a história narrada fala por si mesmo. Em outro ponto, ele diz: “Não! Nem precisamos levantar bandeiras, mas só dizer a verdade porque a verdade prevalece”. Jesus disse: “Conhecereis a verdade e a verdade vós libertará”. Faz referência ao versículo bíblico presente em João 8:32, “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”¹⁴¹. No entanto, o contexto da fala do deputado Feliciano provoca um deslocamento dos sentidos da referência em citação. Em seu discurso, o interlocutor se refere às realizações políticas de Lula em seu mandato. No entanto, ao fazer referência à passagem bíblica, o interlocutor estabelece que não se trata de seu julgamento moral, mas da verdade por si.

No entanto, o interdiscurso se refere ao discurso bíblico que traz à tona a grande questão filosófica da verdade, em especial, a verdade moral. Em todo texto bíblico há

¹³⁹ GOMES, 2011, p. 33

¹⁴⁰ NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 16, n. 46, p. 119-129, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v16n46/a06v1646.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2018. p. 119

¹⁴¹ A BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 1985.

referência à verdade única, à verdade do evangelho. De acordo com Lopes “João se refere a Cristo como sendo cheio da verdade (Jo 1.14), por meio de quem a verdade foi dada (Jo 1.17)” e em outro momento “Conhecer a verdade é a mesma coisa que ter recebido e crido no evangelho”¹⁴².

Portanto, a verdade a que se refere o deputado Feliciano em sua fala não tem o mesmo sentido de verdade, que se apresenta na citação bíblica do enunciado. É justamente a contextualização que produz outros sentidos. O tecer narrativo de que se vale o interlocutor produz novos sentidos para este discurso. Por outro lado, o interlocutor deseja, de certa forma, justificar que não está induzindo ninguém ao voto. Este fato é contraditório, uma vez que todo seu discurso é justamente para indicar a candidatura de Dilma como sendo a melhor escolha para a população. Isso tudo é confirmado com a fala seguinte: “Flávio, quantos e-mails nós disparamos essa semana? 500 mil e-mails, 500 mil cartas de ontem pra hoje” explicitando que havia uma força tarefa para incentivar os fiéis a votarem na presidente Dilma Rousseff.

Contudo, em outro momento, o interlocutor aponta que “Por amarmos a democracia nós não estamos impondo nada sobre as outras pessoas”, de tal forma que o discurso segue com um tom de imposição, seguido de uma justificativa de que o que foi dito anteriormente não é uma imposição. A forma como o interlocutor desenvolve seu discurso é justamente para não parecer que se trata de uma indicação enfática em benefício da então candidata Dilma e, para isso, em momentos há a negação do próprio discurso, em outros, a confirmação do discurso com alusão às verdades bíblicas.

O termo *democracia* aparece na expressão do interlocutor como sinônimo de liberdade. Como se todos da audiência tivessem liberdade para escolher seus candidatos, por se tratar de um país democrático. No entanto, em um segundo momento, o interlocutor diz:

A democracia se faz assim. Cada um analisa o projeto do melhor candidato e vota nele com isso. O que eu não admito é que alguns líderes apoiem esse candidato A ou candidato B por questões de foro íntimo, por questões de negociar.

Nesta fala, novamente o interlocutor apresenta o contraditório. Afinal, se votar é uma questão de foro íntimo por excelência, ao dizer que isso é inadmissível, o sentido produzido no enunciado estabelece que se trata de um outro tipo de democracia na qual todos devem votar de acordo com o estabelecido por um determinado segmento cristão.

Por fim, o discurso se encerra assim: “De fato, é uma mensagem de Cristo. Muito obrigado a vocês. Deus abençoe a todos e dia 31 vamos mostrar como é que se faz

¹⁴² LOPES, A. N. Verdade e pluralidade no Novo Testamento. *Fides Reformata*, São Paulo, a. VII, n. 2, 2003, p. 55-72. p. 55.

democracia. Dilma Roussef presidente do Brasil”. Novamente, a palavra democracia é retomada aqui sob o sentido de que o saber fazer democracia é votar na candidata que o interlocutor defende em seu discurso. A ideologia dominante neste discurso apresenta seu teor religioso, de tal forma a dividir a realidade a qual se refere de forma maniqueísta.

De modo geral, é possível inferir, a partir deste discurso, que o mundo evangélico deste ator, está inserido no jogo político e diante de sua força, cada vez mais intensificada, a formação de uma aliança se fez necessária para que o Partido dos Trabalhadores garanta o sucesso no processo eleitoral, em especial na eleição de Dilma Rousseff. O avanço progressivo dos políticos evangélicos se liga à capacidade que seus líderes e políticos têm de construir discursos e pregações através de uma visão de uma política que defenda os princípios cristãos. O exercício de um mandato político comprometido com o povo nem sempre é a fonte verdadeira das razões enunciadas, uma vez que há um jogo de interesses políticos na atuação de tais líderes. O deputado Marco Feliciano, que defendeu a candidatura de Dilma Rousseff no trecho ora analisado, será o mesmo que defenderá seu *impeachment* anos depois na votação de 2016, ocasião em que afirmou:

Com a ajuda de Deus, pela minha família e pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem pra Rua, dizendo que Olavo tem razão, dizendo tchau para essa querida e dizendo tchau ao PT, partido das trevas, eu voto sim!

Na próxima seção será analisado o discurso do deputado Feliciano onde justifica sua escolha pelo impedimento da presidente Dilma ainda que noutra época, quando lhe fora conveniente tenha lhe hipotecado total apoio, o que levou a buscar analisar este discurso contraditório que foi propositalmente escolhido para este trabalho, identificando possíveis influências consequentes destas contradições para a sociedade.

3.2. “Marco Feliciano chama o Partido dos Trabalhadores de Partido das Trevas”

O título desta seção corresponde ao material disponível no canal do *You Tube* com o mesmo título. Neste vídeo, o deputado e pastor evangélico, votou a favor do *impeachment* da presidente Dilma. O deputado Marco Feliciano está proferindo um discurso na Câmara dos Deputados, em 16 de abril de 2016, transmitido pela TV Câmara. Os treze minutos de discurso do deputado tratam de sua justificativa em relação ao seu apoio ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

O deputado abre seu discurso dizendo que o processo de impedimento da presidente não se trata de golpe e que o golpe, no entanto, é o tipo de política praticada durante o governo de Dilma Rousseff. Em suas palavras:

Golpe foram eles que deram ao tentar de todas as formas atingir a educação de nossas crianças, com a abordagem de assuntos sexuais para crianças com menos de quatro anos de idade, com a sepultada, graças a Deus, Teoria do Gênero.¹⁴³

O enunciado traz a tona o tema do projeto Escola sem Homofobia. O projeto que ficou conhecido como *kit gay*, foi lançado pelo Governo Federal com o objetivo de levar informações sobre violência contra pessoas homoafetivas. O *kit* fala de homofobia e outras questões de gênero e tem o objetivo de alcançar educadores da rede pública em instituições de todo país. No entanto, a distribuição foi suspensa diante da polêmica levantada por parte dos setores conservadores do país, em especial, a articulação da Bancada Evangélica liderada pela figura do deputado Marco Feliciano. Em seu enunciado, o deputado trata o projeto como sendo algo que afronta a moral cristã ao trazer conteúdo sobre sexualidade destinado para crianças em sua formação escolar. No entanto, o projeto era destinado a crianças a partir dos onze anos de idade, intermediado por um projeto pedagógico e pelo papel do educador.¹⁴⁴

Em outro momento, ele culpa o governo da ex-presidente de cometer, nas palavras dele, “O assassinato de crianças com a legalização do aborto [...]”¹⁴⁵. A palavra aborto se apresenta no enunciado com sentido que a relaciona ao assassinato, como se fossem sinônimos. O discurso parte dos pressupostos de uma ala evangélica que propõe uma leitura teológica promotora deste discurso religioso, que nas palavras de Orlandi se caracteriza “[...] como aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu - é a voz de Deus”¹⁴⁶. O sujeito que aborta é o sujeito-assassino no sentido do enunciado.

Todavia, em seguida o interlocutor discorre sobre o tipo de crime em que se encaixa a má gestão da presidente. Para tanto, o deputado faz uso de inúmeras metáforas, como no trecho:

Que nome podemos dar ao crime de um bandido que destrói a mente de uma criança em formação, na sua primeira infância? Que destrói e desvirtua essa criança sexualmente quando ainda é, praticamente, um embrião em formação. Que nome

¹⁴³ FELICIANO, Apêndice B.

¹⁴⁴ ÉBOLI, Evandro. Diferente do divulgado, kits anti-homofobia eram para crianças de 11 anos. *O GLOBO*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/diferentemente-do-divulgado-kits-anti-homofobia-eram-para-criancas-de-11-anos-2764570>>. Acesso em: 10 out. 2018.

¹⁴⁵ FELICIANO, Apêndice B.

¹⁴⁶ ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimento*. Campinas: Pontes, 1999. p. 243.

damos a esse crime? Pedofilia? Mas para esse governo que esta ai hoje não é pedofilia. É apenas a mera expressão de que o gênero humano tem que ser reconstruído a partir da liberdade de pensamento.¹⁴⁷

No enunciado, a palavra *crime* filia-se a uma formação discursiva inserida na ideologia da moral cristã. Todavia, a palavra é empregada para atribuir aos programas políticos da ex-presidente a característica de *criminosos*¹⁴⁸, tendo em vista seu julgamento moral e as distorções que sua metáfora conduz. Este trecho ainda faz referência ao projeto Escola sem Homofobia, apresentado anteriormente, que é comparado neste enunciado com a prática de pedofilia. De acordo com Araújo:

Em cada formação, conceitos são dispostos de certa forma e utilizados conforme o campo de saber e o modo como ele se relaciona, se diferencia, se associa ou não a outros campos de saber. O mesmo se dá com os temas, eles são investidos por estratégias que qualificam ou não instituições, técnicas, grupos sociais, obedecendo a conceitos e usos que a própria prática discursiva provê.¹⁴⁹

Portanto, nas formações discursivas presentes, observa-se que seu funcionamento diz respeito a como seus sentidos são produzidos a partir de sua formação. No trecho analisado, por exemplo, o interlocutor dispõe determinados conceitos de tal modo que os associa a campos de saberes que produzem outros sentidos às suas falas, ou seja, apresenta uma formação discursiva tal, que estabelece relações com outras formações para dar força a seu discurso.

O discurso segue a estratégia de produzir os sentidos para *crime*, especialmente no tema do aborto. No trecho:

Que nome podemos dar a um crime onde se permite uma mulher que em nome da sua sanidade mental e da proteção do seu próprio corpo, assassinar uma criança, um bebê, um feto, até a décima segunda fase da gestação ou da semana da gestação, para nós seria um aborto, mas para esse governo isso não é crime, tampouco é um aborto hediondo.¹⁵⁰

O interlocutor traz novamente um tema polêmico e caro aos evangélicos de forma geral, a saber, a legalização do aborto. O autor faz referência às discussões do colegiado do Supremo Tribunal Federal, para descriminalizar a prática do aborto até a décima segunda semana de gestação. O Código Penal permite a prática do aborto na rede do Sistema Único de

¹⁴⁷ FELICIANO, Apêndice B.

¹⁴⁸ Destaca-se aqui que, quando se fala em crime, não se caracteriza como crime nas leis brasileiras os atos em questão, mas sob as leis de Deus, pois para eles, pode ser identificado como similar ao pecado ou à indução deste.

¹⁴⁹ ARAÚJO, 2007, p. 8.

¹⁵⁰ FELICIANO, Apêndice B.

Saúde, apenas em caso de estupro, risco de vida para a mãe e anencefalia do feto.¹⁵¹ No entanto, o tema é bastante discutido na esfera da sociedade civil há muitos anos.

Em outro momento, a palavra aborto hediondo, da forma como foi construída na frase, filia-se a formação discursiva *crime hediondo*. Tal esquema de formação coloca na mesma cadeia de significantes a palavra *aborto* e *crime hediondo*. A figura do crime hediondo, estabelecida no ordenamento jurídico da Constituição Federal se constitui de nove tipos penais conforme a Lei 8.072/90, a saber: homicídio, latrocínio, extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante sequestro, estupro, atentado violento ao pudor, epidemia com resultado morte, falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais e genocídio.¹⁵² Apesar da prática do aborto não ser qualificada em tais tipos penais, a tática discursiva do interlocutor é justamente enquadrá-la como crime de acordo com seu juízo moral, a partir de sua interpretação de fundo moral cristão.

Em um segundo momento do discurso, o interlocutor passa para outra estratégia e faz uso de inúmeras metáforas que comparam a gestão de Dilma Roussef, com um pai que promete inúmeras coisas aos seus filhos e não as cumpre. Nas palavras de Feliciano: “Que nome podemos dar ao crime onde um pai tira a saúde de seus filhos e pega esse dinheiro e coloca na saúde dos filhos dos outros”¹⁵³. O enfoque estabelecido pelo interlocutor produz a metáfora do *Estado* como um pai e conseqüentemente, a *nação* como seus filhos. A sentença se refere ao financiamento oferecido pelo Brasil em conjunto com outros países (Índia e África do Sul), para a construção de um hospital na Faixa de Gaza, no montante de US\$ 5 milhões.¹⁵⁴

É possível afirmar que o interlocutor utiliza as informações de forma equivocada, fazendo uso do recurso metafórico para tornar seu discurso mais próximo da ideologia cristã, a saber, o discurso que valoriza a família. A palavra pai é empregada no enunciado referindo-se à figura do Estado, de tal forma que estabelece o sentido de Estado como um pai provedor. Este recurso, aplicado com frequência no discurso político, ajuda a caracterizar conceitos mais complexos de entendimento, fixando-os em imagens mais palatáveis como no caso em

¹⁵¹ BRASIL. Decreto-lei nº 2.848/1940. *Código Penal*. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018. p. 50.

¹⁵² BRASIL. Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal. *Câmara dos Deputados do Brasil*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8072-25-julho-1990-372192-norma-actualizada-pl.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

¹⁵³ FELICIANO, Apêndice B.

¹⁵⁴ KRESCH, Daniela. Brasil vai financiar construção de hospital para palestinos na Faixa de Gaza. *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-vai-financiar-construcao-de-hospital-para-palestinos-na-faixa-gaza-2972572>>. Acesso em: 09 out. 2018.

que o Estado é o pai e Nação é família. De acordo com Luques, “Uma análise crítica dos contextos da metáfora em grandes corporações pode revelar as intenções subjacentes do produtor do texto e, portanto, serve para identificar a natureza de ideologias particulares”¹⁵⁵.

Em outro momento, o interlocutor questiona:

Que nome podemos dar a um crime onde o pai que prometeu ‘Posso não concordar com aquilo que dizes, meu filho, mas defenderei o seu direito de dizer’, em uma democracia, fazer calar a voz dos seus filhos e dos mais bravos dos seus filhos, como esse governo fez, por exemplo, com o professor Olavo de Carvalho.¹⁵⁶

O enunciador faz referência às ações tramitadas no Ministério Público contra Raquel Sheherazade e aos ataques à Olavo de Carvalho nas redes sociais. Neste enunciado, o efeito de sentido de pai se transfere do pai provedor para o pai severo, aquele que aplica sua autoridade em seus filhos. Tais metáforas visam impactar a audiência para além do local onde é proferido o discurso. Com o advento da TV Câmara, os discursos passaram a ter uma característica midiática, mais performativa, em forma de espetáculo. Segundo Luques:

O orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório, isto é, das representações do orador confiável e competente que ele crê ser as do público [...]. No momento em que toma a palavra, o orador faz uma ideia de seu auditório e da maneira pela qual será percebido; avalia o impacto sobre seu discurso atual e trabalha para confirmar sua imagem, para reelaborá-la ou transformá-la e produzir uma impressão conforme às exigências de seu projeto argumentativo.¹⁵⁷

Pensando no público que receberá a mensagem, que o interlocutor busca escolher suas metáforas de forma a trabalhar as imagens e as representações presentes no imaginário da audiência, com vistas ao entendimento de seu discurso de acordo com as suas intenções. Em outro trecho, Feliciano diz: “Que nome podemos dar a um crime onde um pai coloca um filho contra o outro, causando entre ambos, preconceito e uma disputa acirrada, com ódio, rancor e até assassinato?”¹⁵⁸. O enunciado se refere à polarização partidária que se deu no Brasil pré-*impeachment* e os diversos atos de violência noticiados pelas mídias em protestos pró e contra o impedimento de Dilma Rousseff. O efeito de sentido do enunciado nos leva a crer que a polarização se deu em função da incitação do Estado (representado pelo Partido dos

¹⁵⁵ CHARTERIS-BLACK, 2004 *apud* LUQUES, Solange Ugo. *Metáfora e argumentação: uma análise crítica do discurso político*. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas e Vernáculas). Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-10012011-130728/pt-br.php>>. Acesso em: 09 out. 2018. p. 47.

¹⁵⁶ FELICIANO, Apêndice B.

¹⁵⁷ AMOSSY, 2015 *apud* LUQUES, 2010, p. 54.

¹⁵⁸ FELICIANO, Apêndice B.

Trabalhadores), de tal forma a isentar todos os outros atores deste cenário de qualquer responsabilidade.¹⁵⁹

Por outro lado, ao colocar que a polarização representa “um filho contra o outro”, este esquema discursivo faz alusão às narrativas bíblicas protagonizadas por disputas entre irmãos, mantendo a conexão interdiscursiva do discurso local com o discurso religioso que o forma. Em outro trecho o interlocutor diz: “Colocaram pobres contra ricos, índios contra agricultores, crentes contra ateus, homossexuais contra heterossexuais”¹⁶⁰, fazendo referência aos programas políticos e sociais ampliados durante o governo petista, que buscavam na justiça reparativa sua função democrática, a exemplo das ações afirmativas como cotas para negros, indígenas e quilombolas.¹⁶¹

No entanto, a sentença enunciada pelo deputado visa reforçar a polaridade que ele aponta no trecho inicial de sua fala, ampliando a polarização para além do partidarismo. O embate no espaço público protagonizado por tais minorias tem incomodado ainda mais os setores conservadores, sobretudo os grupos religiosos dos quais o deputado é liderança. O contexto político é arena deste tipo de embate, como indica Reis.

Não há dúvida de que no contexto contemporâneo a questão dos direitos tem que ser pensada globalmente. É igualmente incontestável que a noção de direitos universais vem ganhando merecido destaque. Contudo, também é claro que, no âmbito da nação, a questão do nós, do corpo solidário, não está resolvida. Quando dizemos hoje que há uma demanda por cidadania no Brasil, que a sociedade civil está mobilizada, com muita frequência estamos ignorando que essa sociedade civil é plural, que são muitas as sociedades civis em disputa. Que, quando reclamamos inclusão, às vezes estamos pensando numa suposta universalidade que é excludente.¹⁶²

Interpretando o discurso do direito universal, encontram-se limites dos direitos individuais e universais, cabendo o desafio de chegar a um consenso comum nas formas de interpretação, do certo, do errado, do bem e do mal. No trecho:

Que nome merece um pai que diz que vai proteger o filho. Qual nome nos damos a este crime? ‘Nós vamos proteger você meu filho, de qualquer coisa’ e de repente ele joga o seu filho para os leões nas mãos de bandidos e dos assassinatos mais espúrios que podem haver na história do mundo.¹⁶³

¹⁵⁹ ANTOINE, Nelson. Polarização política piora e eleva o medo de enfrentamento nas ruas. *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/08/politica/1457471624_673376.html>. Acesso em: 03 out. 2018.

¹⁶⁰ FELICIANO, Apêndice B.

¹⁶¹ G1. 42,3 % das universidades federais do país têm cotas para negros e índios. 2012. Disponível em: <<http://glo.bo/1NPtPf9>>. Acesso em: 02 out. 2018.

¹⁶² REIS, E. *Cidadania: história, teoria e utopia*. Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 16.

¹⁶³ FELICIANO, Apêndice B.

O deputado faz outra referência bíblica da história de Daniel na cova dos leões. Na história, Daniel passa por uma provação divina ao ser lançado a cova dos leões pelo rei Dario (Dn. 6). A alusão à história de Daniel na cova dos leões estabelece uma ligação do governo de Dilma como um governo déspota, sem misericórdia, que atira seu próprio filho à cova dos leões. No contexto mais amplo, o interlocutor se refere aos índices de violência no Brasil, ilustrado pelo aumento do número de homicídios na população. Em um momento mais intenso de seu discurso, Feliciano aponta o Partido dos Trabalhadores como a própria representação do mal, em suas palavras: “Desgoverno do PT. Não Partido dos Trabalhadores, Partido das Trevas. Porque só quem tem pacto com as trevas, faz pacto com o diabo para colocar o Brasil onde esta hoje”¹⁶⁴. Ao enunciar “Partido das Trevas” o interlocutor é interpelado pela ideologia da moral cristã, na qual o mal é representado pelas trevas, pelo diabo. Segundo Torresan:

Se, por um lado, em meio ao discurso religioso existe a mistificação que envolve o pecado, recoberto figurativamente pela imagem do diabo, do inferno, por exemplo, como elemento intimidador muito forte que produz impacto considerável na crença de boa parte da sociedade de costumes e de posições tradicionais, por outro há a salvação, recoberta pela figura do céu e da recompensa divina que constituem uma estimulante tentação para que os fiéis nunca abandonem as doutrinas pregadas.¹⁶⁵

O discurso de Feliciano aponta para uma leitura fundamentalista sob uma perspectiva de um Deus belicoso e maniqueísta. Ao estabelecer tal paralelo, indicando o Partido dos Trabalhadores com o diabo, o interlocutor nos aponta que o partido é a própria representação do mal, estabelecida por meio de um pacto entre tais forças. Em sendo o Partido dos Trabalhadores a personificação do mal, ele precisa ser combatido com todas as armas da moral cristã, ou seja, pelo bem. Segundo Charaudeau:

O discurso político, que procura obter a adesão do público a um projeto ou a uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir o projeto adverso, insiste mais particularmente na desordem social da qual o cidadão é vítima, na origem do mal que se encarna em um adversário ou um inimigo, e na solução salvadora encarnada pelo político que sustenta o discurso. A desordem social é apresentada como um estado de fato ou como um estado potencial: no primeiro caso, trata-se de persuadir o público de que o mal e as vítimas existem e que não há lugar para a especulação; no segundo, em contrapartida, trata-se de criar um estado de expectativa que obriga a vislumbrar a possibilidade da existência de um mal e o desencadear de um temor gerador de angústia.¹⁶⁶

¹⁶⁴ FELICIANO, Apêndice B.

¹⁶⁵ TORRESAN, Jorge Luis. A manipulação no discurso religioso. *Dialogia*. São Paulo, v. 6, p. 95-105, 2007, p. 97.

¹⁶⁶ CHARANDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 91.

Estas analogias ao bem e ao mal, aliadas às histórias e metáforas que fazem alusão às histórias bíblicas aparecem em todo discurso de Marco Feliciano, como neste trecho: “Vendem-se e se locupletam pelas trinta moedas de prata da traição. Queria lembrá-los aqui que Judas, o homem mais famoso da história, o maior de todos os traidores, ele recebeu dinheiro, mas ele não pode usar o seu dinheiro”¹⁶⁷. O enunciador remonta a história de Judas, o discípulo que traiu Jesus. É justamente sobre a traição do pai (Estado), para com seus filhos (Nação) que o discurso enfatiza.

A intenção do interlocutor é instrumentalizar o medo, tão presente no discurso religioso cristão, para aqueles que não seguem as orientações de seus preceitos morais. Ao realizar seu julgamento do que é o bem e o mal e aplicá-lo à avaliação da gestão do mandado da presidente Dilma, o deputado estabelece as diretrizes do correto/incorreto, bem/mal, pecado/salvação.

Na próxima seção será analisado um discurso de um ator não político de profissão, porém pastor, com forte característica de militância política, pois a pesquisadora entende que complementar a análise proposta nesta pesquisa, pela forma do discurso e pela inserção e influência na opinião do eleitorado cristão.

3.3 “Deputados evangélicos e o impeachment”

O material analisado nesta seção utiliza um vídeo disponibilizado no *You Tube* que tem o mesmo título desta seção. O vídeo apresenta o pastor Silas Malafaia em seu canal na internet, manifestando seu posicionamento em relação ao pedido de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Silas Malafaia é pastor pentecostal que atua no ministério Vitória em Cristo, ligado à Igreja Assembleia de Deus.¹⁶⁸ O pastor é vice-presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil, que abrange mais de oito mil pastores de diversas igrejas evangélicas no país.¹⁶⁹

Os recursos linguísticos do enunciador são menos rebuscados quando comparados aos discursos previamente analisados. O interlocutor atua de forma mais direta, no entanto, apoiado sobre as mesmas bases de outros discursos político-religiosos. No trecho:

¹⁶⁷ FELICIANO, Apêndice B.

¹⁶⁸ ASSEMBLÉIA DE DEUS VITÓRIA EM CRISTO. O *site* da igreja informa que o pastor da mesma é Silas Malafaia. Disponível em: <<https://www.advec.org>>. Acesso em: 10 out. 2018.

¹⁶⁹ CONSELHO INTERDOMINICAL DOS EVANGÉLICOS DO BRASIL. O *site* informa que o pastor Silas é o vice-presidente deste conselho. Disponível em: <<https://www.cimeb.org.br/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

Se um deputado evangélico, diante de toda essa lama, toda essa corrupção, de toda essa safadeza, ter a cara de pau de votar a favor desse governo. Foi comprado, meu irmão? Ah? Pra nós evangélicos, nós sabemos que quem comprou, quem nos comprou pagou um preço muito caro que foi o sangue de Cristo. Te compraram? Então você é mais venal do que ímpio.¹⁷⁰

O pastor se refere aos deputados como seus irmãos, em um duplo viés. O termo pode ser compreendido tanto em sua informalidade, como na gíria “meu irmão”, quando para designar meus irmãos, comumente usado no ambiente em que pessoas comungam uma mesma doutrina, neste caso a cristã.

Ao evocar “nós evangélicos”, o enunciador convoca sua audiência, sobretudo, apostando na identificação evangélica. Ou seja, o interlocutor conhece sua audiência e chama a atenção para aquilo que os faz evangélico, a saber, a doutrina cristã. É a identidade evangélica que lhe dá autoridade para julgar o bem e o mal, o que está de acordo ou desacordo com a doutrina cristã. É por isso que ao dizer que caso algum deputado tenha se vendido, “pagou um preço muito caro que foi o sangue de Cristo”. Nesse sentido, aqueles que não votarem a favor do *impeachment* estarão cometendo um grande pecado, que tem como preço o sangue de Cristo.

No outro trecho: “Te compraram? Então você é mais venal do que ímpio”, o enunciador estabelece que aqueles que não pretendem se posicionar a favor do impedimento da presidente Dilma, foram comprados e por isso são venais e ímpios. O termo “ímpio” aparece com frequência em trechos da Bíblia como sinônimo de inimigo, de pecador, de má índole.

O claro posicionamento aqui demonstrado pelo Pastor reflete de forma direta um tom ameaçador que cobra dos deputados evangélicos que se posicionem de acordo com o que se predispôs. Segundo o pastor, seria o correto para este segmento do mundo evangélico brasileiro. Não devem ser consideradas outras intenções ou análises políticas. A fala do pastor deixa claro que seu apoio como líder evangélico para os deputados será fundamental para uma possível reeleição. Independente do grupo que o elegeu, o interlocutor deixa claro que haverá restrição aos nomes daqueles que independente de suas convicções votarem de forma diferente daquela defendida por ele, pois fala em nome de Deus e deste setor da igreja evangélica.

Destá forma, o pastor Malafaia busca ratificar seu papel de influenciador e formador de opinião no ambiente político, a partir de sua condição de pastor e líder evangélico.

¹⁷⁰ MALAFAIA, Apêndice C.

CONCLUSÃO

Em seu primeiro governo, a presidente Dilma Rousseff, fez alianças com aqueles que posteriormente seriam os defensores mais veementes de seu impedimento. Em seu segundo governo, a decisão de realizar um ajuste fiscal e monetário de forma rápida e sem muita consulta à sua base aliada, ofendeu especialmente a oposição. De acordo com Bastos:

[...] a ação, contudo, foi precedida por políticas austeras que reforçaram a desaceleração cíclica e, depois, não foi acompanhada de uma ampla campanha pública pela hegemonia da interpretação técnica e convencional da questão perante a opinião pública.¹⁷¹

O distanciamento da opinião pública representou um preço alto para a figura pública da presidente. Sua governabilidade foi comprometida e sua popularidade caía cada vez mais. A oposição se articulava e procurava ganhar vantagem com esse fato. Muito rapidamente a possibilidade de cassação de mandato chegou à imprensa nacional e internacional, especialmente com os desdobramentos da operação Lava-Jato e a midiaticização da justiça.¹⁷²

O cenário turbulento se agravou diante da denúncia do Tribunal de Contas da União de que a presidente havia usado o dinheiro de bancos públicos para custear despesas do governo com programas sociais, as também chamadas pedaladas fiscais. Segundo Prandi e Carneiro:

Foram tomadas como indicadores de ‘mau governo’ as referências à política de recessão e inflação, à incompetência da presidente, à condução das políticas de estado que teria quebrado o país, aos crimes de improbidade administrativa e de responsabilidade fiscal, às pedaladas fiscais e aumento de falências e inadimplência das empresas etc.¹⁷³

Foi assim, que o crime de responsabilidade fiscal passou a ser discutido no âmbito da Câmara dos Deputados e a possibilidade do impedimento do governo de Dilma Rousseff foi ficando mais evidente. Outras questões colaboraram com o momento político sensível em que se enquadrou o *impeachment*. O Brasil vivia um período de crise econômica derivado de alta inflação, alta do dólar, altas taxas de desemprego, inúmeras empresas sendo fechadas, baixa das notas avaliativas, instabilidade e desconfiança do empresariado, entre outros. Por outro

¹⁷¹ BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, número especial, p. 1-63, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172129.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018. p. 4.

¹⁷² LOURENÇO, Iolando; ESPOSITO, Ivan Richard. Lava Jato, crise política, impeachment e disputa entre poderes marcaram 2016. *Agência Brasil*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/retrospectiva-politica-2016>>. Acesso em: 01 out. 2016.

¹⁷³ PRANDI; CARNEIRO, 2018, p. 8.

lado, a instabilidade política se agravava com a denúncia de corrupção por grande parte de grandes figuras do mundo político, em especial, Eduardo Cunha e Renan Calheiros, presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente.

Neste cenário, os juristas Miguel Reale Júnior, Janaína Paschoal e Hélio Bicudo apresentam uma denúncia formal à Câmara dos Deputados. O deputado Eduardo Cunha, também investigado pelo recebimento de propinas, acata o pedido dos juristas e dá início a formação de uma comissão que tinha como objetivo avaliar o pedido de *impeachment*. O pedido avança ao plenário da Câmara, que o considera admissível.

É no dia 17 de abril de 2016, que se abre a votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados. Um evento de proporções gigantescas, com cobertura da mídia nacional e internacional. Os atores envolvidos neste processo se aproveitaram da cobertura midiática e do acesso à opinião pública para trabalhar sua própria imagem e defender suas bandeiras partidárias. Não foi diferente com a Bancada Evangélica. A atuação dos líderes religiosos em toda sua rede de comunicação, em todos os espaços midiáticos, nas igrejas, nas pregações, foi fundamental para a disseminação do posicionamento de todo um grupo político religioso. Cunha entende como ativismo político:

[...] a ação não institucional na esfera pública, de pressão sobre grupos que exercem poder político, econômico e sociocultural, empreendida por indivíduos, a partir de suas redes sociais, movidos pelo desejo de mudança de uma determinada ordem vigente ou de um elemento gerador de tensões e conflitos.¹⁷⁴

Ainda que a decisão de apoiar ou não o impedimento da presidente fosse uma questão de cunho exclusivamente político, de uma forma geral os discursos apresentam o teor religioso em toda sua constituição. Por outro lado, a força da mídia e da opinião pública foram os outros atores políticos indispensáveis para o impedimento. De acordo com Habermas as mídias “[...] constituem também uma outra fonte de poder”¹⁷⁵. Portanto, o processo de produção do acontecimento enquadrado pela mídia produziu efeitos de sentido tais, que atenderam aos interesses ideológicos de grandes grupos.

O *impeachment* foi um evento político e midiático, que só pode ser compreendido pela via do discurso de legitimação de sua validade. Toda construção do espetáculo do *impeachment* apoiou-se na legitimação legal do processo, ainda que a maior parte das justificativas apresentadas pelos deputados em prol do impedimento, tenham sido justificadas pelo discurso relativo à família, à honra e à Deus. Segundo Carneiro e Prandi:

¹⁷⁴ CUNHA, 2017, p. 183

¹⁷⁵ HABERMAS, 2006, p. 61

Os discursos que, como se viu, têm conteúdos muito diversificados, não necessariamente políticos, surpreenderam mídia e telespectadores que acompanharam a sessão. No dia seguinte à votação, em matéria na Folha de S. Paulo, o diretor de pesquisa do Instituto de Pesquisa Datafolha escreveu: ‘O Datafolha nem precisou tabular – menções a Deus e à família dominaram ostensivamente a votação pela abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados no último domingo’.¹⁷⁶

As escolhas discursivas dos candidatos para representar a realidade que ali se colocava, revela como se dá a construção de suas próprias identidades, suas ideias em relação ao que representa a política, seus valores e princípios.

No entanto, o pós-*impeachment* revelou-se tão problemático quanto a situação que o antecedeu. O otimismo de uma retomada econômica deu lugar a mais instabilidade política e o acirramento das disputas partidárias. A presidência de Michel Temer com toda sua baixa popularidade significou um grande retrocesso em relação à inúmeros direitos historicamente conquistados. A Proposta de Emenda Constitucional dos Gastos intensificou o desmonte de diversas frentes de políticas públicas e a reforma trabalhista, vendida como aquela que aumentaria o índice de empregabilidade do país, não conseguiu alavancar esse cenário previsto de forma otimista. O Brasil vive um cenário de instabilidade política e descrédito da população em relação ao sistema representativo democrático.¹⁷⁷

Com base no material analisado, composto por três vídeos disponíveis no canal do *You Tube*, que apresentam os discursos dos pastores Silas Malafaia e Marco Feliciano à respeito da gestão de Dilma Rousseff, conclui-se que a religião tem aparecido cada vez mais no espaço político, diminuindo suas fronteiras institucionais. Mas, é necessário atentar também aos fatores que influenciam os próprios discursos, hora inclinados ao apoio, hora inclinados à derrubada da presidente, dependendo dos interesses dos religiosos ou das alianças possíveis. De certo, estas alianças são características da rotina política, porém observa-se uma tendência progressiva a justificar tais alianças com base em interesse partidário / religioso e não sociais. Há um crescente fenômeno de apagamento de tais limites territoriais, antes demarcados por seus rituais, símbolos, culturas e normas. Observa-se que é cada vez mais frequente a realização de cultos em gabinetes, reuniões religiosas, entre outros, lideradas por funcionários públicos e políticos ligados à Bancada Evangélica, especialmente em horário de expediente. Além disso, os discursos políticos estão embrenhados da cultura

¹⁷⁶ CARNEIRO, PRANDI. 2018, p. 96

¹⁷⁷ O GLOBO. *Brasileiro desconfia de políticos mas vê eleição como saída para a crise*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/brasileiro-desconfia-de-politicos-mas-ve-eleicao-como-saida-para-crise-21924294>>. Acesso em: 08 out. 2018.

religiosa, de tal forma que um *ethos* religioso se constitui neste espaço que deveria ser apropriado pela defesa dos interesses de todos os cidadãos, em um projeto democrático.

No entanto, a relação entre religião e política faz parte da própria história do processo de organização estatal brasileiro, desde a chegada dos colonizadores cristãos europeus. Assim sendo, a formação da identidade nacional está imbricada pelos princípios cristãos, sendo estes constituintes de vocação política do Brasil.

Por outro lado, a ampliação do acesso aos meios de comunicação de massa fez com que o apelo religioso chegasse a um número maior de lares. O domínio dos meios de massa por parte da comunidade evangélica se deu de forma rápida e gradativa. O investimento maciço em canais de televisão próprios, programas de TV, pregações nos meios de comunicação foi intensificado de forma estratégica. O projeto de poder de parte das igrejas evangélicas trata-se de um projeto bem-sucedido, sobretudo pelo domínio dos instrumentos técnicos de veiculação em massa de sua ideologia.

No entanto, a dominação dos meios técnicos de comunicação se deu, principalmente, a partir da captura de seus códigos e de sua estética. A trajetória crescente da produção audiovisual de alta capacidade tecnológica, de conteúdo exclusivamente bíblico chama a atenção ao seu nível de qualidade estética. Por outro lado, o discurso moralista foi rapidamente assimilado por parte da população, quer seja pela herança conservadora desde os tempos da ditadura, quer seja pela cultura religiosa, sobretudo cristã que faz parte da identidade nacional.

A representatividade evangélica no sistema político reafirma a característica democrática do Estado, que permite que tais líderes expressem seus pensamentos e opiniões, especialmente tornando-os projetos de lei, com base em argumentos religiosos. A pesquisadora entende que cabe a continuidade desta pesquisa em outros âmbitos do discurso, referendado sob novas metodologias como pesquisa de campo e entrevistas, para que se possa aprofundar o entendimento de como estas características políticas poderão evoluir no cenário nacional e ainda como a sociedade enxerga e reage aos dados levantados.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 1985.

ALMEIDA, Ronaldo de. Os deuses do parlamento. *Novos Estudos CEBRAP*. Edição Especial. São Paulo, p. 71-79, jun. 2017. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/wp-content/uploads/2017/06/OS-DEUSES-DO-PARLAMENTO-Ronaldo-de-Almeida.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017

ALONSO, Leandro Seawright. Entre Deus, Diabo e Dilma: as narrativas evangélicas fundamentalistas nas eleições de 2010. *Estudos da Religião*, v. 27, n. 1, p. 202-218, jan.-jun. 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/viewFile/3769/3623>>. Acesso em: 20 nov. 2017

ANDRADE, Maristela Oliveira de. A Religiosidade Brasileira: o pluralismo religioso, a diversidade de crenças e o processo sincrético. *CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, João Pessoa, PB, n. 14, p. 106-118, 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n14/6A%20religiosidade%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ANTOINE, Nelson. Polarização política piora e eleva o medo de enfrentamento nas ruas. *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/08/politica/1457471624_673376.html>. Acesso em: 03 out. 2018.

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

BARRETO, Raimundo. A construção de um discurso Batista para a defesa dos direitos humanos. In: ROSA, Wanderley Pereira da; RIBEIRO, Osvaldo Luiz. *Religião e sociedade (pós) secular*. Santo André: Unida, 2014.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, número especial, p. 1-63, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172129.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BELLOTTI, Karina Kosicki. Fundamentalismos e intolerâncias. In: SILVA, Eliane Moura da; BELLOTTI, Karina Kosicki; CAMPOS, Leonildo Silveira (Orgs.). *Religião e sociedade na América Latina*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://editora.metodista.br/livros-gratis/religiao-e-sociedade-na-america-latina/at_download/file>. Acesso em: 10 set. 2017.

BOHN, Simone Rodrigues. Evangélicos no Brasil: perfil sócio econômico, afinidades ideológicas e determinantes ao comportamento eleitoral. *Opinião Pública*. Campinas, v. 10, n. 2, p. 288-338, out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22020.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. 18 ed. Brasília: Edições Câmara, 2017

BRASIL, Constituição (1934). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848/1940. *Código Penal*. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018. p. 50.

BRASIL. Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal. *Câmara dos Deputados do Brasil*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8072-25-julho-1990-372192-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os políticos de Cristo - uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores (Orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2005.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. *Fundamentos da Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.

CARVALHO, Osiel Lourenço de. Análise do discurso religioso do bispo Edir Macedo a respeito da fé a partir do conceito de dúvida existencial em Paul Tillich. *Revista Eletrônica Correlatio*, v. 12, n. 23, p. 101-108, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/COR/article/view/4240/3678>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CHARANDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

CUNHA, Christina Vital da. Religiões em movimento: subjetividade e fronteiras no cenário religioso brasileiro. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 198-204, jul. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872007000100011>. Acesso em: 13 jan. 2018.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital*. Curitiba: Prismas, 2017.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião e política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal*. 2011. 350 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

Disponível em: <<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/16946/1/Bruna%20Suruagy%20do%20Amaral%20Dantas.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

ÉBOLI, Evandro. Diferente do divulgado, kits anti-homofobia eram para crianças de 11 anos. *O GLOBO*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/diferentemente-do-divulgado-kits-anti-homofobia-eram-para-criancas-de-11-anos-2764570>>. Acesso em: 10 out. 2018.

ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas: da Idade da Pedra aos mistérios de Elêusis*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FIORIN, José Luiz. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, Beth; SOUSA-E-SILVA, Maria Cecília (Orgs.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. *A Arqueologia do Saber*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro, 1994.

GABATZ, Celso. *O neopentecostalismo e a teologia da prosperidade no Brasil: aspectos de uma identidade religiosa e social na contemporaneidade*. 2017. 171 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6489/Celso%20Gabatz_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 mar. 2018.

GOMES, Antonio Marcos Tosoli. Análise de discurso francesa e teoria das representações sociais: algumas interfaces teórico-metodológicas. *Psicologia e Saber Social*, v. 4, n. 1, p. 3-18, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/17558/12958>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário. A mídia e a espetacularização da cultura. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.) *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 9-18.

HABERMAS, J. *O Ocidente dividido*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

IBGE. *Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.

KRESCH, Daniela. Brasil vai financiar construção de hospital para palestinos na Faixa de Gaza. *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-vai-financiar-construcao-de-hospital-para-palestinos-na-faixa-gaza-2972572>>. Acesso em: 09 out. 2018.

KUSS, Cibele. Volta Dilma, Volta Democracia!. In: PAZ, Nivia Ivette Núnes de La, BENCKE, Romi. *Presidenta Dilma: em sororidade mulheres resgatam a história*. São Leopoldo: Karywa, 2017.

LAPLANTINE, François. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LELLIS, Nelson. “Deus” no discurso da acusação. In: LELLIS, Nelson (Org.). *Religião e política à brasileira: ensaios sobre trajetórias políticas de uma sociedade bravamente religiosa*. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.

LEMONS, Christina; TAVOLARO, Douglas. *O Bispo: a história revelada de Edir Macedo*. São Paulo: Larousse, 2007. Disponível em: <https://mafiadoc.com/o-bispo-a-historia-revelada-de-edir-macedo-christina-lemos-_5a17c2041723ddb3952ee5c0.html>. Acesso em: 20 mar. 2018.

LOPES, A. N. Verdade e pluralidade no Novo Testamento. *Fides Reformata*, São Paulo, a. VII, n. 2, 2003, p. 55-72.

LOURENÇO, Iolando; ESPOSITO, Ivan Richard. Lava Jato, crise política, impeachment e disputa entre poderes marcaram 2016. *Agência Brasil*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/retrospectiva-politica-2016>>. Acesso em: 01 out. 2016

LUQUES, Solange Ugo. *Metáfora e argumentação: uma análise crítica do discurso político*. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas e Vernáculas). Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-10012011-130728/pt-br.php>>. Acesso em: 09 out. 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. *A política evangélica: análise do comportamento da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal (2007-2010)*. 2012. 335 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/96150/304933.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MARIANO, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 111-125, jun. 2003. Acesso em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/112/108>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. República e pluralidade religiosa no Brasil. *Revista USP*. São Paulo, n. 59, p. 144-163, set./nov. 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13282/15100>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

MORAES, Gerson Leite. *Neopentecostalismo: um conceito-obstáculo na compreensão do subcampo religioso pentecostal brasileiro*. *Revista de Estudos da Religião*, a. 10, n. 2, p. 1-19, 2010. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv2_2010/t_moraes.pdf>. Acesso em: 01 de ago. 2018.

MORENO, Ana Carolina. Ensino religioso confessional pode gerar disputa por espaço em sala de aula, dizem especialistas. *Portal G1*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/autorizacao-de-ensino-religioso-confessional-pelo-stf-pode-criar-caos-de-gestao-dizem-especialistas.ghtml>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Pluralismo e multiplicidades religiosas no Brasil contemporâneo. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 23, n. 2, p. 261-279, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v23n2/a04v23n2.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 16, n. 46, p. 119-129, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v16n46/a06v1646.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

NERY, Maria Clara Ramos. *A teodiceia da IURD, a mudança da representação e padrões comportamentais de seus crentes e/ou de adeptos*. 2001. 238 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/77819>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

O GLOBO. *Brasil vai financiar construção de hospital para palestinos na faixa de gaza*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-vai-financiar-construcao-de-hospital-para-palestinos-na-faixa-gaza-2972572>>. Acesso em 02 de out. 2018.

O GLOBO. *Brasileiro desconfia de políticos mas vê eleição como saída para a crise*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/brasileiro-desconfia-de-politicos-mas-ve-eleicao-como-saida-para-crise-21924294>. Acesso em: 08 de out. 2018.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimento*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto. *Globalização e Religião*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PORTAL G1. *42,3 % das universidades federais do país têm cotas para negros e índios*. 2012. Disponível em: <<http://glo.bo/1NPtPf9>>. Acesso em: 02 out. 2018.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do Pai. Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do *impeachment* de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 1-22, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n96/1806-9053-rbcsoc-3396032018.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo e Sociedade*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 187-214, maio 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702017000200187>. Acesso em: 13 out. 2017.

REIS, E. *Cidadania: história, teoria e utopia*. Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 11-17, 1999.

ROBERTO, Maria de los Angeles. Deus é golpista e fala português. In: PAZ, Nivia Ivette Núñez de La; BENCKE, Romi Márcia (Orgs). *Presidenta Dilma: em sororidade mulheres resgatam a história*. São Leopoldo: Karywa, 2017.

ROCHA, Eliane Mello Rezende. *Direitos fundamentais e comunicação social: carisma, magia, marketing e religião na Igreja Mundial do Poder de Deus*. 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2014.

ROSA, Wanderley Pereira da. *Por uma fé encarnada: teologia social e política no protestantismo brasileiro*. 2015. 298 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1994.

RUDI, Luciana de Matos. *Um voto de fé: fidelização e clientelismo eleitoral na Bancada Evangélica paulista*. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1485>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SILVA, Eliane Moura da; BELLOTTI, Karina Kosicki; CAMPOS, Leonildo Silveira (Orgs.). *Religião e Sociedade na América Latina*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://editora.metodista.br/livros-gratis/religiao-e-sociedade-na-america-latina/at_download/file>. Acesso em: 10 set. 2017.

SILVEIRA, Marcelo. *O discurso da teologia da prosperidade em igrejas evangélicas pentecostais: estudo da retórica e da argumentação no culto religioso*. 2007. 221 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-07022008-113110/publico/TESE_MARCELO_SILVEIRA.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

SINNER, Rudolf Von. *Igrejas e democracia no Brasil: por uma teologia pública cidadã*. In: ROSA, Wanderley Pereira da; RIBEIRO, Osvaldo Luiz. *Religião e sociedade (pós) secular*. Santo André: Unida, 2014.

SIQUEIRA, Giseli do Prado. *O ensino religioso nas escolas públicas do Brasil: implicações epistemológicas em um discurso conflitivo entre a laicidade e a confessionalidade num Estado republicano*. 2012, 343 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1967/1/giselidopradosiqueira.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

SOUZA, Julio Cesar Pereira de. *Voto: uma oferta de fé. O poder simbólico dos líderes religiosos e o comportamento eleitoral dos membros da igreja evangélica*. 2011, 196 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/988>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

TAQUARI, Fernando. Edir Macedo divulga carta em defesa de Dilma. *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/edir-macedo-divulga-carta-em-defesa-de-dilma-2946167>>. Acesso em: 10 out. 2018.

TORRESAN, Jorge Luis. *A manipulação no discurso religioso*. Dialogia. São Paulo, v. 6, p. 95-105, 2007, p. 97.

UNESCO. *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

VALENTE, Jonas. Levantamento aponta recorde de mortes por homofobia no Brasil. *AGÊNCIA BRASIL*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em>>. Acesso em: 10 out. 2018.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 1999.



APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO DO PASTOR MARCO FELICIANO¹⁷⁸

- Nunca fui a favor da mentira. A bíblia sagrada diz que o pai da mentira é o diabo. Então eu fui atrás do pessoal do PT. Eles também me procuraram. Conseguimos uma reunião com a ministra Dilma. Foram rápidos momentos, mas foram decisivos na minha decisão, na minha opinião. Eu ouvi aquela mulher falar, eu sentei com o Michel Temer, estivemos agora em São Paulo semana passada, segunda-feira e eu ouvi da boca dele, ele dizer que ele nunca foi satanista, que ele é um cristão devoto. Eu ouvi a Dilma Rouseff falar coisas que dá até vergonha de dizer aqui. Essa semana lá no estado do Espírito Santo, um pastor de 79 anos, presidente de uma convenção protestante, foi a público dizer que a ministra era homossexual. É uma idiotice. É uma coisa sem sentido. Como é que uma pessoa se propõe a um descaso desse, tocar na vida das pessoas de foro íntimo. Porque as pessoas devem entender, principalmente nós, cristãos e é para isso que nós estamos criando este Centro de Inteligente Digital. Eu coloquei aqui na minha camisa, olha: “Eu sou cristão e voto em Dilma”. Por que isso? Porque a mentira tem que cair por terra. Nós não estamos primeiro, elegendo um sacerdote para o Brasil. Tem muitos pastores que vieram aqui acompanhar a convite nosso. Eu queria deixar aqui este esclarecimento. Nós não estamos aqui ungindo um pastor, uma sacerdotisa, um reverendo para o Brasil. Nós estamos lutando para eleger um presidente da República. A história de Luís Inácio Lula da Silva nesse último ano, nesses últimos oito anos é tocar ao mundo todo. A figura dele não é vista mais como de um presidente, mas é vista como uma figura messiânica. Não como alguém comparado à Cristo, nada disso, mas alguém que desperta a esperança no coração do povo. Bem disse aqui o vereador, que há oito anos atrás fizeram a mesma coisa com o Lula. Eu fui um dos que era pregador na época e esparramei nos cultos do Brasil, porque eu ouvia e como um papagaio repetia: “O PT vai fechar as igrejas do Brasil”. Quem é o pastor que se lembra dia há oito anos atrás? Vocês se lembram disso, senhores? Lula era o demônio, mas Lula foi eleito. Nenhuma igreja foi fechada, o país cresceu. Eu estive antes de ontem no estado do Ceará apresentando a convite do PT. Fui pra lá, falei pra mil pastores lá e eu tive a oportunidade de conhecer uma cidadezinha pequena, onde tem algumas escolas de tecnologia avançada, criadas pelo PT. Ai eu estive com o prefeito da cidade, minha esposa tava junto e eu falei pra ele: “O que significou o governo do Lula para o senhor? E ele disse: “Pastor, vou tentar explicar de maneira simples. O nosso povo aqui que tinha só um bodezinho em casa, agora tem uma vaca.

¹⁷⁸ FELICIANO, Marco. Pastor Marco Feliciano apoia Dilma. *YouTube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Go6rD4xGli8&t=102s>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

Os que tinham uma vaca, agora já tem uma moto. Os que tinham uma moto agora tem um carro. O senhor não sabe o que esses vinte reais, do Bolsa Família representa para pessoas aqui nesse Sertão onde não tem esperança, onde não tem vida”. Eu me emocionei com aquilo. Então eu acredito que nesse momento nós iremos unir forças. Nós iremos pulsar a liderança que temos para desmistificar isso. Nós não precisamos mentir. Não nem precisamos levantar bandeiras, mas só dizer a verdade porque a verdade prevalece. Jesus disse: “Conhecereis a verdade e a verdade vós libertará”. Por isso, nosso Centro de Inteligência da internet já começou a trabalhar ontem. Cadê o Flávio que cuida dá... Flávio, quantos e-mails nós disparamos essa semana? 500 mil e-mails, 500 mil cartas de ontem pra hoje. Nosso Twitter bombou, né? Eu tenho mais de 20 mil seguidores no Twitter. Os sites evangélicos, creio, no Brasil todo já pegaram a minha carta e fizeram isso esparramar. Eu acredito que de ontem pra hoje já atingimos quase 2 milhões de pessoas que têm acesso à internet e que são evangélicos. E que de alguma forma isso vai ajudar a mudar. Agora nestes quatro dias, nós vamos atingir pelo menos uns 30 milhões de evangélicos e eu acredito que no dia 31 de outubro nós vamos eleger Dilma Rousseff presidente desse país e o país vai continuar crescendo. Vocês concordam comigo? (Aplausos). Por amarmos a democracia nós não estamos impondo nada sobre as outras pessoas. Eu estava vindo pra cá e o repórter aqui da cidade estava me entrevistando e disse: “Pastor, mas o movimento evangélico não está dividido? Tem pastor apoiando um, tem pastor apoiando outro”. E eu disse: “Não há divisão nenhuma”. É por isso que começam as brigas. Colocam palavras e nos tacham com besteiras. Esse país é um país democrático. A democracia se faz assim. Cada um analisa o projeto do melhor candidato e vota nele com isso. O que eu não admito é que alguns líderes apoiem esse candidato A ou candidato B por questões de foro íntimo, por questões de negociar. Eu não apoio que um líder que diz representar uma grande congregação, vá e feche em um quarto escuro um apoio político porque a igreja dele vai ganhar isso ou vai ganhar aquilo. Talvez seja por isso que Jesus tenha me levantado agora como deputado federal. Porque eu não tive apoio de nenhuma igreja do Brasil, a não ser a minha que é a Catedral, todas as outras igrejas tinham o seu representante. As Assembleias de Deus fecharam as portas *pra* mim no estado porque o filho do presidente nacional já tinha o seu representante aqui. A igreja do Evangelho Quadrangular fechou as portas *pra* mim porque eles já tinham o seu representante. A igreja de Brasil para Cristo, a Igreja Universal de Belford, então eu fiquei sem cultos para pregar. Todavia, Deus implantou igrejas independentes. Igrejas que acreditavam na minha história, na minha chamada. Permitiram que seus membros fossem reunir nas ruas, somado um trabalho de 15 anos, aos meus DVDs, as minhas mensagens, o povo acreditou e Deus deu uma resposta

considerável. Eu não sabia o que era 212 mil votos. Hoje eu começo a entender. Eu recebi votos que dariam para eleger governadores em alguns estados desse país. Então, fui eleito pelo povo evangélico. Não fui eleito pela igreja A ou igreja B. Por isso, as minhas portas do meu gabinete vão estar abertas a todos os pastores. Vai estar aberta a toda região, principalmente para vocês que vieram aqui me ouvir. Então não tenho como fechar as portas para vocês. Muito obrigado por todos vocês do PT e conte comigo aqui para o que for preciso. Eu conheço a nossa cidade. A nossa cidade é uma cidade que mata profetas e sonhos. Aliás, matava, no passado, porque Deus pode mudar a história de uma cidade. Como já está levantando aqui. E pedir para vocês que acreditam em mim como um pastor, que acreditam em mim como um profeta, que acreditam em mim agora como um político, que sonhem comigo um país mais justo. Dilma é a continuidade do governo Lula, por ser mulher, por ser diferente, por representar uma classe que é tão discriminada, pode vir a surpreender como foi com Lula. Lula é um ser analfabeto que *botou* um cala boca no mundo inteiro ao ponto de Barack Obama dizer: “This is the man”, “Esse é o cara”. Assim como Lula deu essa reviravolta na política nacional, ele vai ficar matéria de assunto político nesse país. Escutem o que estou dizendo. Dilma Rouseff vai fazer a mesma coisa e vai ser a primeira mulher presidenta nesse país. Mais uma vez, só retificando, eu ouvi da boca da ministra e olhei nos olhos dela. *Pra* quem é pastor sabe do que eu falo aqui. Pastor tem uma psicologia natural e uma psicologia divina. Nós lemos a alma da pessoa e discernimos o que é certo e o que é errado. Ela de fato ama a vida. Ela de fato luta pela vida e ainda que em outros tempos os pensamentos fossem outros, se ela teve coragem de mudar o pensamento dela agora, ela recebe mais uma vez uma monção de honras e aplausos porque grande é o ser humano que em a coragem de admitir que estava errado e que vai mudar para fazer o certo. A questão do aborto é uma questão muito séria e só pra esclarecer, não é o presidente que escolhe isso. Essa batata quente, esse abacaxi vai estar na minha mão e na mão dos outros 512 deputados federais que estão comigo. Se passar por nós vai esbarrar no senado e no senado nós temos homens de Deus lá também. Só deixando aqui também a título de conhecimento, a bancada evangélica, fora alguns que nós não encontramos ainda, que não temos a certeza, mas já tem 65 deputados federais evangélicos aqui. (Aplausos). Então a nossa voz vai ser ouvida. São dezenas de estaduais cristãos evangélicos atuantes também e vários senadores da república. Então dessa vez, nós temos ali condições de fazer desse país um país um pouco mais justo e esse país que é o maior país cristão abaixo da linha do Equador. De fato, é uma mensagem de Cristo. Muito obrigado a vocês. Deus abençoe a todos e dia 31 vamos mostrar como é que se faz democracia. Dilma Rouseff presidente do Brasil. Deus abençoe a todos.

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO DO DEPUTADO FEDERAL MARCO FELICIANO¹⁷⁹

- A câmara dos deputados está aqui de desdobrando no tempo e no espaço, para o evento mais importante que esta casa teve neste momento e o projeto, na verdade o único projeto, o projeto mais importante que esta casa vai votar que é o *impeachment* da presidente Dilma Rouseff. Neste momento histórico para todos os brasileiros é difícil achar aqui, palavras. Os meus colegas deputados, aqui já expuseram as mais diferentes opiniões e permita-me voltar aqui no tema que está sendo tão discutido aqui, que é o golpe, que tanto foi levantado nessa casa pelos governistas quando na verdade não há golpe nenhum. Golpe foram eles que deram ao tentar de todas as formas atingir a educação de nossas crianças, com a abordagem de assuntos sexuais para crianças com menos de quatro anos de idade, com a sepultada, graças a Deus, Teoria do Gênero. O assassinato de crianças com a legalização do aborto, que até hoje tentam mascarar com os mais variados nomes aqui nessa casa. Tentativa de destruir a família tradicional, com teorias desgastadas de que os tempos mudaram, mas o que mudou na verdade foram eles, que prometeram uma coisa e fizeram tudo diferente num verdadeiro estelionato eleitoral. Entregaram um país rico, celeiro do mundo, campeão da produção agrícola, maior produtor de soja, milho e carne, sem falar nos minerais, abundantes por aqui, escasso pelo mundo. A assanha de verdadeiros gafanhotos que conseguiram quebrar uma das empresas mais valiosas do mundo que é a Petrobrás e deixarem milhares de aposentados pelos fundos de pensão das estatais sem perspectiva de ter uma aposentadoria digna, para qual já tinham contribuído, com essa má gestão feita por asseclas que investiram em papéis que já se sabia serem podres, com vultuosos prejuízos que beiram a R\$40 bilhões de Reais. Mais de dez milhões de brasileiros perambulam desempregados, milhares de empresas estão quebradas, o crédito internacional escasso com notas de descrédito, nos colocando entre as mais atrasadas economias do planeta. Senhoras e senhores, existem crimes que possuem tipificação penal, por exemplo, o homicídio culposo que é aquele que acontece sem a intenção e o homicídio doloso, que é aquele que acontece intencionalmente e deles as suas respectivas penas. Todavia, existem crimes que nós não conseguimos tipificar, por exemplo, que nome podemos dar ao crime de um bandido que destrói a mente de uma criança em formação, na sua primeira infância? Que destrói e desvirtua essa criança sexualmente quando ainda é, praticamente, um embrião em formação. Que nome damos a esse crime? Pedofilia? Mas para esse governo que

¹⁷⁹ FELICIANO, Marco. Deputado Federal Marco Feliciano chama o PT de 'partido das trevas' e enfatiza voto a favor do *impeachment* de Dilma. *YouTube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FG5SgK6LU-o>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

está *aí* hoje não é pedofilia. É apenas a mera expressão de que o gênero humano tem que ser reconstruído a partir da liberdade de pensamento. Em 2011, essa casa realizou um seminário vergonhosamente chamado “Diversidade Sexual na Primeira Infância”, onde pessoas dos mais altos gabaritos intelectuais passaram a sobre crianças de zero a seis anos que tinham a liberdade de escolher aquilo que queriam. Se o menininho na creche quisesse tocar no órgão genital do outro, ninguém poderia impedi-lo, pois ele estava se descobrindo sexualmente. Que nome podemos dar a um crime onde se permite uma mulher que em nome da sua sanidade mental e da proteção do seu próprio corpo, assassinar uma criança, um bebê, um feto, até a décima segunda fase da gestação ou da semana da gestação, para nós seria um aborto, mas para esse governo isso não é crime, tampouco é um aborto hediondo. Que nome podemos dar ao crime onde um pai tira a saúde de seus filhos e pega esse dinheiro e coloca na saúde dos filhos dos outros. Do que o senhor esta falando, senhor deputado? Estou falando deste governo. Que investiu dez milhões de dólares na construção de um hospital na Palestina, enquanto os nossos hospitais daqui no Brasil estão em frangalhos, a bancarrota, as mulheres dando à luz nas calçadas, as pessoas morrendo por falta de atendimento médico. Que nome podemos dar a um crime onde um pai de família cria com seus vizinhos um grupo para planejar a destruição de sua própria casa. Isso aqui não é loucura. Isso aqui é sobre o foro de São Paulo que já foi aqui tanto dito pelo deputado Jair Bolsonaro. Países da América do Sul, todos companheiros, desejam ressuscitar aquilo que morreu na Europa comunista. Que nome podemos dar a um crime onde o pai que prometeu “Posso não concordar com aquilo que dizes, meu filho, mas defenderei o seu direito de dizer”, em uma democracia, fazer calar a voz dos seus filhos e dos mais bravos dos seus filhos, como esse governo fez, por exemplo, com o professor Olavo de Carvalho. Como esse governo fez, por exemplo, com as jornalistas Raquel Sheherazade, Joyce Hasselmann ou até mesmo com artistas como Lobão, que simplesmente expressaram o que pensaram e tiveram todos os seus contratos destruídos, as suas vozes caladas, amordaçadas e alguns perderam o emprego. O professor Olavo de Carvalho teve que sair do nosso país e morar em outro país. Que nome podemos dar a um crime onde um pai coloca um filho contra o outro, causando entre ambos, preconceito e uma disputa acirrada, com ódio, rancor e até assassinato? Foi isso que esse governo fez com nosso país. Um país, pastor Takayama, que era unido. Um país onde o brasileiro tinha a alegria de ir *pra* rua. Não havia entre nós o que hoje chamam de politicamente correto. É a maior chatice de todas. Colocaram negros contra brancos, meu líder Leandro Namura. Colocaram pobres contra ricos, índios contra agricultores, crentes contra ateus, homossexuais contra heterossexuais. Dividiram nosso país. Dividiram tanto que nós temos aqui hoje o muro da vergonha bem na

frente da Esplanada. Esse não é o Brasil que eu conheci na minha infância. Senhoras e senhores, que nome podemos dar a um crime onde um pai propaga que é educador, sabe ler, sabe escrever e diz que vai ensinar ao seu filho. Diz que é educador, mas os seus filhos não sabem ler e nem escrever. E quando sabem ler não conseguem compreender aquilo que leram. Eu estou falando da pátria educadora do Brasil que deseduca. Nossas crianças saem da escola, basta os que tem mídias sociais verem, as respostas que as pessoas postam. Não sabem ler, não conseguem conjugar a língua portuguesa, não conseguem entender aquilo que leem. Gostam de ler o título e daí fazem uma ideia. Nossas crianças, nossos jovens estão sendo idiotizados pela internet. A USP, que já foi a coroa da educação em nosso país, em 2013 perdeu a cadeira entre as 200 maiores e melhores universidades do mundo. Que nome podemos dar a um crime onde um pai desperta a esperança de um filho dizendo “você vai se formar, vai ter um diploma, vai ter uma formação acadêmica”, ele o inicia na faculdade e antes da conclusão da faculdade, o filho é obrigado a sair de lá porque o pai não tem dinheiro para sustentar o filho. Que loucura é essa, deputado? Não é loucura! Foi o que o governo fez. O Ministério da Educação em 2015 anunciou que o dinheiro para os novos contratos do FIES acabou. Por isso, o MEC não vai mais abrir as inscrições. Deixaram a deriva meninos e meninas que tinham sonho e esperança e não vão concluir suas universidades, suas faculdades, por culpa de um governo que não soube se estabilizar, que fez falcaturas na economia, que vendeu um sonho que não existia. São bandidos! Que nome merece um pai que diz que vai proteger o filho. Qual nome nos damos a este crime? “Nós vamos proteger você meu filho, de qualquer coisa” e de repente ele joga o seu filho para os leões nas mãos de bandidos e dos assassinatos mais espúrios que podem haver na história do mundo. Eu estou falando do meu Brasil, que em 2013 contabilizou 56 mil assassinatos. Muito maior do que o número dos mortos na guerra da Síria. Esse é o Brasil do PT. A pergunta que faço é essa. Se não tem como tipificar tais crimes, como podemos puni-los? Que pena para quem comete tais crimes hediondos? Só existe uma pena, *impeachment*! Afastamento da presidente que é responsável por isso. Um presidente não pode errar. Não pode conduzir o país *pra* bancarrota como aconteceu com nosso país. Eu estou falando aqui em analogias, senhor presidente, senhoras e senhores brasileiros que nos assistem e meus amigos deputados, para denunciar esse desgoverno. Desgoverno do PT. Não Partido dos Trabalhadores, Partido das Trevas. Porque só quem tem pacto com as trevas, faz pacto com o diabo para colocar o Brasil onde esta hoje. Não aceitamos mais isso. No domingo, nós vamos ter aqui dois sepultamentos. Na verdade, dois sepultamentos mesmo. Um, que é deste desgoverno que é o PT e o outro, a reputação de muitos amigos parlamentares que aqui estão. A história não os perdoará. E não

falo aqui dos deputados que desde sempre assumiram o compromisso com seus partidos de votarem contra o *impeachment*. Eu falo com aqueles deputados que infelizmente se esconderam atrás da capa da dúvida. Digo sim, atrás da capa da dúvida, talvez para nas caladas das noites, como está acontecendo aqui em Brasília, em lugares dos mais escusos, venderem-se, serem achacados ou achacarem alguém, extorquirem. Vendem-se e se locupletam pelas trinta moedas de prata da traição. Queria lembra-los aqui que Judas, o homem mais famoso da história, o maior de todos os traidores, ele recebeu dinheiro, mas ele não pode usar o seu dinheiro. Ele ficou com tanto arrependimento que ele jogou o dinheiro aos pés daqueles que o pagaram e eles lavaram as mãos. A dor da consciência dele foi tão grande que ele suicidou. Vai haver um suicídio político nessa nação. Não estou ameaçando. Eu apenas aviso como bom amigo. As suas famílias, meus amigos, vão pagar o preço dessa traição. Os seus filhos sofrerão *bullying* nas escolas. As suas esposas não poderão entrar no cabelereiro nem fazerem pacto mais com suas manicures. Seus vizinhos vão olhar para vocês de soslaio. Senhores, permitam-me falar aqui com o coração. Eu sei do que estou falando. Em 2013, eu vi a minha família sofrer *bullying*. Eu vi a minha filha mais velha ter que sair da universidade do Brasil porque os professores e os alunos a atacavam por causa de uma questão política. Eu vi a minha esposa adoecer por dois anos seguidos em uma cama onde não podia dormir. Dormia sentada por causa da síndrome do pânico. Uma doença psicossomática que só tem pessoas que têm um trauma muito grande em sua alma como aquele que nós passamos de não podermos ir num lugar público sem ser xingados ou atirarem pedra ou cuspidos. Eu sei do que nós passamos. Amigos, não permitam que suas famílias passem por isso. A diferença é que eu sobrevivi e a minha família sobreviveu também e sobrevivemos por nós tínhamos uma bandeira. Era uma bandeira lógica. A bandeira da família brasileira. Era a bandeira da família tradicional. Era a bandeira da família civilizatória. As coisas passaram, a minha esposa foi curada, a minha filha pode voltar para o Brasil. De cabeça erguida eu voltei para este parlamento com o dobro de votos. Repito, porque eu tinha uma bandeira. Uma bandeira que estava escondida ou desaparecida desse plenário e de repente voltou à tona. Mas eu queria fazer uma pergunta aos senhores. Qual será a vossa bandeira? Como vão superar os senhores e as suas famílias? Como vão justificar que vocês estão protegendo um partido que tem preso dois tesoureiros, que tem preso marqueteiro, que tem preso deputados e até senador já esteve lá. Como vão superar quando vier à tona através da lava-jato toda sujeira feita pelo pseudo pai dos pobres? Quando estudar a história e saber que este desgoverno em todos os mandatos teve a maioria dos seus ministros derrubados por problemas com corrupção e caíram. Não há condição alguma desse governo continuar. Ele não vai se reerguer mais. Eles

sabem disso. Acabou! *Game over!* Deu PT! A presidente cometeu crime de responsabilidade fiscal sim. O que nós precisamos neste momento e eu encerro aqui, é de esperança. Precisamos de alguém que nos una novamente. Vamos precisar de alguém que nos mostre a luz no fundo do túnel. Vamos precisar de alguém que nos inspire confiança. Que nos faça sonhar novamente. O brasileiro precisa voltar a sonhar. Ao vencermos com o *impeachment*, todos sabem, não será fácil reconstruir o Brasil, nem a confiança, nem as finanças ou os empregos perdidos. Será preciso o esforço de todos, sacrifício de muitos. A união de todo Brasil e de muita fé. Muitas orações. E eu não tenho medo de falar aqui, mesmo que do outro lado, estes com quem sou contra vão dizer que o Estado é laico. Passaram a vida toda falando sobre isso. O estado é laico, mas não é laicista. O estado laico protege o direito ao culto. E é em nome dessa fé que eu quero dizer a todos que o PSC, do qual tenho muito orgulho, vai votar a favor do *impeachment*, a presidente Dilma vai ser afastada e termino dizendo nós não aceitamos mais o constrangimento, presidente Dilma, de ouvir a senhora falar sobre a mulher-sapiens, não entra no nosso ouvido a tal da *mosquita*, nem a saudação à mandioca, nem que atrás de uma criança tem um ser oculto que é um cachorro e chega desse negócio de estocar o vento. Que Deus abençoe o Brasil, que Deus abençoe a nossa nação, que Deus ilumine o parlamento. E presidente Dilma, como disse o presidente Lula *pra* senhora é isso aqui ô, tchau, querida. Muito obrigado senhor presidente.

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO DO PASTOR SILAS MALAFAIA¹⁸⁰

- Bem minha gente, eu quero dar os parabéns a Frente Parlamentar Evangélica que na sua grande maioria estará a favor do *Impeachment*. Uma resposta nossa como cidadãos, a toda essa lama que tá aí. O nosso portal verdadegospel.com coloca a lista daqueles deputados evangélicos que são a favor do *impeachment*, aqueles que estão indecisos e quem é contra. E vou logo avisando aqui, deputado evangélico que votar contra *impeachment*, que fugir do plenário e desaparecer no dia da votação ou que for contra o *impeachment* podem se preparar. Lá no seu estado eu vou ter o prazer de fazer campanha contra você e vou ter o prazer de ajudar alguém *pra* te derrotar. Eu não vou deixar passar essa. É uma vergonha. Se um deputado evangélico, diante de toda essa lama, toda essa corrupção, de toda essa safadeza, ter a cara de pau de votar a favor desse governo. Foi comprado, meu irmão? Ah? *Pra* nós evangélicos, nós sabemos que quem comprou, quem nos comprou pagou um preço muito caro que foi o sangue de Cristo. Te compraram? Então você é mais venal do que ímpio. Eu vou ficar de olho nisso e vou denunciar em programa de televisão e pelas redes sociais, deputado evangélico que faltar ou que votar, certo? Contra o *impeachment*. Pode contar comigo, que eu vou ser uma muralha no seu estado contra você. Quero deixar aqui bem claro e dar aplauso aos deputados que marcaram a sua posição a favor do *impeachment*. Verdadegospel.com, põe a lista de quem é a favor, quem tá em cima do muro, que ainda pode até mudar de ideia e quem é contra. É bom os evangélicos do país saber quem são cada um deles. Deus abençoe você. Deus abençoe a todos.

¹⁸⁰ MALAFAIA, Silas. Deputados evangélicos e o impeachment. *Youtube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uJa9h7zNMAo>>. Acesso em: 03 jun. 2018.